

**UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL
COLEGIADO DE HISTÓRIA**

Tatiane Karine Matos da Silva

**Trabalhadores e Proprietários na "Terra das Águas":
conflitos, desapropriações e expectativas sobre os modos de viver em
Santa Helena-PR (1960-2013)**

**Marechal Cândido Rondon
2013**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL
COLEGIADO DE HISTÓRIA**

Tatiane Karine Matos da Silva

**Trabalhadores e Proprietários na "Terra das Águas":
conflitos, desapropriações e expectativas sobre os modos de viver em
Santa Helena-PR (1960-2013)**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
sob a orientação da Dr^a. Sheille Soares
de Freitas, apresentado à Banca
Examinadora, como requisito básico
para obtenção do título de Licenciatura
Plena em História, pela Universidade
Estadual do Oeste do Paraná, Campus de
Marechal Cândido Rondon.

**Marechal Cândido Rondon
2013**

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em História, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon, pela seguinte Banca Examinadora:

Dr^a. Sheille Soares de Freitas
Orientadora

Dr. Davi Félix Schrener
Banca Examinadora

Dr. Rinaldo José Varussa
Banca Examinadora

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2013

ATA DE DEFESA

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Eu Tatiane Karine Matos da Silva, residente em Santa Helena – Paraná, declaro que o texto apresentado é de minha exclusiva autoria, assumindo, portanto, total responsabilidade sobre ele.

NOME: Tatiane Karine Matos da Silva.

ASSINATURA: _____

Agradecimentos:

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter colocado pessoas maravilhosas em meu caminho.

Aos meus pais Benedito e Jucineide que nunca mediram esforços para que esse momento fosse possível. Inevitável não me lembrar dos conselhos de meu pai, sempre me incentivando a seguir em frente, do carinho de minha mãe sempre com um sorriso me dizendo que tudo iria dar certo. Devo tudo o que sou a vocês, com vocês aprendi que nada na vida tem mais valor do que as pessoas que amamos, tenham a certeza que são tudo para mim. Amo vocês!

Ao meu irmão Thiago que tornou minha vida mais divertida, amo você! A toda minha família pelo apoio e compreensão que dedicaram a mim nesses quatro anos, em especial a minha tia Marli e meu tio Carlito. Ao meu avô Expedito e minha avó Maria serei sempre grata pela acolhida, carinho e pelos risos que compartilhamos, espero nunca decepcioná-los.

Agradeço às minhas amigas, Mônica e Jêssica, pelos bons momentos que passamos juntas, e por nossas conversas descontraídas. À Tcheile, Cintia, Gabriela, Carem, Cintia Mello e João com quem dividi as angústias e alegrias da faculdade.

De forma especial a Fabiana, conhecer você foi um presente dado a mim por Deus, obrigada por tudo Fabi, por me ouvir reclamar de tudo, por me aconselhar, por me fazer rir quando tudo parecia perdido, te levarei sempre em meu coração. Te adoro!

Aos professores, Vagner, Terezinha, Valdir, Antônio, Rinaldo, Selma, Davi, Robson, Danilo, Maria José, e ao professor Carlos Meneses, tenho certeza que conviver com vocês foi uma experiência significativa em minha formação acadêmica.

Por fim, agradeço a minha orientadora Sheille Soares de Freitas. Durante quase três anos, construímos esse trabalho. Você foi para mim muito mais que uma orientadora. Obrigada pela compreensão, por sempre tentar me acalmar, por seus conselhos, por sempre estar pronta para me ouvir, por acreditar em mim, por fazer com que eu acreditasse em mim, por todos os momentos que compartilhamos. Sem você tenho certeza que nada disso seria possível.

RESUMO

Este trabalho tem como interesse discutir o processo de transformação no acesso a terra e constituição de modos de viver em Santa Helena-PR entre 1960 e 2013. A cidade de Santa Helena experimentou o processo de desapropriação ocasionado pela construção do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu entre fins de 1970 e início de 1980, o qual veio a impulsionar as disputas pela permanência no campo. A partir da construção do Reservatório da Binacional e da determinação de restituição às cidades lindeiras, a cidade de Santa Helena recebe royalties como uma forma de "compensar" os danos e prejuízos econômicos. Frente a isso é recorrente em Santa Helena a tentativa de construção de uma memória que retrate a cidade como desenvolvida e igualitária após essa reorganização financeira. No entanto, viver em Santa Helena é viver com desigualdades que se fazem presentes de forma latente. Para analisar essas dinâmicas sociais elaboradas no município, trabalhei com matérias produzidas pela imprensa, fontes orais, dentre outros materiais que me auxiliaram. Minha pretensão foi utilizar dessas fontes para refletir em torno das aproximações e diferentes trajetórias e modos de vida de trabalhadores e pequenos proprietários que vivenciaram o processo de desapropriação e que ainda vivem no município de formas bastante diversas, posicionando-se diante de situações que lhes foram sendo apresentadas a partir de suas diferentes condições de classe - como trabalho, moradia, acesso ao atendimento público de saúde, perspectivas de aposentadoria e de envelhecimento.

Palavras chaves: Trabalhadores, Proprietários, Santa Helena, Modos de vida.

A “experiência” (descobrimos) foi, em última instância, gerada na “vida material”, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente o “ser social” determinou a “consciência social” (Thompson).

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo I: Trabalhadores em Santa Helena: experiências desiguais em um terreno de interesses compartilhados	23
Capítulo II: Santa Helena: ‘‘Terra das Águas’’ em desigualdades sociais	60
Capítulo III: Entre desapropriações e disputas: terra, trabalhadores e viver em Santa Helena	90
Considerações finais	127
Relação de fontes	130
Bibliografia	132

Introdução

Este trabalho é resultado de um caminho de pesquisa construído ao longo de três anos. No ano de 2011 iniciei o projeto de Iniciação Científica ‘‘Memórias entre as Águas: Tensão social diante dos empreendimentos da Usina Hidrelétrica de Itaipu em Santa Helena-PR’’. Nele, trabalhei com um recorte historiográfico que compreendia os fins da década de 1970 e início de 1980, em Santa Helena-PR.¹

No começo deste percurso, minha postura frente à problemática estava limitada a discutir a construção da Hidrelétrica de Itaipu e as alterações que esta veio a provocar na dinâmica de Santa Helena. Nesse sentido, a "prainha" do município foi, em um primeiro momento, o foco de minhas reflexões e a presença visível desse processo.

Aos poucos, fui me deparando com os indicativos na redução significativa da população do município, mas, ainda assim, não tinha me questionado sobre as relações/alternativas que os trabalhadores e pequenos proprietários tiveram que vivenciar e produzir neste processo. O modo como se articularam para lidar com as mudanças que aconteceram forçadamente em suas vidas.

Aos poucos, estes e outros questionamentos foram sendo construídos. No primeiro ano de pesquisa, o levantamento de diversas fontes - folders, Atas da Câmara de Vereadores, jornais, entrevistas orais- e o contato com parte da bibliografia que aborda questões que se relacionavam com minha problemática, foram abrindo possibilidades de reflexão que não se restringiam mais à visão fechada que visualizava a Usina Hidrelétrica de Itaipu como um sujeito que determinava as relações das diversas pessoas que vivenciaram o processo de expropriação. Era preciso observar de que modo os diversos trabalhadores (com ou sem terra) lidavam e pressionavam esta relação construída na sociedade capitalista contemporânea².

No diálogo com trabalhos que discutiam a questão das desapropriações pude perceber que alguns autores tratavam a empresa -Itaipu- como se esta fosse o sujeito que elaborava e colocava em prática as ações e posicionamentos adotados por seus funcionários. Estas indicações me pareceram limitar as tensões vividas neste processo.

¹ A cidade de Santa Helena-PR teve 31,73% de seu território tomado pelas águas do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu, fato que contribuiu para a redução significativa da população do município. O término da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu foi efetivado no ano de 1982.

² As discussões propostas no projeto ‘‘Memórias entre as águas’’ foram ampliadas no projeto de iniciação científica ‘‘Caminhos e marcas de trabalhadores na Terra das Águas’’, o qual foi desenvolvido entre os anos de 2012 e 2013.

Afinal, a Itaipu Binacional nunca foi, e nunca vai ser, um sujeito com vontades próprias, mas uma empresa que foi idealizada e que teve suas ações direcionadas de acordo com os interesses de governantes, empresários e outros sujeitos que compartilhavam e compartilham da lógica capitalista que empreendeu, visando o lucro e exploração do potencial da região, alcançado por meio da manutenção das desigualdades sociais³.

Nesse sentido, novas discussões foram sendo pensadas ao longo dessa trajetória de pesquisa. Buscamos refletir em torno da tentativa de construção de uma memória que aborda os royalties e o “balneário” como promotores do “desenvolvimento” na cidade de Santa Helena.⁴ Esta dinâmica, fomentada por grande parte da imprensa local, representada por empresários/grandes proprietários de terra e políticos do município, dá uma visibilidade positiva para a construção do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu na cidade.

Sempre convivi com indicações que reforçavam/e reforçam a positividade dos royalties e da prainha em Santa Helena, a recorrente referência ao slogan “Terra das Águas” foi ouvida por mim em diferentes meios midiáticos e em diferentes municípios, como forma de divulgar os atrativos do balneário para os possíveis turistas que viessem a visitar a cidade.

Ao propor este trabalho de pesquisa procurei pensar sobre as motivações/tensões que permeavam/permeiam esta tentativa de criar uma suposta identidade da cidade através do balneário e dos royalties “unidos” no slogan “Terra das Águas”, como se simbolizassem a ideia desenvolvimentista/progressista do município.

No entanto, parecia que “ser” a “Terra das Águas” era algo tratado com naturalidade por parte dos sujeitos que vivenciavam a cidade, ideia que era/é reforçada

³ Essa prática é recorrente em outras áreas, que também experimentaram a expropriação e produção de hidrelétricas como pressões que alteraram de formas diferenciadas as dinâmicas dos sujeitos que tiveram que lidar com tais mudanças. Sobre estes apontamentos ver: SCHREINER, Davi Felix. *Entre a Exclusão e a Utopia – Um estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Nessa mesma direção a autora Karen Kraulinch aborda o processo de expropriação na cidade de Itaipulândia-PR. Ver: KRAULINCH, Karen Loraine. **Memórias e Histórias das expropriações em Itaipulândia- Paraná (1979-2011)**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História). UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2011.

⁴ O pagamento de Royalties funciona como uma forma de ressarcimento feito pela Usina Hidrelétrica de Itaipu aos 15 municípios Paranaenses que perderam parte de seu território com a construção de seu reservatório. A indicação oficial sobre os pagamentos às cidades atingidas está disponível no site da Hidrelétrica: <http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties> Acesso em: 04/06/2013.

através da mídia local. O reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu é colocado como algo que sempre esteve no município e isso passou a me incomodar. Frente a isso, ao pesquisar o acervo do Jornal Costa Oeste percebi que o processo de expropriação provocado pela construção do reservatório da empresa binacional não era esquecido, mas tinha particularidades na sua exposição⁵.

Por vezes, este fato aparecia nas edições do Jornal. No entanto, as matérias enfatizavam a capacidade de superação da cidade e de alguns munícipes que não deixaram Santa Helena, mesmo tendo que enfrentar certas dificuldades.

O processo de expropriar era/é minimizado, colocado como algo benéfico por essa imprensa e, de certo modo, indicado como algo necessário para que Santa Helena viesse a se tornar, supostamente, uma cidade "desenvolvida". Porém, estas indicações/apontamentos me causavam um incômodo, afinal meu objetivo inicial era justamente discutir as desapropriações provocadas pela construção do Lago de Itaipu em Santa Helena, e o que encontrava na mídia eram interpretações que indicavam essas ações como algo benéfico para a toda a sociedade.

Nessa investigação, deparei-me com proprietários e trabalhadores que experimentam Santa Helena, não como um grupo homogêneo, tampouco como inertes às diversas situações e relações que vivenciam para permanecerem no município. Nesse sentido, viver em Santa Helena na atualidade é conviver com disputas frente à construção de determinadas visões sobre o campo e a cidade, construções não apenas da imagem do município no contexto atual, mas tentativas de legitimar um caminho de acertos nos projetos apoiados e implementados pela Administração Municipal que procura indicar sentidos para o que se vive, ou se viveu da segunda metade do século XX até os dias atuais.

Nesse sentido, o caminho de expropriações e desigualdades também passa pelo processo de alagamento de áreas rurais em Santa Helena para a construção do Lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu em finais da década de 1970. Entretanto, ao tratar dessas questões a noção de expropriação não se limitará ao processo de desapropriação da Itaipu, muito menos a manter o modo como foi tratado esse processo por meio de uma matéria publicada no editorial da edição comemorativa aos 31 anos de Santa Helena:

⁵ O Jornal Costa Oeste está presente em Santa Helena faz 16 anos. No ano de 2012 realizei a pesquisa no acervo do Jornal com o objetivo de perceber o modo pelo qual as relações empreendidas na cidade eram apresentadas por meio de seus exemplares. Desse modo, optei por usar a sigla JCO ao longo do texto, discutindo as problemáticas que dialogam com as matérias do Jornal Costa Oeste.

Mais de três décadas... tempo suficiente para o município provar o potencial que possui, principalmente depois de enfrentar mudanças drásticas com a construção da maior Usina Hidrelétrica do Mundo. A Itaipu trouxe o desenvolvimento tecnológico não só ao Paraná, como a todo o país, fortalecendo o suporte elétrico nacional e internacional. Porém, foi necessário que Santa Helena “perdesse” alguns moradores, que optaram por morar em outras localidades por causa do Lago que tomou conta de grande parte do território municipal. Mesmo assim, o município não parou de crescer... Crescer em qualidade de vida, em conquistas, em projetos que ao longo do tempo estão sendo concretizados... É dentro deste sonho que hoje podemos nos incluir, o Jornal Costa Oeste nasceu a dois anos e dia-a-dia está sendo concretizado, registrando o progresso da região. É a confirmação de que o avanço só é possível quando o povo se mostra forte, corajoso e persistente, não se deixando intimidar pelos obstáculos. Cada edição do Jornal Costa Oeste é uma vitória. Vitória esta que não é apenas de uma equipe, mas do município como um todo. É assim que nos sentimos ao comemorar mais um ano de vida junto com Santa Helena... Vitoriosos ao começar a “andar” em quanto o município “corre” atrás do progresso... É com essa determinação que temos absoluta certeza que os 31 anos de Santa Helena representam apenas o começo de uma longa trajetória de sucesso, e que a trilha que está levando o Jornal Costa Oeste ao seu terceiro ano, é somente a indicação de que responsabilidade, competência e credibilidade, são fundamentais para que um sonho se torne realidade.⁶

A construção do reservatório de Itaipu é rememorado no editorial como um fato que proporcionou à cidade de Santa Helena a oportunidade de provar seu potencial de superação frente às mudanças que este processo acarretou na cidade. Entretanto, faz isso sem deixar de exaltar a capacidade de fornecimento de energia da empresa binacional.

Dentro desse movimento, chamado pelos editores da matéria de superação, a cidade teve que lidar com a “perda” de alguns de seus moradores, o que parece segundo o jornal não ter abalado o potencial de reorganização (produtiva) de Santa Helena, que aos 31 anos era apresentada como capaz de proporcionar qualidade de vida aos moradores que não se deixaram intimidar com os obstáculos, dentre eles a construção do reservatório de Itaipu.

Mas quais foram os sujeitos que tiveram que lidar com mudanças quando do alagamento de grande parte do território de Santa Helena? Será mesmo que deixar o campo ou a cidade foi para estes sujeitos uma opção? E para os que ficaram, significa não enfrentar dificuldades?

⁶ EDITORIAL. **Jornal Costa Oeste**, Santa Helena, maio/1998, p. 02. Edição de aniversário 31 anos.

Santa Helena, de acordo com os editores do JCO, em 1998, corria atrás de iniciativas, projetos que, supostamente, constituiriam o "avanço" no município. Diante disso, propus destacar experiências de trabalhadores e proprietários que enfrentaram esta mudança forçada ao se colocarem em embate com a construção do reservatório de Itaipu. Algo que foi, sem dúvida, um fator que acentuou as desigualdades sociais e tensões em relação às disputas por terra, trabalho, moradia e tantas outras questões em Santa Helena.

Porém, estes conflitos antecedem e atravessam o período de construção/efetivação do Lago de Itaipu e tornam-se significativos para a discussão proposta neste trabalho, haja vista a evidência da aquisição de posses como modo de muitos adquirirem suas propriedades em Santa Helena. O que leva a observar a movimentação, atuação e posicionamento de trabalhadores e pequenos proprietários nessa dinâmica histórica.

Desse modo, ao trabalharmos com materiais veiculados na imprensa devemos ter em mente que sua produção/construção não se faz fora das relações sociais. A posição social assumida por esse meio de comunicação é por vezes contraditória, mas, ainda assim, delimitada por um campo de atuação e de interesses. Frente à discussão proposta por Freitas é possível dimensionar tal procedimento:

O que incentiva utilizar as práticas de comunicação enquanto fontes é acreditar que não se tem controle do uso dessa produção por mais que ao produzi-las o jornal lide com expectativas e necessidades dos moradores, apresentando valores que muitas vezes são significativos para os mesmos diante da trajetória que construíram, os sujeitos reelaboram essas práticas a partir de suas experiências. E aqueles sujeitos que confrontam essas práticas de comunicação com a precariedade das condições de vida, que enfrentam dia após dia pelo direito à cidade, recolocam essa prática, articulando-a ao modo de viver que possuem. Saindo do que muitas vezes o jornal estereotipa ou mesmo abandona, enquanto possibilidades para a composição contraditória de uma relação de reconhecimento e indagação, sobre os modos de viver que essa imprensa explicita e como os compõem em suas páginas.⁷

Ao refletir em torno da utilização das fontes jornalísticas como uma possibilidade de investigação histórica, a autora nos indica que apesar de por vezes essa produção destacar expectativas e necessidades dos diferentes sujeitos sociais, elas são

⁷ FREITAS, Sheille Soares de. Em pauta, as disputas sociais na cidade: notas sobre imprensa e memória em Uberlândia. In: FREDRIGO, Fabiana de Souza et al. (Orgs.). **Escritas da História: Política, identidade e imaginário**. Goiânia: Ed. UCG, 2009, p 209-227.

articuladas na produção jornalística aos interesses editoriais, construindo um modo de olhar para tais questões. Algo perceptível ao analisar dois jornais para essa pesquisa que possuíam propostas editoriais distintas - o Jornal Costa Oeste e o Jornal Nosso Tempo⁸.

Com isso, trabalhar com fontes jornalísticas é lidar com uma determinada visão da sociedade que, na maioria das vezes, está comprometida com interesses de grupos empresarias e Administração Municipal. Porém, devemos compreender que esta contradição - na qual essas produções acabam por se solidificar como “porta vozes da população”, acaba por minimizar as vivências desiguais dessa sociedade - que não se “faz” fora das relações sociais, pelo contrário eles se constroem a partir dessas relações. Tudo isso, ocorre dentro do processo histórico, é o que sugere Khoury em seu trabalho ao destacar como devemos pensar os sujeitos:

O sujeito histórico não é pensado como uma abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas, que se fazem histórica e culturalmente, num processo em que as dimensões individual e social são e estão intrinsecamente imbricadas⁹.

Khoury nos instiga a pensar as relações sociais como relações que são produzidas num processo que ultrapassa as dimensões conceituais entre passado e presente, e entre as noções do individual e coletivo. O sujeito histórico é assim, historicamente construído, a partir das dinâmicas que vivencia. É inegável que estas práticas e percepções por vezes assumam avaliações e interesses individuais, porém por vezes as dificuldades/expectativas de diferentes sujeitos se intercalem e sejam, ainda que em um terreno desigual, um campo de interesses compartilhados.

Thompson em sua obra “A miséria da Teoria” discute essa noção de experiência, onde homens e mulheres são sujeitos ativos na sociedade, indicando a necessidade dessa percepção na investigação histórica:

Voltemos assim, ao termo que falta, “experiência”, e enfrentamos imediatamente os verdadeiros silêncios de Marx. Não se trata apenas de um ponto de junção entre “estrutura” e “processo”, mas um ponto de disjunção entre tradições alternativas incompatíveis¹⁰.

⁸ O acervo do Jornal Nosso Tempo, comprometido com a luta do Movimento Justiça e Terra e com críticas às ações do Consórcio da Itaipu na região, está disponível no site: <www.nossotempodigital.com.br>, possuindo cerca de 100 registros referentes à Santa Helena dentre os anos de 1980 e 1994.

⁹ KHOURY, Yara. A. Narrativas orais na investigação da História social. **Projeto História**, São Paulo, n. 22, p. 80, jun. 2001.

¹⁰ THOMPSON, E.P. O Termo ausente. In: _____. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 183.

O pressuposto de Thompson nos leva a uma reflexão que não se limita a uma simples junção entre estrutura e processo, mas a um ponto de disjunção. Ou seja, é necessário que deixemos de lado a ideia de que existam métodos/tradições fechados e homogêneos capazes de por si mesmo explicar processos históricos. Ao contrário, devemos estar atentos às tensões/conflitos e interpretações construídas na sociedade. A experiência humana é, diante disso, o ‘objeto’ de nossas pesquisas.

Será a partir dessa perspectiva histórica que analisaremos as diferentes experiências de trabalhadores e pequenos proprietários que vivenciaram o processo de desapropriação no município de Santa Helena-PR. Esses sujeitos expressaram suas desiguais condições nesta e em outras experiências de desapropriação de valores e interesses em Santa Helena a partir da segunda metade do século XX.

No confronto entre minha inquietação e essa leitura do processo busquei discutir a problemática das desapropriações em Santa Helena com o objetivo de contrapor essa versão dita oficial, na medida em que o contato com alguns dos diferentes agricultores (trabalhadores e proprietários) que experimentaram esta dinâmica.¹¹ Através das entrevistas orais, eles indicaram um processo conflituoso, contraditório e marcado por interesses classistas¹².

Diante dessa perspectiva, ao prosseguir a investigação ficava cada vez mais evidente a construção pela imprensa e Administração Municipal de uma cidade que aparentava ser ‘perfeita’. Entretanto, o conceito de "desenvolvimento" ao mesmo tempo em que é empregado para demonstrar uma suposta qualidade de vida (de forma homogênea), implica em colocar as desigualdades sociais em segundo plano, ainda que esse recorte ao lidar com a minha experiência em Santa Helena mostrasse que a cidade era/é marcada por desigualdades sociais.

Esse entendimento me fez considerar pertinente uma discussão que abordasse de que maneira os trabalhadores e pequenos proprietários, que vivem no município, interpretam e se posicionam diante das relações construídas de forma desigual na sociedade contemporânea.

¹¹ O termo "agricultores" vai ser destacado ao longo do trabalho, seja porque esses sujeitos se colocam nessa condição, seja porque alguns interlocutores desse processo, como o Movimento Justiça e Terra, recoloca essa noção, na medida em que também se associa a interesses de diferentes agricultores (indenizados, sem terras, donos de posses etc.).

¹² No decorrer do processo de pesquisa realizei 15 entrevistas e entendendo que ao expressar seus diversos posicionamentos frente às suas experiências os entrevistados expressam também seus posicionamentos políticos, optei pela utilização de pseudônimos, objetivando com isso preservar os sujeitos com os quais dialoguei no processo de análise aqui apresentado.

Nesse sentido, o trabalho com as fontes orais me permitiu pensar não apenas a construção da cidade e as desigualdades nela experimentadas, mas trouxe novas questões para o debate, de acordo com o pressuposto de Paul Thompson:

O desafio da história oral relaciona-se, em parte com essa finalidade social essencial da história, essa é uma importante razão por que ela tem excitado tanto alguns historiadores e amedrontado outros¹³.

Certamente o trabalho com a História oral, assim como o trabalho com qualquer outra fonte histórica, está ou deveria estar ligado a uma função social. Desse modo busquei discutir as relações construídas na cidade e no campo, dialogando com o processo de desapropriação como uma mudança que alterou de formas diferenciadas as dinâmicas de vida e de trabalho de sujeitos que tiveram que lidar com essa questão.

As discussões indicaram agricultores que visualizaram no processo de desapropriações/indenizações uma possibilidade de mudança que alterou de forma benéfica suas vidas, enquanto outros trazem em suas interpretações posicionamentos que expressam as situações difíceis que este processo de expropriação provocou (e ainda provoca) em sua permanência em Santa Helena.

Os apontamentos feitos por estes trabalhadores e proprietários me colocaram novamente em embate com parte da bibliografia que trabalha com questões referentes às desapropriações, ocasionadas no processo de construção do reservatório de Itaipu, pois em grande parte os envolvidos nessa disputa eram indistintamente chamados de desapropriados. O que para mim esvaziava o mote de articulações e possibilidades que as relações classistas e as divisões no interior das classes apresentam.

O termo "desapropriados", muitas vezes, acaba por homogeneizar os trabalhadores e proprietários em um único grupo, mas quem eram estes desapropriados? Há aproximações e distanciamentos entre eles? Estes questionamentos foram discutidos ao longo do trabalho de pesquisa.

A discussão não foi concluída e encerrada, mesmo que tenha conseguido dialogar com um grupo representativo desse processo (proprietários de terra, em suas diferentes condições, assim como arrendatários, assalariados e agregados). Não sendo possível que tivesse contato com trabalhadores que, por exemplo, dirigiram-se para assentamentos, como os organizados pela empresa binacional em parceria com o

¹³ THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p 21.

INCRA. Embora tivéssemos referências e notícias sobre essa dinâmica pelos entrevistados.

Entendo que as reflexões feitas por estes agricultores apresentam e atribuem sentidos que divergem de acordo com suas possibilidades e condições de classe, posicionamentos que não podem ser condicionados em um único grupo. Aliás, nem os próprios “grupos” são homogêneos, pois ainda assim, há divisões e distinções nos encaminhamentos dados para as necessidades e expectativas.

Estes posicionamentos motivados por interesses divergentes puderam ser percebidos ao problematizarmos a participação dos trabalhadores e proprietários que foram expropriados e se vincularam ao Movimento Justiça e Terra. Tive contato com autores - que serão discutidos ao longo do trabalho - e dentre eles, destaco Juvêncio Mazzarollo¹⁴, Guiomar Inez Germani¹⁵, e Judite Veranisa Schmidt¹⁶, que discutem as ações dos líderes e das práticas destes a partir do Movimento Justiça e Terra¹⁷.

Observei que as ações dinamizadas no movimento; que se firmaram como possível frente de resistência diante da reivindicação por melhores preços nas indenizações pagas pelo Consórcio Empresarial da Itaipu aos proprietários de terra; eram (e de certo modo ainda são) apresentadas com exaltação pela luta por acesso a terra.

Porém, alguns entrevistados sequer atribuíram importância a este Movimento com relação às indenizações. Nesse processo, os diferentes posicionamentos dos trabalhadores e proprietários que lidavam com a desapropriação também tornou complexa essa avaliação. Pois o Movimento, ainda que em um campo de possibilidades dos agricultores, aparecia não como um consenso, trazia dúvidas a determinados expropriados, fazendo com que muitos procurassem alternativas distintas.

Com esse suposto, as perguntas que me colocava eram: o que trabalhadores diaristas fariam então no Movimento? E os posseiros, arrendatários e agregados, que

¹⁴ MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça**: Esbanjamento econômico drama social e holocausto ecológico em Itaipu. 2ª edição revista e ampliada. Curitiba: Edições Loyola/CPT, 2003.

¹⁵ GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados**. Terra e Água: O Conflito de Itaipu. EDUFBA/ ULBRA 2003.

¹⁶ SCHMITT, Judite Veranisa. **Os atingidos por Itaipu**: história e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 200. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2008

¹⁷ O Movimento Justiça e Terra desde 1980 se colocou com uma possibilidade de luta para alguns dos trabalhadores e proprietários que tiveram que lidar com o processo de desapropriação. As ações do Movimento estavam vinculadas com as dinâmicas da CPT - Comissão Pastoral da Terra - que se colocava/coloca como mediadora de muitas ações referentes aos conflitos envolvendo a disputa por terras no país.

não eram reconhecidos como proprietários? O que fariam os pequenos proprietários, que por vezes não tinham condições de deixar suas dinâmicas de trabalho para participar desta organização, pois tinham outras urgências a encaminhar?

Estes questionamentos com os quais dialoguei, expressavam a contradição que foi construída nesse processo de muitas lutas e que, nesse sentido, não visualizavam a participação no Movimento Justiça e Terra como uma alternativa tranquila para todos. Frente a estes e outros sentidos atribuídos pelos entrevistados que se dispuseram a expressar seus posicionamentos, optei por utilizar pseudônimos ao apresentá-los, objetivando com isso preservá-los de uma exposição desnecessária e que não desejavam que eu realizasse, pois sabemos que suas interpretações se dão a partir de um determinado posicionamento político sobre o social.

Todas essas evidências me levavam a pensar uma cidade desigual formada por trabalhadores e proprietários que não compartilhavam das mesmas condições e alternativas nesse processo de expropriação. Junto a isso, uma nova questão apareceu, mesmo que certos trabalhadores e proprietários não compartilhassem das mesmas condições durante o processo de expropriação, que aproximações e distanciamentos eram possíveis discutir?

Este questionamento surgiu a partir de uma problemática levantada por Santos, seus apontamentos abriram novas margens de discussão, as quais me fizeram sair do suposto que abordava apenas as desigualdades entre os trabalhadores e proprietários para pensar que estas relações, ainda que constituídas em um campo desigual, eram mais complexas e ambíguas¹⁸.

Estas aproximações entre sujeitos que vivenciavam e que vivenciam relações desiguais foram encontradas a partir da análise de interpretações destes trabalhadores e proprietários sobre o viver em Santa Helena, diante de seus anseios, necessidades, como também ao analisar suas trajetórias. Essa investigação permitiu perceber sentidos sobre as limitações que se impuseram em suas dinâmicas com o trabalho, estudos, sobrevivência e as alternativas que produziram para lidar e melhorar suas condições de vida, dentre eles ao vivenciarem o processo de desapropriação para a produção do Lago da Itaipu.

¹⁸ A reflexão em torno das aproximações e distanciamentos entre os agricultores, em suas diferentes condições, foi elaborada após uma dinâmica de estudos com outros acadêmicos em uma oficina de pesquisa em junho de 2013. Nesta, o professor Carlos Meneses de Sousa Santos me questionou sobre qual era meu posicionamento frente a essas aproximações/distanciamentos. Diante da sua indagação me propus a uma reflexão que contemplasse esta problemática neste trabalho.

Ao pensar a trajetória de agricultores em Santa Helena não pude deixar de observar que a tentativa de construir uma determinada história para a cidade não era uma exclusividade patronal e do Jornal Costa Oeste. Pensar as relações sociais elaboradas no município foi também lidar com certas noções, e porque não dizer tipificações de determinadas relações e sujeitos, que supostamente construíram/fundaram o município; os chamados pioneiros.

Langaro é um dos autores que aborda a noção de pioneiros em seu trabalho. O autor, aparentemente, contrapõe-se à ideia de pioneiros, mas acaba por criar outros estereótipos que não fogem a “essência” do pioneirismo. Ainda assim, permite perceber os sentidos construídos para as disputas daqueles que se apresentam como os que têm, ou não, direito de serem considerados “pioneiros”¹⁹.

Os “pioneiros” de Langaro eram alguns sujeitos vindos dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, quando digo alguns, refiro-me ao fato de que grande parte dos entrevistados de Langaro é de famílias abastadas da cidade -empresários e grandes proprietários de terra - mesmo que isso esteja diluído nas entrelinhas do revelar “outras histórias do Oeste do Paraná”.

Obviamente, Langaro não foi o único que buscou discutir a ideia do pioneirismo. Colodel também o fez. Sua obra foi um dos manuais didáticos utilizados nas escolas municipais de Santa Helena. O posicionamento do autor na defesa dos “pioneiros”, vindos em sua maioria do Rio Grande do Sul, fica evidente não apenas em seus trabalhos, ele faz questão de deixar isso bem claro também em conversas sobre a “História do Município”²⁰.

Conheci Colodel antes mesmo de iniciar o projeto de pesquisa. Ele sempre esteve envolvido em iniciativas da Prefeitura Municipal, justamente no sentido de relembrar um determinado passado da cidade. Quando iniciei o projeto de iniciação científica foi ele que intermediou minha conversa com os responsáveis pelo Jornal Costa Oeste e viabilizou a realização da pesquisa no acervo do jornal.

Sempre que nos encontrávamos Colodel fazia questão de saber que rumos minha pesquisa estava tomando, como também fazia questão de tentar me mostrar e

¹⁹ LANGARO, Jiani. **Para além de Pioneiros e Forasteiros**: outras histórias do Oeste do Paraná. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

²⁰ A busca efetivada de Colodel em torno da construção do “pioneiro” em Santa Helena pode ser percebida em várias de suas obras, mas destaco aqui: COLODEL, José Augusto. **Obragens e Companhias Colonizadoras, Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960**. Santa Helena: ASSOESTE, Ed. Educativa, 1988.

indicar com quais sujeitos conversar e a importância que estes tiveram para Santa Helena - alguns dos nomes apontados por ele fazem parte dos entrevistados de Langaro.

Meu objetivo não era discutir/enfatizar a ideia do pioneiro, mas não pude deixar de abordá-la. Não com o intuito de trazer novos pioneiros para “A História” da cidade, mesmo porque este é um termo construído para atender determinados interesses, já que são consagrados, na maioria das vezes, os empreendedores que financiam essa condição - principalmente empresários, que também são os grandes proprietários de terra.

Para mim, abordar essa problemática teve como objetivo discutir a movimentação dos trabalhadores vindos de diversas regiões do Brasil, não porque sabiam que Santa Helena seria supostamente uma cidade desenvolvida, ou porque quisessem um dia ser conhecidos como pioneiros, mas porque visualizavam na mudança para Santa Helena uma possibilidade de alterarem suas vidas. O que esteve balizado por uma série de valorações e avaliações.

Essas discussões foram sendo elaboradas em um caminho trilhado em meio a incertezas que emergiram de um debate - no início bem limitado - que acabou por abrir um leque de possíveis discussões. Desse modo, a reflexão não ficou pautada apenas no processo de expropriação, tampouco presa às décadas de 1970 e 1980, houve recuos para décadas anteriores e uma tentativa de partir do que vivem no presente, procurando recompor esse caminho, na cidade e no campo. A tentativa foi dialogar e relacionar passado e presente, pois as discussões sociais não são estáticas, são construídas e polemizadas dentro de um movimento histórico.

Essas discussões, ainda que breves, trouxeram algumas conclusões e abriram margem para problemáticas que não serão finalizadas nesse trabalho, mas exploradas em outro momento. Acredito que as reflexões feitas aqui são significativas, pois buscam problematizar a transformação e o fazer-se de sujeitos em uma cidade que é experimentada de forma desigual, observando em que medida a construção do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu compôs e acentuou as desigualdades no contexto da sociedade capitalista em que está inserida.

Nessa perspectiva, as reflexões dinamizadas no primeiro capítulo objetivaram discutir as diferentes interpretações feitas por trabalhadores e pequenos proprietários que experimentam a cidade de Santa Helena desde a segunda metade do século XX, destacando como veem esse percurso hoje. O interesse foi observar as aproximações e

distanciamentos presentes em seus posicionamentos, aliando a isso problematizar a tentativa de construção de uma memória que apresentasse positivamente a cidade, seu "desenvolvimento" e a "qualidade de vida" no município.

No segundo capítulo, propus uma problemática em torno dos royalties e da "prainha" em Santa Helena. Tentei perceber o modo pelo qual estas práticas são noticiadas através do Jornal Costa Oeste e interpretada por aqueles que, de certo modo, enfrentaram situações de desapropriação em função da composição do reservatório e dos royalties. Para isso, mantive um constante diálogo com os posicionamentos/avaliações de trabalhadores e proprietários que moram no município e interpretam condições de trabalho, moradia e relação com a administração municipal.

Diante disso, abordo a forma pela qual o balneário e os royalties são apresentados pela mídia e pelos entrevistados, que foram, a princípio, escolhidos para essa pesquisa por terem vivenciado o processo de desapropriação da Itaipu, como proprietário, trabalhador, comerciante entre outros. Tentei também elaborar uma problemática em torno das diferentes experiências dos trabalhadores e proprietários que tiveram que lidar com este processo de desapropriação. Acredito que esse momento acentuou as dificuldades e desigualdades na cidade e no campo.

Por fim, nas discussões do terceiro capítulo procurei perceber as ações elaboradas frente à organização/participação dos trabalhadores e proprietários que de alguma forma tiveram que lidar com o processo de desapropriação e a relação que mantiveram, ou não, com o Movimento Justiça e Terra. Propus me ater às motivações que levaram estes sujeitos a aderir, ou não, às dinâmicas do Movimento e como propuseram seus interesses nesse campo de forças que se colocou no meio rural de Santa Helena.

Avalio que estas problemáticas permitiram destacar a movimentação e atuação dos trabalhadores e pequenos proprietários em meio a interesses empresariais e de grandes fazendeiros. O interesse foi problematizar como suas atuações/articulações foram construídas historicamente, como suas vivências foram avaliadas no presente. Algo que considerei representativo das relações desiguais na sociedade capitalista e, principalmente, propícias para serem abordadas nesse trabalho.

CAPÍTULO I

Trabalhadores em Santa Helena: Experiências desiguais em um terreno de interesses compartilhados

Proponho uma reflexão em torno das trajetórias e experiências de trabalhadores e pequenos proprietários frente ao viver em Santa Helena na segunda metade do século XX e início do século XXI. O interesse é observar que estes modos de vida desiguais são significativos ao analisarmos as possibilidades e dinâmicas sociais construídas por eles no contexto da sociedade capitalista contemporânea.

Ao problematizarmos os posicionamentos e sentidos atribuídos ao viver em Santa Helena, destaco um campo de forças, construído ao longo de um processo histórico, no qual as tensões e enfrentamentos sociais foram (e são) uma constante. Nesse sentido, a interpretação feita por Rafael²¹, sobre as dinâmicas que construiu ao chegar ao município, no início da década de 1960, permite dimensionar as práticas dos agricultores, como ações construídas em meio a um terreno de relações sociais contraditórias, permeando campo e cidade.

Rafael e sua esposa residem em uma área rural de 11 alqueires, situada no distrito de Sub-Sede em Santa Helena. Ambos são aposentados e donos da terra em que vivem. Um dos cinco filhos do casal ajuda Rafael na organização do plantio de soja e milho, os quais são a base econômica da família. Diante dessa realidade, Rafael faz os seguintes apontamentos sobre sua trajetória e sobre o viver em Santa Helena:

Pesquisadora: Então seu Rafael o senhor sempre morou em Santa Helena ou veio de outro lugar?

Rafael: Eu vim de Lajeado, Rio Grande do Sul.

Pesquisadora: E já faz mais ou menos quantos anos que o senhor mora aqui?

Rafael: 49 [anos].

Pesquisadora: E quando o senhor veio, o senhor era criança ou já era mais velho?

Rafael: 15 eu tinha.

Pesquisadora: Então o senhor veio com seus pais?

Rafael: Sim. Quando nós vínhamos tudo nós era solteiro, não tinha nem um casal, só o mais velho no dia que ele chegô do exército... no dia que ele chegô, nós embarquemo e vínhamo pra cá, ele tinha 20, 21 e o José tinha 19 e a mana tinha 17 e eu 15, e ainda tinha mais oito (risos).

²¹ Rafael (Pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Rafael em 23/08/2012. Santa Helena-PR.

Pesquisadora: E por que os pais do senhor resolveram vim de lá pra cá?

Rafael: Ah foi a melhor coisa que fez, Deus o livre!!! Porque o que que eles iam fazê lá, naqueles peral? Chegemo ai no mato e foi sofrido um pouquinho no começo, mas depois foi pra já que foi melhor que lá.

Pesquisadora: Então vocês venderam a terra lá e vinheram morar aqui?

Rafael: É, o pai compro aqui em [19]55 e em dois ano ele pagou as duas colônia de terra [15 alqueires] que era nossa ali. Agora ficou metade embaixo da água e ele criou tudo os filho ali e tudo. Eles tão bem colocado. E lá no Rio Grande não sei o que ele ia fazê com os filho lá. Ele comprô duas colônia de terra em [19]55 e em 56 nós vinhera morá, tinha as três colônia de terra que nós vendemo lá [Lajeado] e não valia por um alqueire aqui [Santa Helena].

Pesquisadora: E como é que foi, foi difícil começá a vida, como é que foi assim?

Rafael: É, não foi muito fácil não, eu casei... em [19]73 e eu derrubei a metade dos mato daqui pra lá até na Buricá, em Santa Helena. Eu comprei as minha terra, com o motosserra eu derrubei tudo os mato aqui.

Pesquisadora: Ah o senhor derrubava para os outros, para as pessoas que iam chegando?

Rafael: É, eu andava a semana inteira, as vez ficava o dia no mato e tenho a motosserra ainda funcionando. Daí eu comprei as terra, mais dois ano eu fiquei morando lá na barranca do rio, lá embaixo, com o pai, que o pai me deixô mora num canto lá.

Pesquisadora: E hoje o que o senhor acha da cidade de Santa Helena, o senhor gosta de morá aqui?

Rafael: Santa Helena... eu não posso falá nada, eu só sei dizê que daqui eu não saio e daqui ninguém me tira, gente que não faz mal pra ninguém não tem lugar ruim²².

Para Rafael a decisão de vender as terras em que ele e seus pais moravam em Lajeado-RS, para que pudessem mudar para Santa Helena, foi a melhor coisa que poderiam ter feito. Possivelmente, essa visão positiva sobre a venda das terras, deve-se a atual situação da família de Rafael.

Mesmo que em alguns momentos de sua fala tenha enfatizado as dificuldades que enfrentou quando chegou a Santa Helena, percebo que ele teve condições de se estabelecer com a família como pequeno proprietário. Essa condição exigiu de Rafael e sua família muito esforço frente ao trabalho - ainda que com dificuldades de se instalarem no início. Posteriormente, Rafael contou (de forma limitada, mas satisfatória) com o auxílio do pai - mesmo que com um canto da propriedade na "barranca do rio"- até que conseguisse sua própria terra.

²² Rafael (Pseudônimo). Entrevista realizada pela autora, na residência de Rafael, em 23/08/2012. Santa Helena-PR.

A dinâmica da venda de terras possibilitou que o pai de Rafael adquirisse (por escritura ou compra de posse), ao longo do processo, áreas de melhor qualidade, articulando-se ao trabalho da derrubada do mato, exercido por Rafael. Possivelmente Rafael tenha sobrevalorizado (e abreviado) suas indicações diante dessa dinâmica, mas este apontamento nos permite dimensionar algumas relações construídas no campo em Santa Helena, no início da década de 1960.

Muitos que almejavam possuir sua terra estavam como Rafael, chegando a Santa Helena, porém nem sempre com as mesmas condições que as suas. O trabalhador rural José esteve em Santa Helena pela primeira vez em torno da década de 1960, no entanto, depois de idas e vindas, procurando trabalho, estabeleceu residência no município por volta da década de 1970.²³

A trajetória destes dois agricultores é representativa ao pensar o campo desigual vivido pelos trabalhadores e a constituição de proprietários rurais em Santa Helena, a partir da segunda metade do século XX e, principalmente, nestes últimos anos frente ao avanço agroindustrial sobre as atividades e relações no campo²⁴.

Atualmente, José reside no distrito de São Clemente com sua esposa. O casal, diferentemente de Rafael, articula a vida apenas com as aposentadorias dos cônjuges [um salário mínimo de cada um]. A partir disso, ele faz os seguintes apontamentos sobre sua trajetória:

Pesquisadora: Então seu José vamos começar assim, o senhor fala quantos anos o senhor tem, onde o senhor morava antes de morar aqui.

José: Eu tenho 72 anos, eu nasci lá em Viçosa [MG], me criei no Pernambuco e do Pernambuco eu vim pro Paraná.

Pesquisadora: E o que o senhor fazia lá no Pernambuco?

José: Lá eu trabalhava.

Pesquisadora: Mais trabalhava no quê?

José: Trabalhava de agregado nas terra dos outro, plantava milho, feijão e daí vim embora pro Paraná.

Pesquisadora: Veio com seu pai e sua mãe ou veio sozinho?

José: Não, vim só.

Pesquisadora: Seu pai e sua mãe ficaram lá?

José: Ficaram lá [em Pernambuco], minha família ficaram quase tudo lá. Ai eu vim pra cá só - eu, a muié e os filho.

Pesquisadora: E veio por quê? Por que não ficou lá?

²³ José (Pseudônimo). Entrevista realizada pela autora em 04/04/2012, na residência de José. Santa Helena-PR.

²⁴ Esta questão será aprofundada no decorrer deste trabalho.

José: Há porque eu achava que aqui era melhor né? Que dava mais renda pro cara morá aqui, pensei que aqui era melhor de morá do que lá, e tô por aqui até hoje.

Pesquisadora: Mais o senhor nunca tinha vindo aqui conhecer, ou não?

José: Já, já. Eu já tinha vindo uma veiz. Eu me casei, daí vim pro Paraná [...] [No início da década de 1960], ali pro lado de Paranaíba. Daí fiquei um ano e poucos meis, dai voltei de novo pro Pernambuco, dai fiquei lá uns sete ano, dai depois resolvi vim de volta pra cá [em fins da década de 1960] fiquei um ano e pouco aqui [Santa Helena], dai toquei uma roça, dai voltei pro Pernambuco, dai fiquei lá uns sete ano, sete, oito ano, ai só trabaiano mais pros outro, não dava resultado, era um cativoeiro naquele tempo. Ai eu voltei de novo pro Paraná [No início da década de 1970] Ai fiquei, vim direto pra cá, pra Santa Helena.

Pesquisadora: E aqui o senhor trabalhou aonde?

José: Aqui eu trabaiei bastante. Trabaiei nas terra dos outros. Trabalhei na terra do Antônio Buke, do Bastião Barbosa. No Bastião Barbosa eu plantava hortelã, Depois vim mora nas terra do Antônio Buke.²⁵

Diferentemente de Rafael, a trajetória de José foi marcada por mudanças intermitentes e constantes reavaliações. Desde o período em que morou em Pernambuco, ele sempre trabalhou em áreas rurais como ‘agregado’, ou seja, as terras em que ele e sua família trabalhavam/moravam eram de outras pessoas. Ele pagava um determinado valor para que pudesse continuar a trabalhar e morar nas terras.

José e Rafael têm em comum o fato de que se propuseram a empreender práticas para transformar, em alguma medida, suas condições de vida. Porém, as dinâmicas construídas por eles, expressam a atuação de sujeitos que vivem no campo em um momento de fortes mudanças e disputas por terra. Eles informam sobre um universo de movimentação social de trabalhadores e produção de alternativas para quem está na condição de prover-se como proprietário ou alçar, por desiguais caminhos, para essa condição; com posses, assentamentos, ou mesmo com disputas judiciais e enfrentamentos violentos - como os vivenciados em Santa Helena.

Desse modo, José não teve a ajuda de seus pais para estabelecer-se em Santa Helena, ou em qualquer outro lugar que esteve em busca de trabalho. Tampouco conseguiu elaborar outra fonte de renda como, por exemplo, a prática da derrubada da mata, construída por Rafael, e conseguir em curto prazo comprar uma terra para ampliar sua renda e manter a família.

²⁵ José (Pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de José em 04/04/2012. Santa Helena-PR.

Possivelmente, as necessidades da família de José fossem outras, as urgências, a incerteza de não saber qual seria seu próximo destino e trabalho limitavam suas ações, mas não as anulavam. Tanto que José, desde bem jovem, esteve constantemente procurando novas formas de lidar e modificar sua vida, suas relações com o trabalho e a condição de classe que experimentava.

A narrativa de José indica suas passagens pelo estado do Paraná. Possivelmente essa articulação encontrada por ele esteja relacionada com os períodos de safra, plantação ou colheita, onde José conseguiria um ganho extra, exercendo trabalhos de diarista. Algo que o ajudaria a complementar a renda de sua família, residente ao longo da década de 1960 no estado de Pernambuco. Somente em meados da década de 1970, mulher e filhos o acompanhariam para Santa Helena.

Frente a isso, entendo que os trabalhadores se posicionam diante das situações que experimentam, dentro de suas possibilidades de classe, e articulam suas alternativas, de acordo com interesses e necessidades. Entretanto, por vezes estes interesses e necessidades se entrecruzam com o de outros sujeitos. E diante de pressões e limites, formam assim - ainda que em um campo desigual - um terreno de condições compartilhadas com outros trabalhadores - como os que vinham com José para o Paraná em épocas de empreitada. E, algumas vezes, até mesmo se aproximam daqueles que se constituem pequenos proprietários - que têm dificuldade em se manter e produzir na terra que possuem.

Ao lidar com estas interpretações, as fontes orais permitiram, também, dimensionar os enfrentamentos e as contradições de uma sociedade que não é estática e que não pode ser resumida como um modelo homogêneo, abstrato e enquadrado, mas sim, com uma sociedade formada por diferentes sujeitos que se posicionam classistamente e de acordo com o que se apresenta enquanto relações classistas. Algo que dialoga com o que Alessandro Portelli ao remeter-se à produção de campo de possibilidades:

A história oral e as memórias, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. [...] mas esta miríade de diferenças individuais nada mais faz do que nos lembrar que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme como nos é representada nas necessárias abstrações das ciências sociais, parecendo-se mais com um mosaico, um *patchwork* em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas

coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença.²⁶

A discussão proposta por Portelli aponta que as narrativas orais nos oferecem diferentes possibilidades dentro de um campo comum. Assim, podemos entender que apesar de vivenciarmos a mesma sociedade, nos posicionamos frente às situações que nos são apresentadas de acordo com as possibilidades que julgamos ser a mais viável dentro de determinado processo histórico e de como nos vemos nele, partindo de nossa trajetória e da condição de classe que compartilhamos.

O trabalho com as entrevistas permitiu uma discussão em torno dos diálogos e confrontos estabelecidos historicamente em sociedade, destacando posicionamentos marcados por relações de classes. Essas experiências são significativas aos discutirmos os diversos posicionamentos e enfrentamentos dos sujeitos sociais²⁷.

Entretanto, por vezes esse “mosaico” social é construído/forjado de forma homogênea, procurando retirar do foco as relações elaboradas em um campo conflituoso e contraditório. Nessa perspectiva, uma das matérias publicadas no Jornal Costa Oeste no ano de 2002 possibilita uma discussão em torno das disputas e pressões experimentadas em Santa Helena:

Uma pesquisa realizada no início do ano em Santa Helena demonstrou que 97% da população está satisfeita com o município e não pensa em se mudar para outra cidade. O santa-helenense aprendeu amar ainda mais a sua terra. Dentre os principais itens positivos apontados pelos entrevistados, estava a qualidade de vida e a boa infraestrutura oferecidas pelo poder público municipal. Autoridades ouvidas pelo JCO entendem que o resultado da pesquisa reflete principalmente os esforços que vêm sendo feitos, no sentido de dotar a sede urbana e a zona rural de equipamentos adequados ao atendimento da população. Para o prefeito Silom Schimidt, que acaba de reassumir o cargo após dez dias de licença para tratamento médico “saber que 97% da população está satisfeita com a cidade aonde vive é motivo de alegria e ao mesmo tempo de preocupação, pois aguça ainda mais o sentido de continuar apresentando as respostas mais eficientes diante dos problemas que se apresentam.”²⁸

²⁶ PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 2, p.72, dez.1996.

²⁷ O autor Carlos Meneses de Sousa Santos faz uma reflexão em torno da utilização de fontes orais nos trabalhos históricos. Nesse sentido, Santos ajuda a pensar estas fontes como materiais que nos permitem perceber as tensões e avaliações dos sujeitos com os quais conversamos, trazendo sua própria ótica durante o diálogo proposto na entrevista. Ver: SANTOS, Carlos M. S. Sobre narrativas e movimentação social de trabalhadores: Uberlândia no final do século XX e início do século XXI. **Diálogos**, Maringá, v. 16, n.º. 1, p 281-303, jan-abr/2012.

²⁸ QUALIDADE de vida constitui forte atrativo para fixar população. **Jornal Costa Oeste**. Santa Helena, 25 de maio, 2002, p. 13. Caderno Especial - Santa Helena 35 anos.

É notável o esforço feito pelos editores da matéria em demonstrar e exemplificar os motivos da suposta satisfação e aceitação dos santa-helenenses frente ao município. Porém, acredito que se algumas pessoas perceberam que havia a necessidade de se produzir um material, enaltecendo todos os supostos benefícios de viver em Santa Helena, é justamente porque sabem que as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores que ali alicerçam suas dinâmicas de vida são muitas.

Além disso, sabem também que estes sujeitos contestam, enfrentam e se posicionam frente a estas situações, buscando de alguma forma amenizá-las e/ou resolvê-las. Desse modo, entendo que empresários da imprensa e vinculados a atividades econômicas do campo e da cidade, como também os membros da Administração Pública vêm, dia a dia, aperfeiçoando e dinamizando variados mecanismos na tentativa de convencer os trabalhadores da positividade das relações de exploração e desigualdade, mantida pela ótica do capitalismo.

Nesse sentido os dirigentes destes meios midiáticos, articulam seus interesses aos interesses dos diversos sujeitos das classes patronais os quais se somam pela e na ótica do capitalismo.

Desse modo, é necessário que saiamos do fatalismo social e busquemos refletir em torno destes posicionamentos, não como atitudes dicotômicas, pautadas na visão fechada e determinante entre dominantes e dominados. É necessária uma reflexão que observe resistências, enfrentamentos, aproximações e distanciamentos nas relações classistas.

Assim, ao examinar a matéria publicada no Jornal Costa Oeste, não basta que identifiquemos os números, os 97% da população de Santa Helena, supostamente satisfeitos com o viver na cidade, pois não resumem todo o processo. A trajetória e as articulações construídas pelos trabalhadores e pequenos proprietários alcançam outros níveis de reflexão e materialidade.

Esses índices buscam, sem dúvida alguma, legitimar a positividade do município, mas, do mesmo modo, compõem um terreno de tensões e disputas, onde a contradição e a contestação destas relações desiguais são constantes. Nesse sentido, é preciso dialogar com as diversas proposições construídas por estes sujeitos, mesmo circunscrevendo-os no universo de agricultores, como José e Rafael, que articularam,

dentro de suas possibilidades de classe, maneiras distintas de transformar suas condições²⁹.

Frente a esta problemática faremos agora uma análise em torno dos apontamentos feitos por Jair e Gení sobre a experiência de viver em Santa Helena. O casal reside na comunidade de Linha Aparecida³⁰ junto com seus três filhos.

Pesquisadora: E assim se vocês tivessem que falar do município de Santa Helena para alguém o que vocês falaria, é um lugar bom?

Jair: É, tão ruim não é não. A gente tem que batalhá em qualquer lugar do mundo, tem lugar que é pior, que nem a gente assiste no Nordeste e tudo né?

Geni: Até no Paraná né? Se o cara não trabalhá não adianta.³¹

Certamente Jair e Gení poderiam compor o índice dos 97% da população santa-helenense supostamente satisfeita com o viver na cidade. No entanto, esta satisfação está imersa em um contexto ambíguo. Se a matéria exposta pelo Jornal Costa Oeste descrevia e enaltecia a ‘perfeição’ da cidade, a interpretação feita pelo casal traz indícios de que existem dificuldades ao viver em Santa Helena.

No entanto, a indicação feita por Jair frente às condições de vida experimentadas na região Nordeste do Brasil busca, em alguma medida, justificar os incômodos que vivencia diante das necessidades em Santa Helena. Isso se deve, em parte, pela construção feita por inúmeros meios midiáticos que rotulam a região Nordeste a partir da miséria/pobreza, os quais acabaram se tornando ‘rótulo’ social.

É inegável que a região semiárida do Nordeste brasileiro convive com sérias dificuldades sociais, porém essas condições não são alheias às demais regiões brasileiras. No entanto, parte da mídia insiste em estereotipar tais situações somente à região Nordeste do País.

Frente a isso, ao consultar um dos inúmeros sites que fazem indicações/notícias sobre o Nordeste brasileiro, alguns meses após essa entrevista, percebi que os apontamentos não ficam somente na construção de uma sociedade pobre, mas, além

²⁹ O pressuposto de Thompson nos instiga a pensar as relações construídas em sociedade como relações que são produzidas de acordo com diferentes interesses de classe, porém isso não se dá de forma mecânica, mas a partir de aproximações e distanciamentos entre esses diversos sujeitos. Ver: THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: _____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Org. Antônio Luigi Negro, Sérgio Silva. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

³⁰ Linha Aparecida, comunidade rural do distrito de São Clemente - Santa Helena-PR.

³¹ Gení e Jair (Pseudônimos). Entrevista realizada pela autora, na residência do casal, em 27/01/2012. Santa Helena-PR.

disso, utilizam-se destas condições para autoafirmar o governo brasileiro como benfeitor, assistindo (com sucesso) os sujeitos "em dificuldade".³²

Porém, as desigualdades sociais não se limitam a região Nordeste e Luiza faz sua interpretação sobre seu viver em Santa Helena. Ex-agricultora, hoje é aposentada e para complementar sua renda trabalha como costureira para vizinhos e conhecidos. Atualmente, reside em Sub-Sede com sua filha e neto. Durante nossa conversa Luiza indica o que acha do município:

Luiza: Eu acho que também tá sendo meio pouco o negócio da saúde, precisaria mais porque imagina... tem muitas vez que no posto de saúde mesmo é... falta medico né? Porque continua sempre os mesmo de antigamente, quase os mesmo médico que tem, que eu sei mesmo de mais novo. Bom, não vô dizê que seja os mesmo daquela época que a gente entrô aqui, que tá esses médico de Santa Helena, mais faiz anos que eu conheço esses médico que tem ali, e sempre bem dizê os mesmo e precisaria mais de atendimento médico, dentista... Eu acho que nem tá tendo mais dentista, se tivé é agora, duns dia pra cá, porque esses dia eu fui não tinha no posto ali.³³

Luiza enfatiza as dificuldades enfrentadas no atendimento médico, hospitalar e odontológico em Santa Helena, pois lidar com o sistema público de saúde do município faz parte da realidade de sua família. O que destaca não parece condizer com o enaltecimento feito pelos editores do JCO sobre o amor dos munícipes à cidade. Os posicionamentos de Luiza, Jair e Geni são para mim expressões de sujeitos que reconhecem limites no que vivenciam na cidade, no posto de saúde, na tentativa de tratamento dentário dentre outros.

Como colocou Gení, não precisamos demonstrar situações de dificuldade com exemplos de outros lugares, do modo que fez Jair, citando o Nordeste. No Paraná mesmo as dificuldades/desigualdades sociais existem, como indicou Luiza. Na “perfeita” Santa Helena apresentada em certas matérias do JCO, os trabalhadores vivenciam necessidades - mesmo que a tentativa em deslegitimar essa realidade seja constante.

Percebo, também, as limitações do sistema de saúde pública de Santa Helena ao dialogar com o trabalho de pesquisa realizado para fazer um levantamento de

³² FELLET, João. Veteranos da seca no nordeste dizem que pior já ficou para trás. 18 jun. 2012. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/bbc/2012/06/18/veteranos-da-seca-no-nordeste-dizem-que-pior-ja-ficou-para-tras.htm> Acesso em: 03/05/2012

³³ Luiza (Pseudônimo). Entrevista realizada pela autora, na residência de Luiza, em 20/02/2012. Santa Helena-PR.

"aspectos econômicos, políticos e sociais" da cidade. De acordo com os pesquisadores que elaboraram o "Diagnóstico Local do Município de Santa Helena" é possível indicar que:

As consultas médicas realizadas de janeiro a abril de 2006 totalizaram 11.936 consultas e no mesmo período, foram realizados 3.969 procedimentos odontológicos. O município de Santa Helena atingiu assim, uma média de 0,35 consultas médicas por habitantes/ano em 2006, estando abaixo do considerado ideal pelos parâmetros do SUS, que recomendam que a média seja de 1 a 3 consultas por habitante/ano. Semelhante, o número de consultas odontológicas 0,11 consultas odontológicas por habitante/ano está abaixo do recomendado pelo SUS, que é de 0,5 a 2 consultas por habitante/ano.³⁴

Os índices acima reafirmam o que para Luiza não é nenhuma novidade, afinal ela lida com estas dificuldades no acesso aos serviços de saúde pública em seu dia a dia. Para Luiza os baixos índices de atendimentos indicados no Diagnóstico Local é perceptível na falta de médicos e dentistas. Nesse sentido, essas indicações contradizem a ideia de uma cidade perfeita a qual proporciona a seus munícipes a satisfação tão enfatizada na matéria do JCO.

Estes aspectos ficam ainda mais evidentes somados aos apontamentos que Antônio faz, expressando de que modo visualiza as relações construídas em Santa Helena:

Pesquisadora: E o senhor chegou aqui em que ano mesmo?

Antônio: Eu cheguei aqui faz... vai fazê 45 ano, tá pra 46.

Pesquisadora: E quando o senhor chegou aqui com a sua mulher o que vocês faziam tinham alguma diversão?

Antônio: A nossa diversão era a lavoura, trabaiá. Trabaiá era a diversão, não tinha diversão na época.

Pesquisadora: Vocês plantavam o que aqui?

Antônio: Plantava milho, soja, fumo, feijão.

Pesquisadora: E vendiam pra fora alguma coisa ou era só pro consumo?

Antônio: É, ai começou vim uns caminhão de Irati compra as coisa aqui né? Começo a entrá ai, a gente vendia ai. Depois entrô comerciante, entrôum tal de Lula, ai começô a miorá, começô a compra né? Que o brabo era quando tu não tinha...pra vendê, tinha pra vendê...

Pesquisadora: E assim se o senhor tivesse que falar do município de Santa Helena hoje pra uma outra pessoa que tivesse vindo de

³⁴ MULINARI, Rogério A. (Coord.). **Diagnóstico local do Município de Santa Helena**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná/Ministério da Saúde/Prefeitura Municipal de Santa Helena, 2007, p 64. Convênio N° 4533/2005.

fora, que não conhecesse a cidade, o que o senhor diria pra essa pessoa?

Antônio: Há eu... que não é ruim aqui Santa a Helena é um lugar bom, assim o que eu digo pra você é... todo lugar é... aqui o que prejudica ai essas morte que dá ai, é droga, é contrabando, droga, descaminho, faz isso ai, mas uns fala que é a prefeita que é a culpada, mas não é, não é a culpada, porque um só não é o que vai... como é que um prefeito vai controlá droga, o contrabando, isso depende da autoridade, não é do prefeito³⁵.

Antônio chegou ao município de Santa Helena no ano de 1968. Como podemos observar ele teve uma trajetória de muito esforço e contratemplos. Esta indicação é explicitada a partir do que Antônio apontou como sua forma de "diversão", ou diversão nenhuma - o trabalho.

Antônio fala sobre a incerteza que ele e certamente outros trabalhadores enfrentavam diante da venda dos produtos que cultivavam. Afinal, se os viajantes de outras cidades não viessem até Santa Helena para comprar a produção, as dificuldades frente à manutenção das necessidades de suas famílias seriam grandes.

Ainda assim ele teve possibilidades de elaborar e construir novas maneiras para se reestabelecer no município. E é a partir disso que ele avalia seu modo de viver na atualidade. Assim como Jair e Gení, Antônio indicou que morar em Santa Helena é bom, para ele todo lugar é bom para morar. Porém, isso não significa que as dificuldades não existam e que esses sujeitos não reconheçam e não contestem essas relações.

Nesse sentido, Antônio fala também sobre as necessidades que vivencia no município. Sua reflexão tem início a partir de uma discussão em torno do respeito dos alunos para com seus professores. Na sequência ele problematiza as condições de trabalho tanto dos professores - dialogando com a minha formação - como também dialoga com sua própria condição de ser um aposentado:

Antônio: Esqueceram, agora quando um professor pede um aumento um pouquinho é uma briga lá no senado, Deus o livre. E o aposentado do memo jeito, o aposentado ganha um salário de fome. Menina tu qué vê uma coisa é um salariozinho de quinhentos e poucos pila se, por exemplo, um pai de família que tivé um ou dois em casa, que ele ainda tem que da de come e a família, e tocáa de pagá um aluguel, água e luz, do que ele vai vivê? Há não vive, trabaiô a vida inteira pro País e quando precisa... eu mesmo... eu doente, a muié doente, eu se eu fosse ganhá um salário mínimo, eu e ela só, não dava pros remédio,

³⁵ Antônio (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora, na residência de Antônio, em 26/01/2012. Santa Helena-PR.

porque os remédio bem caro, tu vai num posto tu não acha, um remédio que é bom... tu acha umas porcarias, eu tenho a diabete ainda que me deu agora por cima esse remédio bromilzinho que eu arrecebi ali... esse não me adianta, o médico me falô, esse não adianta ‘você vai tê que pegá um remédio bom, mais sai [R\$]160, e trinta comprimido’.

Pesquisadora: E tem que comprá né?

Antônio: Tem que compra, pois ali não tem, tem essas porcarias é... só... se eu quisé vivê tem que comprá. Por isso que eu digo, eles falam "é, não... dá pra vivê". Dá pra vivê porque tu não vai morrê tomando aquelas porcarias ali, que não faz efeito, que não adianta. Remédio bom tu não ganha, uma pessoa que tem uma doença como eu tenho, eu tenho um comprimido que eu pago [R\$]180 que é pra esse fim, vai ali vê se tem ali no posto, não tem nada. Tem umas coisinha, esses remédio que eles fazem agora, eles falam "não, não, esse remédio é bom, esse que fazem o...

Pesquisadora: O genérico?

Antônio: O genérico... toma um remédio legítimo e toma um genérico pra você vê, genérico, ele não faz muito efeito não.³⁶

O senhor Antônio visualiza a experiência dos professores e dos aposentados a partir de um campo comum, faz isso diante das condições que para ele ambos enfrentam frente o baixo salário e descaso do governo com as suas reivindicações - de melhores salários e condições de trabalho. Frente a isso, ele faz sua leitura da sociedade capitalista e a vivência da aposentadoria nos últimos anos.

Antônio compartilha das mesmas aflições e expectativas de outros trabalhadores que, assim como ele, tem como sua base econômica um salário mínimo, que mal dá para suprir suas necessidades básicas, como alimentação e saúde. Antônio tem sua casa própria e me disse que, ainda assim, seus filhos lhe ajudam com as despesas.

Este sujeito busca justificar seu direito a um salário melhor como aposentado, indicando que contribuiu durante toda a vida com o país a partir de seu trabalho. Compartilho com esta postura de Antônio, entretanto, não acho que seria necessária uma justificativa para que professores e aposentados, ou qualquer outro trabalhador, possa receber um salário que seja suficiente para manter suas necessidades com condições dignas, se todos os governantes e a sociedade como um todo se preocupassem mais com essa questão, abandonando a postura individualista produzida e sustentada pelas relações capitalistas.

³⁶ Antônio (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora, na residência de Antônio, em 26/01/2012. Santa Helena-PR.

Como bem expressou Antônio “Se você não quer morrer, tem que comprar”, certamente nenhum trabalhador quer morrer, mas possivelmente muitos morram esperando uma vaga para um internamento, um exame, ou mesmo esperando que o remédio genérico cure as deficiências de sua saúde. Obviamente o problema aqui não está pautado apenas em um remédio ser genérico ou não, o problema é mais amplo, e transita no contexto de um sistema social deficitário, onde o lucro é o principal valor a ser seguido.

Afinal, de nada adianta um remédio genérico ou não, se ao retornar à sua casa outros problemas continuarem a existir, o aluguel, a luz, a alimentação. Dificuldades que precisam ser resolvidas como um todo e não apenas maquiadas em nome dos interesses das classes hegemônicas capitalistas.

No entanto, ao analisar as indicações de melhorias no sistema público de saúde em Santa Helena (em matéria publicada no *Jornal Costa Oeste*, no ano de 2000), posso inferir parte dos enfrentamentos e disputas produzidas na última década:

A saúde está implicitamente ligada à qualidade de vida. Em Santa Helena, porém, é questão mais relevante, a ponto da Administração Municipal implantar um megaprograma que está transformando a realidade local. Com a construção de novos postos de saúde, o poder público se prepara para tratar da prevenção da doença. A idéia é criar uma estrutura física eficiente, que atenda a todas as comunidades. Por isso, dos nove novos postos de saúde que fazem parte do projeto, sete estão localizados no interior. Com a descentralização dos serviços, as pessoas serão atendidas prontamente na própria comunidade, reduzindo consideravelmente os custos e o tempo no atendimento. Os postos de saúde começaram a ser inaugurados há alguns meses e até o final do ano, todos devem estar concluídos. Além da medicina preventiva, cada nova unidade tem gabinete odontológico, farmácia, salas para curativo, clínica geral e um espaço reservado a Pastoral da Criança³⁷.

As indicações feitas através da matéria enfatizam a saúde como um elemento fundamental para promover a qualidade de vida da população, demonstrando nesse sentido os investimentos feitos pela municipalidade nesse setor. No entanto é visível a contradição entre os apontamentos dinamizados através da matéria e das falas de Antônio e Luiza com relação aos problemas da saúde pública no município.

Parece que a qualidade de vida experimentada na cidade é contraditória, as dificuldades experimentadas pelos trabalhadores e pequenos proprietários diante da

³⁷ MODELO de saúde. *Jornal Costa Oeste*, Santa Helena, 25 de maio de 2000, p. 17. Edição especial 33 anos de amor prá você.

utilização desse serviço, no entanto, não faz com que elas deixem de existir e de pressionar de diferentes formas a vida daqueles que tem o sistema público de saúde como referência. Porém, não é interessante para a municipalidade que estas dificuldades apareçam, e confrontem a imagem “perfeita” da “terra das águas”.

Além das dificuldades vividas frente à saúde pública em Santa Helena, Antônio também faz sua reflexão, em torno da violência, dizendo que todo lugar é bom para viver, inclusive Santa Helena. Mas, as mortes, as drogas e o trabalho (que ele indicou como contrabando) são motivos de preocupação, possivelmente, para grande parte das pessoas que moram, ou articulam de alguma forma sua vida no município.

Ao pesquisar o acervo do Jornal Costa Oeste, percebi que esta questão também era pauta para esse meio de comunicação, apresentando essa problemática como um motivo de preocupação para os munícipes. Porém, a matéria que analisaremos abaixo não trata estas questões como dificuldades enfrentadas em Santa Helena, mas sim como problemas que atingem a região extremo oeste do Paraná.

Nos últimos dias, acontecimentos alarmantes têm marcado a região extremo oeste paranaense. Fatos lamentáveis, que colocam em risco a tranquilidade de nossas famílias. De repente, uma crescente onda de assaltos e violência parece por aqui querer se instalar. Não era de nossa vontade abrir espaço para publicar assuntos tão marcantes, negativos, até. Mas é imperioso que façamos. É preciso alertar as famílias de nossa comunidade de que o perigo mora ao lado. Violência não é mais privilégio do Rio ou São Paulo. Chegou até nós. Ao mesmo tempo, sentimos a presença da autoridade policial tão mal remunerada, mas sempre disposta a enfrentar o crime. Menos mal. Tentar justificar tais atos seria tarefa árdua se não pudéssemos resumí-la em uma única palavra: pobreza. Em todos os sentidos, é ela a causadora maior de situações de fato, que desequilibram o ser humano e tornam-no poderoso ao ponto de cometer o crime. O alerta está lançado. É hora de partir para a ação, combatendo a pobreza geral, inclusive, a nossa, que às vezes, impede que façamos algo realmente útil e determinante na luta pela vida e pela igualdade social.³⁸

Intitulada como “A pobreza que vem” a matéria acima aponta que fatos lamentáveis vinham acontecendo na região Oeste do Paraná na passagem para o século XXI. Mesmo não sendo esta a vontade dos editores da matéria, o objetivo das indicações seria o de alertar as famílias sobre tais acontecimentos, que já não seriam mais privilégio do Rio de Janeiro ou São Paulo.

³⁸ EDITORIAL. A pobreza que vem. **Jornal Costa Oeste**, Santa Helena, 20 de janeiro de 2000, p. 02.

Ainda assim, apesar da má remuneração, as autoridades policiais estariam dispostas a enfrentar o crime. Tudo isso, segundo o jornal, poderia ser resumido como resultado de uma questão: a pobreza. Pobreza que leva ao crime. Associação recorrente que, por fim, traz uma possível solução, é preciso lutar "pela vida e pela igualdade social".

Do mesmo modo que Antônio, a matéria acima nos possibilita visualizar que a violência é uma constante em Santa Helena. Entretanto, o principal intuito da matéria não é demonstrar que esta é uma realidade e precisa ser enfrentada pela Administração Municipal. O que fazem é indicar que outros municípios enfrentam a mesma situação. Nesse sentido, amplia os acontecimentos para toda a região, como uma consequência dos limites de fronteira que caracterizam Santa Helena e outras cidades "lindeiras"³⁹.

Entendo que a imprensa ocupa um lugar de disputa por versões sobre a cidade, nesse contexto ela corrobora com os interesses da classe patronal, os quais, certamente, não almejam que a imagem de Santa Helena apareça em contraste com a violência e com as desigualdades sociais, mesmo que em algum momento os editores do JCO tenham demonstrado alguma preocupação com a igualdade social. Mas, contraditoriamente, comprometem-se com os interesses de uma pequena parte da sociedade.

Frente a isso, se ao fazer referência ao sistema público de saúde em Santa Helena a matéria do JCO buscava lançar a imagem do município como exemplo (de distinção) regional, agora o objetivo era o oposto, utilizar a indicação de violência regional (de forma conveniente) para forjar uma determinada imagem comum sobre o município, minimizando esta dificuldade, que Antônio apontou como uma constante.

Essa demarcação da noção regional para construir uma imagem benéfica e harmoniosa sobre a cidade, ao mesmo tempo, maquia as experiências difíceis dos trabalhadores, é algo que não impede que estes sujeitos, a seu próprio modo, elaborem e reelaborem suas práticas sociais e visualizem essas tensões sociais.

Nesse sentido, considero que a movimentação dos trabalhadores é historicamente construída. Se as reflexões feitas por Antônio expunham a violência que para ele tinha como origem o descaminho, fundamentado em sua visão no trabalho - entendido por ele como contrabando. E, se por outro lado, os grupos dominantes da cidade, comendo-se também dessa imprensa, tentaram reduzir o significado da

³⁹ A cidade de Santa Helena faz divisa com o Paraguai através do Lago de Itaipu.

violência e das desigualdades sociais, as indicações feitas por Marcelo ampliaram esse confronto de percepções das relações e práticas firmadas em Santa Helena.

Para tal, discutirei a prática de trabalho, criminalizada como contrabando, a partir da percepção daquele que o realizou e hoje interpreta os campos de possibilidade dos trabalhadores frente às relações de poder, elaboradas na sociedade contemporânea envolvendo essa prática:

Pesquisadora: O pai do senhor também foi indenizado ou ele não morava aqui na época?

Marcelo: Não, não. Ele, o meu pai, tem a terra pra cá [na comunidade de Sanga Natal -Santa Helena-] ele não foi indenizado. O meu pai não, mais o meu tio sim. O meu tio construiu uma casa ali de tábuas dupla de parede por dentro, tudo assim machambrado, só do contrabando do café. Eles não tinham serviço, eles já tinham plantado a roça, tava tudo limpo a roça, os porco tratado, quando o caminhão parava assim na frente dizia "ó vamo". Os piá, o meu tio subia em cima do caminhão, ele sempre tinha salame pronto em casa, salame e pão, dai quando o caminhão vinha metia numa sacolinha e ia. Eles construíram a casa dele com vidraça sabe? Naquela época uma casa de tabua de pinho machambrado e por fora tabua boa e grandona e tudo, não era pouco dinheiro, era bastante dinheiro e eles vivam com aquele dinheiro só do contrabando. Só que agora é mais fácil a piizada já tá ai com carro passa ali com cigarrinho, só que mudô um pouquinho os contrabando, já vão com as lancha. Naquela época [em torno de 1980], tinha que carregá muito. Até um dia, que nós foi caçá, estrago o caminhão, quebrô, e dai fomo obrigado descer do caminhão e nós fomo caçando, soltando os cachorro, achemo uma bolsa de café ali, pensemo "vamo pegá umas bolsa ali pra nós, vamo pegá, pelo menos umas bolsa pra nós, nós vamo pegá" e dai passamo lá com uma carroça e dai os milico [policia] passaram, "aonde é que vocês vão?", "não, nós tamo indo pra casa" i... é "o que vocês tão levando?", "nós tamo levando um café pro nosso consumo", "mas aonde, como?", "Ah, nós tinha lá embaixo, no mato deitada as bolsa", não falaram nada, passaram (risos). Ih!! A gente lembra da correria que eles faziam... meu Deus do céu!!! Eles não atiravam pra matá, os milico, eles atiravam só pra corrê. Teve um cara que perdeu o salame, eles tavam já com o café, já estava no outro lado, no Paraguai, e dai eles descarregaram lá em cima, num limpo. Lá era uma estrada limpa assim, mato fechado. Eles tavam descansando dai, conversando, dai eles tinham na mão um salame e na outra um pão e comendo e dai os milico chegaram assim e já saltaram do jipão "estejem preso, estejem preso" e a piizada se boleô assim no meio do mato, se rastejando e os milico por cima, e dai um cara - o nome dele era Armando - ele chamô um palavrão, ai os milico começaram a baixá mais os tiro viu? e dai o véio, o pai,daquele rapaz, quase morreu. Eles caminharam seis quilômetros, dai se bolearam no mato. Quando os milico foram embora... eles ficaram deitado bem quietinho [...] eles escutaram o ronco do jipão indo embora, eles se levantaram no mato onde eles tavam e vieram pra fora, seis quilômetros o homem chorando "mataram o meu Armando, mataram o meu Armando, eles atiraram

baixo eu vi" e foi e foi, Armando na estrada... seis quilômetros [...] e quando chegô na estrada assim, e dai "filho tu tá aqui?", "Sim". O outro tinha a tripa do salame na mão espremido seco tinha espremido tudo no mato afora o salame [...] i nas festa assim nós conversava com ele o que que nós rimo naquele dia lá viu? Deus me livre!! E assim eram vários corridão, os cara varrendo os caminhão e dai chegava os milico, os cara se jogava que nem quati no mato, o meu primo aconteceu mais bonito, deu uma chuva e dai esse era só um caminhãozinho de café e os meus primo carregaram sozinho, não levaram outras pessoas junto, se viam cargas grandes, seis, sete carretas de café, ai eles convidavam uma boa turma pra i mais ligeiro pra garanti. Dai deu uma chuva lá no Paranazão [Rio Paraná], tinha umas pedra, umas rampa de pedra, o café já tava do outro lado, ficaram se escondendo debaixo da chuva numa pedra lá, e dai uma hora parô a chuva, "vamo embora", subindo a barranca... de repente o meu primo gritô assim "aqui vem água suja", e o milico desceu resvalando assim por traz nos galho até que ele arrancô a metralhadora assim [demonstração da ação do policial] o bicho se jogô que nem coelho no mato, [...]dai o milico falô estejam preso, o loco disse que era só colonião que estralava.⁴⁰

Marcelo atualmente reside no distrito de São Clemente, aposentado mora com um de seus quatro filhos. Nossa conversa teve início com os apontamentos feitos por ele sobre o processo de indenizações diante das desapropriações provocadas pela construção do reservatório da Hidrelétrica de Itaipu em finais da década de 1970⁴¹. Porém, não demorou muito para que sua reflexão trouxesse outros elementos significativos, ao pensarmos as alternativas encontradas pelos trabalhadores que viviam em Santa Helena naquele momento.

A problemática apontada por Marcelo, em torno da prática de trabalho rotulada como contrabando, motiva uma discussão em torno da criminalização desta atividade. Acredito que a decisão tomada por parte dos trabalhadores em adotar esta dinâmica como uma possibilidade de alterar suas condições de vida é subjugada à ilegalidade por contradizer os interesses capitalistas de nossa sociedade.

Essa articulação com o trabalho não é algo recente, os apontamentos de Marcelo nos mostram que essa prática fez parte das relações que firmou nos últimos 50 anos. Marcelo se remete às "aventuras" que tios, primos e ele mesmo enfrentou entre fins da década de 1960 e início de 1970, quando trabalhavam com o transporte do café para o Paraguai. Segundo ele, este trabalho era muito lucrativo, tanto que seu tio conseguiu construir uma casa - de boa qualidade perante o padrão e condições de vida

⁴⁰ Marcelo (Pseudônimo). Entrevista realizada pela autora, na residência de Marcelo, em 21/01/2012. Santa Helena-PR.

⁴¹ Esta problemática será aprofundada no decorrer deste trabalho.

de trabalhadores naquele momento - com o dinheiro obtido, principalmente, por meio desta atividade.

Marcelo diz que na atualidade este trabalho foi modificado, pois além das dificuldades referentes ao transporte das mercadorias, também os produtos transportados sofreram modificações, se quando Marcelo exercia esta prática o café se constituía como a mercadoria principal a ser comercializada. Atualmente o transporte de cigarros, roupas, eletrônicos, medicamentos, drogas ilícitas e armamentos (do Paraguai para o Brasil), indicam outras associações e pressões para essas atividades. A inserção nesse "negócio" tem como objetivo ganhar com um preço mais alto na revenda desses produtos, o que nem por isso deixa de compor caminhos encontrados por muitos que buscam melhorar suas condições de vida.

A prática de trabalho denominada como contrabando é discutida por Cardim. A discussão proposta por ele nos permite dimensionar a fragilidade e as relações que se entrecruzam frente a essa dinâmica:

A noção de ilegalidade do "circuito" vem acompanhada da necessidade de sobrevivência de milhares de pessoas, que ao reconhecerem o seu caráter jurídico iluminam a compreensão da intervenção do Estado e da função fiscalizadora e repressora de seus agentes. A existência do "sacoleiro" está condicionada à existência das leis que impedem sua atividade, da mesma forma, o policiamento na fronteira só ocorre devido a permanência das práticas de contrabando e descaminho. São duas situações opostas, mas interdependentes⁴².

A problemática proposta por Cardim sugere a noção de ilegalidade imbricada com a necessidade que muitos trabalhadores têm de articular suas práticas a dinâmica do chamado contrabando. Nesse sentido, as leis são entendidas como necessárias pelos próprios "sacoleiros" - trabalhadores que fazem a travessia de roupas, brinquedos e outros produtos do Paraguai para o Brasil- à medida que sabem que muitos sujeitos se utilizam dessa prática para fazer a travessia de drogas, armas e outros produtos considerados ilegais. Assim, essa indicação aponta que há duas ações distintas, mas que estão intimamente relacionadas.

Neste contexto, a marginalização deste trabalho, chamado de contrabando, visa com isso inibir/reprimir não apenas a prática desta articulação, mas também os sujeitos

⁴² CARDIM, Éric Gustavo. Trabalho e práticas de contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai. *Geopolíticas*, Madrid, v.3, n. 2, p 226, 2012.

que formulam suas diferentes dinâmicas de trabalho com ela, para que isso não prejudique os grandes empresários, mesmo que isso se dê frente à exploração dos trabalhadores e continuidade de tal atividade.

Como vimos esta atividade não é recente e vem se mantendo, com isso contestando a tentativa de repressão, e se constituindo para muitos sujeitos como legítima, como uma alternativa possível em suas relações com o trabalho. Legitimada, ainda que de forma velada por outros sujeitos também, que apesar de não terem uma ligação direta com esta dinâmica, posicionam-se favoráveis/solidários para com os trabalhadores que lidam com o transporte de mercadorias de um país para outro, comprando, defendendo-os, ou mesmo vendo essa prática com uma alternativa de trabalho, como foi possível perceber nas interpretações feitas anteriormente.

Viver na fronteira -Brasil/Paraguai- é conviver com relações contraditórias e desiguais nesses percursos, construídas entre limites e possibilidades que perpassam o trabalho com a travessia de mercadorias e pessoas entre os dois países, ou mesmo criar a alternativa de mudar para o Paraguai, outras cidades, ou mesmo do campo para cidade em tempos de disputa por terra, ou pela garantia da sobrevivência e de possibilidades. Nesse sentido, a conversa que tive com dona Luiza, nos ajuda a pensar de forma mais aprofundada esta problemática. Luiza também fez sua interpretação, posicionando-se sobre como é vivenciar a cidade de Santa Helena.

Pesquisadora: E o que que a senhora acha do município hoje, a senhora acha que tá bom, que tá ruim?

Luiza: Eu acho que tá bom, do jeito que era... Tá que era um município novo, era um município muito novinho daquela vez [em torno de 1960], mais do jeito que tá agora eu acho que tá bom. Até ainda tá meio difícil ainda, que precisaria tê mais emprego né? Mais indústria aqui. O município de Santa Helena precisa de mais indústria, tem muito pouco ainda. Essas que tem são pouco ainda, que nem as indústria que tem aqui né? É, eu acho que se considerá indústria a Lar, a Copagril, essas fábricas de costura não é indústria, é fabrica né? E essa de biscoito, essas coisa assim né? Mais pela quantia de habitante que tem aqui precisa muito mais, isso tá sendo pouco, precisaria tê mais⁴³.

É possível perceber que Luiza esteja avaliando que na atualidade Santa Helena é um lugar ‘‘bom’’ de viver, porque sua experiência na cidade, constituída em meio a condições limitadas e precárias, parece, em alguma medida, ter alterado. No entanto,

⁴³ Luiza (Pseudônimo). Entrevista realizada pela autora, na residência de Luiza, em 20/02/2012. Santa Helena-PR.

isso não significa que Luiza atualmente não tenha que lidar com dificuldades, mas ela também quer demonstrar que sua vida melhorou no decorrer do tempo que vive em Santa Helena. Afinal, Luiza mora na cidade faz mais de 40 anos.

Estas indicações feitas por Luiza levam a uma reflexão em torno do desemprego na cidade de Santa Helena. Quando indicou a necessidade de mais indústrias na cidade certamente disse isso porque convive diariamente com pessoas que lidam com dificuldades para articular possibilidades de trabalho que lhes sejam satisfatórias.

Luiza faz até uma descrição do que para ela seriam indústrias e o que seriam fábricas, possivelmente a distinção feita esteja pautada na quantidade de vagas de emprego que cada um desses empreendimentos disponibiliza, ou seja, as fábricas a que Luiza se refere seriam pequenas indústrias de produção de jeans, instaladas no pólo industrial e com barracões também nos distritos de Santa Helena - procurando expandir sua mão de obra.

Estas disponibilizam poucas vagas de emprego, diferentemente das indústrias, que na percepção de Luiza se resumem a LAR e a COPAGRIL. Indústrias, que por vezes possuem grande número de vagas, em determinadas áreas de produção agroindustrial, por falta de pessoas dispostas a lidar com as relações de trabalho oferecidas por um período extensivo e a baixos salários.

A autora Lucinéia Fagnani discutiu as relações de trabalho articuladas na Cooperativa Agroindustrial LAR em Santa Helena. Ela indica a dinâmica adotada pelos dirigentes da empresa no intuito de controlar e apontar quem são os trabalhadores que irão exercer determinadas funções, permitindo, também, refletir em torno do posicionamento dos diversos sujeitos que experimentam estes trabalhos.

A empresa se apoia nos quadros de líderes e técnicos, que almejam ascender nos cargos da empresa ou são filhos de associados enquanto os demais trabalhadores não tem outra opção de emprego e justificam suas escolhas nos poucos direitos trabalhistas e estabilidade de remuneração que ganham na UPP, como são muitos, a remuneração é reduzida para a maioria da Classe. A Lar se organiza enquanto classe através de entidades como a Ocepar (Organização das Cooperativas do Paraná) em um projeto de cooperativismo apoiado no estado, questão que merece uma pesquisa aprofundada sobre como é efetivado o projeto de classe das Cooperativas. Os meios de intervenção são vários dentro e fora do Estado. Em contrapartida, os trabalhadores não têm como se organizar coletivamente por sua

entidade de classe, o Sindicato, e pontuam algumas resistências nos seus espaços de sociabilidade e no interior da fábrica como pude perceber no decorrer da pesquisa⁴⁴.

Os apontamentos de Fagnani indicam a dinâmica do cooperativismo adotada pela empresa LAR e fomentada pelo Estado e pelo município de Santa Helena. Esta dinâmica - do cooperativismo- é confrontada à medida que a problemática abordada pela autora sugere que esta ‘união’ entre os cooperados seja muito mais uma ‘união’ envolta em interesses patronais.

Desse modo, os filhos dos associados que possivelmente ascenderiam dentro da empresa seriam os técnicos ou líderes nas unidades de produção de pintinhos (pintainhos). Cabe aqui nos questionarmos sobre quem seriam estes associados e de que modo o emprego de seus filhos se insere na dinâmica do cooperativismo.

Entretanto, isso não quer dizer que os filhos de trabalhadores que não fazem parte do chamado sistema cooperativista tenham como única opção trabalhar na linha de produção da empresa, tampouco que trabalhar na LAR seja a única possibilidade de emprego visualizada pelos trabalhadores de Santa Helena, pois essas relações não são ditadas ‘de cima para baixo’, mas são avaliadas por trabalhadores que se guiam de acordo com sua própria lógica, sendo que por vezes a prática do chamado contrabando seja uma das possibilidades de trabalho dinamizadas por estes trabalhadores.

Entendo que estas dinâmicas nos mostram a dimensão das relações construídas na sociedade capitalista contemporânea. Assim, a relação entre associados, dirigentes da empresa e trabalhadores são, a todo o momento, pressionadas, ainda que existam limites. Pois, cada um age sobre as condições e alternativas que possuem e visualizam nessas relações classistas, pressionados, é claro, pela agenda de proposições e alianças apoiadas e incentivadas pela Administração Municipal⁴⁵.

⁴⁴ FAGNANI, Lucinéia. **Experiências dos Trabalhadores na Unidade de Produção de Pintainhos da Cooperativa Agroindustrial Lar, Vila Celeste, Santa Helena-PR**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon-PR, 2010, p 32.

⁴⁵ Ao pesquisar o acervo do Jornal Costa Oeste percebi que as matérias elaboradas a partir do ano de 2000 ressaltavam os incentivos da Prefeitura na instalação de aviários, compra de tratores, melhoramentos de estradas. Nesse sentido, os autores Ziebert e Shikida, indicam que no ano de 2001 a prefeitura por meio da secretaria de agricultura e da secretaria do meio ambiente firmou parcerias com o banco SICREDI e promoveu a implantação de projetos vinculados ao PRONAF e o PROAVES, tendo como objetivo estimular a construção de aviários na cidade. Essa prática certamente se deve à lucratividade obtida através dessa atividade, obviamente esse ganho se dá em um terreno desigual, onde, em grande parte, as vantagens/lucro se concentram para as empresas que encabeçam essa dinâmica como, por exemplo, a LAR. Ver: ZIEBERT, Roger André. SHIKIDA, Pery Francisco. Avicultura e integração em Santa Helena

Frente a isso a leitura de Luiza referente ao desemprego me sugere a discussão proposta por Fagnani, visto que trabalhar nas ditas cooperativas - no campo e/ou nas unidades industriais - é lidar com limites e dificuldades, assim como também se liga aos apontamentos feitos por Antônio. Desse modo, se ele -Antônio- indicou que a violência é uma constante em Santa Helena por ser motivada, em grande medida, pelo trabalho que ele entende como ‘contrabando’, Luiza indica que a falta de emprego também é uma constante na cidade.

Os indícios presentes na reflexão de Luiza me levam, novamente, a associá-la às indicações de Antônio. Frente a isso será que o desemprego apontado por ela não pode ser um possível elemento que contribua para a alternativa de trabalho envolvendo os transportes de mercadorias?

Os apontamentos feitos por ela reforçam ainda mais as indicações feitas por Jair e Antônio, de que viver em Santa Helena é conviver em meio a dificuldades, violência, desemprego; sugerindo que essas são situações com as quais, vivendo no campo ou na cidade, esses sujeitos entendem como um espaço comum de questões a enfrentar.

Talvez a solução que Luiza propôs - a instalação de mais indústrias em Santa Helena - possa ser sim uma alternativa de "melhoria". Mas não basta que novas indústrias se instalem na cidade, talvez nem sejam necessárias novas indústrias. Talvez a ‘solução’ para o desemprego seja o comprometimento das empresas já existentes no município com o trabalhador.

Entendo este comprometimento como manter condições de trabalho dignas. Afinal, de nada adianta ter um emprego se o salário não supre as necessidades básicas, como cuidados com a saúde e alimentação, ou mesmo não atende a novas expectativas. Quem sabe esta falta de comprometimento e de respeito para com os trabalhadores seja o motivo pelo qual muitos articulam outras possibilidades de trabalho, como indicou Marcelo, ou ainda, com outras possibilidades de trabalho, como, por exemplo, o de diarista e tantas outras.

Mesmo diante disso, as lutas e as desigualdades experimentadas por diversos sujeitos em Santa Helena, são minimizadas na promoção de interpretações harmoniosas

e desenvolvimentistas. É o que podemos perceber em contato com a matéria publicada no editorial do Jornal Costa Oeste, em comemoração aos 39 anos da cidade em 2006:

O município de Santa Helena comemora 39 anos de emancipação política-administrativa e, como faz nos últimos seis anos, o Jornal Costa Oeste lança este caderno especial em comemoração à data alusiva. A cada ano, em parceria com o Jornal Costa Oeste, escolhemos um ou mais assuntos para ilustrar as páginas deste especial. Nas vezes anteriores, contamos exaustivamente a história de Santa Helena. Este ano, optamos por mostrar alguns santa-helenenses que foram destaque nacional ou internacional na área esportiva, ao mesmo tempo que enveredamos pelos caminhos da industrialização e do turismo rural. Em toda a história do município, muitos foram aqueles que se destacaram na área esportiva. Seria impossível mostrar todos no caderno limitado pelo espaço. Contudo os exemplos trazidos mostram que apesar de estar localizada no interior do País, este pequeno município forma pessoas de grande projeção. Por outro lado, a geração de emprego é hoje o tema central da vida pública mundial. Não tem lugar onde o desafio não seja a geração de emprego e renda às pessoas. Assim como em todo o planeta, Santa Helena também aumenta gradativamente a sua população e os filhos das famílias que aqui estão precisam de emprego e de oportunidades. Algumas histórias contadas nesse especial mostram o valor desse empreendedorismo dos santa-helenenses. São histórias de sucesso e de esperança, projetando uma Santa Helena cada vez melhor, com mais oportunidades de emprego e renda. Talvez nunca antes na trajetória histórica de Santa Helena a industrialização e a geração de emprego estivesse tanto em pauta, nem se mostrou com tanta perspectiva positiva como agora. Ao mesmo tempo, em outubro de 2006 serão 23 anos de surgimento do Lago de Itaipu em 1992, que inundou cerca de 33 por cento da área produtiva do município. Com exceção da praia artificial que a época foi planejada e edificada, pouco se somou ao potencial turístico, exceto a melhoria do espaço que hoje abriga o balneário. Agora, porém, surgem novos empreendimentos voltados exclusivamente ao turismo rural, lastreados por ações de gente que aqui reside há muitos anos, que com olhar clínico, estão aproveitando todo o potencial da bela paisagem que forma o cenário de Santa Helena. Com tudo isso, esperamos que o conteúdo deste especial seja uma boa leitura para todos os que mantêm laços fortes com este município.⁴⁶

O editorial tem como objetivo enfatizar o suposto progresso supostamente experimentado no presente por todos que vivem em Santa Helena, deixando à margem não apenas um passado marcado por tensões, como por exemplo, a construção do reservatório de Itaipu, como também um presente marcado por relações desiguais.

⁴⁶ EDITORIAL. Gente e progresso nos 39 anos. **Jornal Costa Oeste**, Santa Helena 25 de maio, 2006, p. 02. Caderno Especial - Santa Helena 39 anos, faça parte desse Show.

Os assuntos destacados no caderno comemorativo dos 39 anos do município estão todos voltados para as supostas melhorias e progresso de Santa Helena. A geração de empregos, que é apresentada no editorial como uma preocupação mundial, também irá compor a montagem de uma Santa Helena inserida nessa ação global.

Desse modo, também o turismo rural será apresentado como uma nova opção de lazer. Basta nos questionarmos sobre quais os sujeitos que terão acesso a essa forma de lazer, pois diante das interpretações feitas pelos sujeitos que vivem na cidade, essa prática não faz parte da realidade social de todas as pessoas que vivem no município, não porque não queiram, mas porque entre esse gasto - com algo que já conhecem (pelo trabalho, pela moradia, por uma trajetória no campo) - outros divertimentos e aquisições se tornam mais atrativos, quando são possíveis.

Nesse sentido, uma solução é propagandeada e incorporada por muitos como Luiza, fomentar a industrialização e o turismo rural. Uma solução muito conveniente aos empresários que por vezes já tem alguma ligação com a Administração Municipal, ou com essas atividades elencadas. Mesmo aparentando uma noção de querer resolver as carências dos trabalhadores, entendo que estes projetos atendem muito mais às necessidades dos empresários do que às necessidades dos trabalhadores. Acredito que as próprias indicações dos entrevistados que fizeram sua leitura sobre o viver em Santa Helena confrontam e me permitem perceber que essas noções de desenvolvimento e progresso, disseminados pela imprensa, são contraditórias e se dão em contexto social desigual.

Frente a essas indicações e após as discussões feitas a partir das interpretações de Jair, Gení, Pedro e Antônio, acredito que, como o próprio editorial expressa, os assuntos que compõem o caderno especial foram, sem dúvida alguma, escolhidos com certa intencionalidade.

Evidentemente, as matérias do jornal foram selecionadas, com um único objetivo, tecer elogios à cidade, apresentada como desenvolvida e progressista. Cidade que mesmo sendo pequena projeta pessoas que se destacam nacional e internacionalmente. Um lugar onde a geração de empregos é uma constante preocupação e a industrialização desponta como a perspectiva de solução, para as famílias e os filhos de trabalhadores que "precisam de oportunidades".

Nessa perspectiva, uma das colunas publicadas no Jornal Costa Oeste também selecionou o tema que iria abordar - uma suposta compra de voto. No entanto, a suposta denúncia também teve como objetivo “conquistar” possíveis eleitores.

Dessa forma, o “Comentário” publicado em uma das colunas do Jornal Costa Oeste a mais de uma década, possibilita dimensionar e discutir não apenas as dificuldades encontradas pelos trabalhadores hoje, mas, além disso, problematizar as brechas que estes trabalhadores encontram em meio à sociedade atual para amenizar suas necessidades. Desse modo o colunista Elder Boff indica que:

Uns dias antes do Natal, pessoas que prestam serviços para a prefeitura de Sant Helena em troca de cestas básicas, foram abordadas no local de trabalho por um visitante conhecido na cidade. A visita até foi considerada uma surpresa, principalmente o motivo dela. Deixou foi uma discussão entre os “beneficiados” com a esmola. Muda de jeito de fazer política, isso é ridículo e infelizmente evidencia que a campanha eleitoral já começou, e nos moldes de antigamente, quando alguns ainda pensam que com uns poucos trocados podem garantir votos. Nesse caso é bom sempre lembrar daquele ditado que diz “a raposa não faz visita de cortesia no galinheiro”. E complementou por conta, no ano de 2000, acho que a raposa não terá vez. Não terá vez porque atitudes como esta que descrevemos, devem pelo menos, fazer o eleitor pensar e analisar muito bem antes de dar um voto a um tipo destes que comete uma ação no mínimo desrespeitosa ao humilde trabalhador braçal, tentando fazer dele, um ser menosprezável, um lixo, um escroto. Será que este tipo de político sobreviverá nos dias de hoje. Aquele povo das frentes de trabalho pode ser simples, mas não burro, nem bobo e sabe a dimensão de atitudes como esta.⁴⁷

Elder Boff autor da coluna acima, a qual intitulou subjetivamente de “Visita de cortesia”, tece um “comentário” em torno da visita feita por um possível candidato às eleições municipais a alguns trabalhadores que comumente prestam serviços à Prefeitura, para oferecer-lhes cesta básica. Boff não chega a citar quem fez a “visita de cortesia”, e nem onde era o local de trabalho dos sujeitos “visitados”.

A proposta de Boff é denunciar a possível compra de votos de um candidato que não apoiava a atual administração, mas ainda assim nos permite evidenciar as desigualdades e a movimentação de trabalhadores em Santa Helena.

A prática de um político oferecendo dinheiro para esses sujeitos, para mim não indica segurança alguma quanto à certeza de estar se esforçando para a melhoria da qualidade de vida na cidade, tampouco me parece despertar o amor da população para com o município. E o que dizer da geração de empregos tão elogiada?

⁴⁷ BOFF, Elder. Visita de Cortesia. **Jornal Costa Oeste**. Santa Helena, 13 de janeiro de 2000, p. 03.

Isso indica muito mais do que uma “visita de cortesia”, sugere uma visita motivada por interesses já reconhecidos pela classe patronal, assim como uma recepção dessa visita, também motivada por interesses. Embora a principal preocupação de Boff seja o voto do eleitor, essa relação social nos mostra a percepção sobre como se pode utilizar de carências e necessidades, seja para explicitar ações caritativas eleitoreiras, seja para indicar como esses trabalhadores reconhecem nessas práticas modos de aumentar seus ganhos e conseguirem reverter o que muitos avaliam como manipulação eleitoreira, para uma ação que lhes seja satisfatória.

O colunista Elder Boff, convenientemente, parece ter esquecido que estas pessoas estavam trabalhando para a administração municipal por cesta básica, mas que, contraditoriamente, não poderiam receber o mesmo “presente” do visitante. Para Elder, havia a necessidade de que ele enquanto colunista esclarecesse os fatos para os trabalhadores, ele só esqueceu que estes sujeitos não são inertes e incapazes de compreender as relações em que estão inseridos, tampouco ingênuos. Eles estavam, a partir desse ato, buscando aliviar e dirigir, em alguma medida, seus ganhos, independentemente da preocupação eleitoral de Boff.

A “visita de cortesia” denuncia as disputas e tensões sociais vividas e construídas socialmente, relações construídas que lidam com o terreno desigual em que trabalhadores percorrem em Santa Helena. Esta dinâmica nos permite dimensionar além do jogo de interesses presente na ação do político e dos trabalhadores que aceitaram o “presente” por ele oferecido, como ainda perceber como se é almejado participar da administração pública de Santa Helena, possivelmente motivados pela grande quantidade de royalties recebida pelo município. O que se constitui como um atrativo a mais para políticos e trabalhadores que buscam se inserir no serviço público da cidade.

Avalio que essas questões nos possibilitam perceber que os sujeitos que experimentam essas dinâmicas estão - como a interpretação feita por Antônio nos permitiu discutir - buscando alternativas de trabalho seja para complementar a renda da família, seja porque não estão dispostos a se submeter à exploração e a salários que não lhes dão nenhuma possibilidade de alterar as condições de vida que lhes são peculiares.

Desse modo, muitos trabalhadores não veem como única possibilidade de melhora em suas vidas o trabalho nas empresas da cidade de Santa Helena, pois sabem que outras relações de trabalho e de prover ganhos podem lhes garantir melhores

condições. Pedro me apresentou algumas questões importantes ao refletirmos sobre as dinâmicas construídas pelos trabalhadores diante do viver em Santa Helena:

Pesquisadora: E da cidade, o que o senhor acha da cidade, é um lugar bom ou não é?

Pedro: Ah, qualquer lugar é bom pra morá desde que você tenha a sua casa, tenha saúde, não seja assaltado e nem acidentado, e essa coisa não estamos livres mais, em nenhum lugar. Você pode morá na pior das favelas e não sê assaltada, e você pode tá hoje lá em casa e de repente sê assaltada. Agora, sei lá, eu não tive até hoje nenhum problema, nem aqui e nem em lugar nenhum, nunca fui assaltado, graças a Deus. Tomara que isso nunca mais aconteça pra ninguém. A minha filha foi assaltada lá em Rondon quando eles tavam fechando a sorveteria. Os caras chegaram lá e elas tiveram que dá o dinheiro do caixa, então isso é coisa mais terrível que pode acontecê pra uma pessoa... é sê assaltado. Agora pra vivê aqui, eu ofendi as pessoas em política no passado, lá em Sub-Sede, coisa que eu não vou mais fazê, já me desculpei, eu tenho só amigos lá. Se bem que agora, com essa gente nova que veio [novos moradores] que eram cento e poucas famílias, agora já tem mais de seiscentos, então eu aí não conheço mais ninguém. A gente não vai mais pra Igreja, quando era a boca da noite uma vez se passeava nos vizinhos, agora a gente não vai mais. Só que eu não posso me queixar daqui, nós moremo lá e até hoje nós nunca sofremo um abuso de vizinho, do pessoal, nada, nada, nada. Na cidade, quando a gente vai, beleza. A gente conhece tudo, os pontos na cidade pra morá é bom, a não sê esse pessoal ali na favela. É, tem favela em Santa Helena, tem favela né? Se lá em Curitiba aquilo lá é favela, aqui também tem. Assim, o visual é igual, tem favela. Agora nem todos que moram na favela são assaltantes.⁴⁸

Pedro inicia sua reflexão sobre Santa Helena indicando que qualquer lugar é bom para morar, desde que você tenha a sua casa, que tenha saúde, e que não experimente nenhum assalto ou acidente. Ele cita a situação vivida por sua filha, que vivenciou um assalto na sorveteria em que trabalha no município de Marechal Cândido Rondon. Para dialogar com a minha questão o entrevistado se remete a algo que vem lhe incomodando a partir do que a filha experimentou como assalto em outra cidade.⁴⁹

A partir disso ele vai indicar que a prática de assalto é uma questão também em Santa Helena, mas faz isso associando à existência de favelas, mesmo que tenha que fazer a ressalva que nem todos que vivem na favela são assaltantes. Além disso, destaca um envelhecimento solitário e sem grande convívio com a vizinhança.

⁴⁸ Pedro (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Pedro em 06/04/2012. Santa Helena -PR-.

⁴⁹ Marechal Cândido Rondon, município próximo a Santa Helena cerca de 40 km.

Portanto, é necessário pensarmos no distanciamento e nas aproximações entre os trabalhadores, Pedro reconhece que os trabalhadores vivenciam os lugares que ele indicou como sendo favelas, entretanto, constrói um distanciamento destes trabalhadores a partir do lugar onde vivem.

Essas questões evidenciam as disputas elaboradas em sociedade diante das relações classistas e no interior das classes. Pedro faz sua leitura sobre alguns espaços da cidade, os quais ele indicou como favelas. Chegou a essa conclusão comparando os espaços que ele visualiza em Santa Helena com espaços de moradia que, de algum modo, também visualizou em Curitiba, aproximando as duas realidades.

Frente a essa problemática, o trabalho de Silva é significativo ao pensarmos as possibilidades e as situações enfrentadas pelos sujeitos que vivem em determinados espaços da cidade, para Rosane ao pensar a moradia de trabalhadores,

Necessário se faz ressaltar que os bairros considerados periféricos e as pessoas que lá vivem, não devem ser vistos de forma homogênea, pois estes locais de moradia e seus habitantes devem ser vistos no plural, pois são diferentes entre si. Eles se constituem como parte da cidade⁵⁰.

A autora discute em seu trabalho as experiências dos sujeitos que residem nos conjuntos habitacionais “Santa Rita de Cássia” e Curva do “Obregon” em Santa Helena. Diante dos apontamentos de alguns de seus entrevistados, é possível perceber o destaque para a distinção que percebem e sentem por viverem nestes lugares, vistos como periferias, por grande parte da população do município. Assim, a autora se coloca sobre essa questão, dizendo:

Estas atitudes das pessoas da comunidade em geral faziam Nilsa perceber que ainda tinha gente que valorizava os lugares mais “pobres da cidade” pois em sua concepção, a curva do Obregon era considerado um lugar pobre “por causa das casa tudo muito pertinho i já era considerado favela aqui”. Por isso ela se sentia em alguma medida valorizada pelas pessoas “porque sabe qui eles tão se lembrando qui tem ser humano pra cá, não é tudo lixo”⁵¹.

A entrevistada de Rosane - Nilsa - indica uma possível ajuda que teria recebido de pessoas que não vivenciam os problemas do seu bairro - Curva do Obregon -, e a partir desse indicativo nos permite perceber que não são todas as pessoas que vivem em

⁵⁰ SILVA, Rosane Marçal da. **Trabalhadores e luta por moradia em Santa Helena-PR (Décadas de 1990-2000)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2011, p 60.

⁵¹ Ibidem.

Santa Helena que se preocupam com os bairros populares, além disso, ela evidencia a distinção classista com o qual ela e os demais trabalhadores que ali vivem sofrem no dia a dia. Desigualdade que também pode ser percebida nas indicações de Pedro sobre a violência e sua ligação com as ditas favelas, o que é na fala de Nilsa evidenciada.

Entendo que como apontou a autora os sujeitos que lidam com estes espaços de moradia não são homogêneos, aliás, não somente eles, a sociedade não é homogênea. A sociedade é desigual e a marginalização construída sobre os sujeitos que vivenciam estes lugares contribui para que as relações desiguais por nós experimentadas continuem a existir e a dividir trabalhadores. Pedro julgou ser importante falar sobre esses espaços, talvez por que se incomode com a situação.

Freitas apresenta uma discussão sobre problemática em torno do viver na cidade, frente a isso discute as disputas e as tentativas de controle social e da construção de memórias empreendidas sobre trabalhadores. As reflexões feitas pela autora nos ligam aos apontamentos feitos por Pedro, à medida que determinados espaços tem sua imagem construída historicamente como lugares violentos/perigosos por serem produzidos por ou para certos trabalhadores.⁵²

Obviamente, esta marginalização é contraditória como a própria fala de Pedro indicou, mas vem cada vez mais se legitimando a partir de formulações produzidas dentre outros pela mídia que insiste em rotular pessoas e espaços de acordo com os interesses das classes patronais.

A comparação entre Santa Helena e Curitiba parece evidenciar que não existem fronteiras para as desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que o incômodo de Pedro frente a isso nos dá a esperança de que um dia as pessoas não sejam rotuladas de acordo com o lugar onde moram, de que esses espaços de moradia não sejam marginalizados perante a sociedade, mas que possamos compartilhar das mesmas condições, formando uma sociedade melhor, onde não sejamos reconhecidos apenas por formar uma parte da sociedade, mas que exista uma comunidade por inteiro.

Não precisamos ir tão longe para perceber os “defensores do povo”, articulando formas de se legitimar diante da população. Em Santa Helena, por meio de um convênio com a Companhia de Habitação do Paraná- COHAPAR -os governantes da cidade - em parceria com empresários da construção civil - executam projetos de

⁵² FREITAS, Sheille Soares de. Sobre Trabalhadores: identificações e confrontação social em Uberlândia-MG na passagem do século XX para o século XXI. *Fronteiras*, Florianópolis, n.º. 20, p. 69-91, 2012.

construção de conjuntos habitacionais que abrangem os distritos e bairros mais populosos do município.

João, um dos entrevistados para essa pesquisa, faz parte dos “beneficiados” destes projetos. Em nossa conversa, falou um pouco sobre como percebe esta dinâmica - de morar em um dos conjuntos habitacionais. Ele e sua mulher moram no conjunto habitacional Caminho das Águas, no distrito de São Clemente.

Pesquisadora: E o senhor gosta de morar aqui?

João: Não gosto.

Pesquisadora: Não gosta por quê?

João: Ah eu... cidade... pra mim não presta. Eu nasci e me criei na roça. Eu moro aqui porque se eu não morá aqui eu vou pra onde? E eu moro aqui porque a casinha é minha, eu não pago aluguel. Embora se eu quisesse tá morando de novo lá no Paiter [antigo patrão, dono de propriedade rural] eu tava porque ele já veio três vez aqui pra mim mora lá.

Pesquisadora: É, mais dai o senhor não foi.

João: Não fui porque se eu sai daqui pra morá lá eu perco a casa né?

Pesquisadora: Mais se não perdesse o senhor ia?

João: Eu ia, dai eu ia (risos). Eu não gosto de cidade não, eu vô fala a verdade, não que eu tô falando que é ruim a cidade, mais eu não nasci na cidade, eu nasci na roça, e gosto muito da roça, pra criá uma galinha, um porquinho, uma galinha né? Interte a gente né?

Pesquisadora: E hoje, o senhor é aposentado e trabalha ainda?

João: Sim, eu tô aposentado, mais eu trabaio um pouco. Eu tenho um pedacinho de roça ali perto da rodoviária.

Pesquisadora: E o que o senhor faz nesse pedaço de terra?

João: Eu planto milho, mandioca. A mandioca eu vendo, dá uns cinco mil pé, dai eu não vô comê tudo né? Já vendi duas safrinha de mandioca. Aí dá uns troquinho a mais né?

Pesquisadora: E a sua mulher também é aposentada né? E ela gosta de morá aqui?

João: Ela é... ela sempre fala que se ela pudesse voltá pro sítio ela voltava. Ela é mais loca do que eu pra voltá.

Pesquisadora: Mas vocês nunca trabalharam em nada que não fosse na lavoura, né?

João: Só roça, eu nunca mexi com outras coisa, eu cortei cana uma vez , mais foi só oito mês, não quis mais nem sabê.

Pesquisadora: Por que não?

João: Ah, era assim é... a pessoa era muito escravo, muito escravo e não ganhava nada. Tinha que trabalhá até no domingo. Domingo era obrigatório trabaiaí.

Pesquisadora: E nos outros lugares que o senhor trabalhou não trabalhava no domingo?

João: Nem no sábado nem no domingo, só de segunda a sexta.

Pesquisadora: Só que a casa não era assim ou era?

João: Não, essa casa aqui não era assim, não tinha piso, não tinha nada. Tudo foi feito depois né? O muro, não tinha muro. Eu fiz muro,

essas duas área aqui eu fiz, e assim eu fui fazendo, arrumando conforme eu podia.⁵³

Se os governantes da cidade realmente acreditam que os trabalhadores não sabem reconhecer e posicionar-se frente às relações de poder que experimentam, percebo com a colocação de João, que não só os trabalhadores reconhecem, como também sabem aproveitar dessas práticas. Nesse sentido, o entrevistado mesmo não gostando de morar na cidade daquela forma sabe que é melhor morar no conjunto habitacional, ainda que tenha que pagar uma determinada quantia por mês durante 20 anos, para que a casa seja realmente sua. Pois morar nas terras de outras pessoas e conviver com a incerteza/angústia de não saber até quando vai poder residir nelas é uma relação que propõe não reviver.

João se lembra do tempo em que trabalhou na lavoura como agregado, para ele a baixa rentabilidade e a necessidade de ter que trabalhar todos os dias da semana fazia dele e de sua família "escravos". Certamente, isso faça parte das questões que ele avalia para valorizar o fato de viver na atualidade em sua própria casa. Ainda que João tenha feito reformas em sua casa no conjunto habitacional - por considerar os limites que ela indicava para moradia, esta foi uma oportunidade para que ele e sua família conseguissem alguma estabilidade, como a compra de um terreno.

O terreno que João possui próximo à rodoviária, na qual produz quantidades de mandioca consideráveis para complementar sua renda, mostra a ação dos trabalhadores sob as situações que experimentam e como se aproveitam de práticas que trazem de sua trajetória e do meio social em que se insere. Com mercado para a venda de mandioca, principalmente pela indicação constante das fecculárias e indústrias de que necessitam aumentar a produtividade e que haja maior adesão dos produtores aos seus interesses de produção, João avalia qual produto plantar e como.

É possível inferir que os trabalhadores que se inserem em tais projetos habitacionais os aceitam porque sabem que apesar de insuficiente, estes programas são, no momento, uma alternativa dentro de suas práticas, que podem amenizar suas necessidades, desde que articuladas a outras dinâmicas, como, por exemplo, o trabalho e o cultivo de pequenas áreas de terra feito por João.

⁵³ João (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de João em 05/03/2012. Santa Helena-PR.

Algo que o trabalhador almeja que promova uma melhora significativa em suas condições de vida. Essa atuação não é uma ação isolada, é comum que muitos aposentados, ou mesmo trabalhadores "urbanos" acumulem atividades, fazendo plantio em pequenas áreas, arrendando terras, sendo diaristas em propriedades etc.

A atividade rural é para muitas famílias uma referência econômica, embora não seja o setor que formalmente mais empregue trabalhadores⁵⁴. Mesmo que os diversos trabalhos ligados com a área rural não figurem com expressividade entre os dados oficiais de empregabilidade em Santa Helena é perceptível que os trabalhadores articulam suas relações e suas práticas com as atividades rurais, dentre outros trabalhos.⁵⁵

Esta indicação é evidenciada na fala do senhor João o qual, ainda que aposentado, viu como possibilidade manter certa estabilidade econômica adquirindo um terreno no próprio distrito de São Clemente. Frente a isso, campo e cidade não compõem setores isolados, mas formam um universo de atuação dos sujeitos onde as relações entre esses espaços se intercalam, de acordo com as necessidades e possibilidades avaliadas pelos sujeitos, compondo avaliação do presente e de sua trajetória.⁵⁶

Ao levar em consideração esta problemática, daremos continuidade à discussão destacando a conversa que tive com Jair e Gení. Enfatizo agora a leitura que o senhor Jair faz em torno de sua trajetória. Ele inicia sua fala indicando como era viver em Carlos Gomes-RS, cidade em que morou antes de mudar-se pra Santa Helena:

Pesquisadora: E então antes do senhor vim morar em Santa Helena o senhor morava aonde?

Jair: Em Carlos Gomes.

Pesquisadora: Carlos Gomes, no Rio Grande do Sul?

Jair: Sim, no Rio Grande do Sul.

Pesquisadora: E lá o senhor morava com seus pais?

Jair: Sim.

Pesquisadora: E no que vocês trabalhavam lá?

⁵⁴ As atividades rurais reconhecidas formalmente em Santa Helena se remetem a proprietários, arrendatários, parceiros, ocupantes, ocupante sem titulação definitiva e trabalhadores sem terra. Porém, não faz nenhuma referência aos trabalhadores diaristas, por exemplo, que mesmo não sendo proprietários tem suas práticas diretamente ligadas ao trabalho no campo. Embora não sejam reconhecidos como trabalhadores formais. VER: IPARDES- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico Município de Santa Helena**. Curitiba: IPARDES, Dezembro 2012. p 5.

⁵⁵ VAGAS de emprego disponíveis na agência do trabalhador em Santa Helena. Disponível em: <<http://www.correiodolago.com.br/noticias.php?id=666662>> Acesso em 23/05/2013.

⁵⁶ WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Tradução Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Jair: Na roça, rolando pedra. Sim, rolava as pedra pra lá e pra cá, plantava uns pé de milho.

Pesquisadora: E o senhor estudou ou não?

Jair: Sim, até a terceira série⁵⁷.

O trabalho de “rolar pedras” certamente compôs uma trajetória onde a busca pela melhoria das condições sociais da família foi constante. O trabalho de remoção das pedras do local que possivelmente Jair e a família utilizariam para cultivar produtos para a venda, ou mesmo para seu próprio consumo, permite dimensionar que para esta família, assim como para muitas outras, organizar a dinâmica da vida relacionando o trabalho e suas necessidades não foi algo fácil.

Afinal, se a família tivesse alternativas melhores não teria sequer adquirido uma área de terra tomada pelas pedras. Porém, esta foi a área que as condições sociais que possuíam permitiu adquirir para se tornarem proprietários.

Jair lembra ainda que estudou somente até a terceira série, provavelmente por ter que ajudar os pais com o trabalho, já que era um dos filhos mais velhos dentre os três - algo recorrente entre as famílias com pequenas propriedades e que dependiam do trabalho familiar para garantir produção para consumo e renda - uma menção que também encontrei certa referência na narrativa de outros entrevistados.

Atualmente, ele e sua mulher trabalham com a criação de pintainhos e pelo que pude perceber Jair sente certo orgulho por ter, em alguma medida, ascendido socialmente, levando em consideração sua trajetória e o lugar onde muitos de seus conhecidos ainda se mantêm.

Nesse sentido, ao pesquisar o acervo do Jornal Costa Oeste, percebi que o caminho que foi construído para essa possibilidade no campo retoma a presença das cooperativas, colocando-as como responsáveis pelo fornecimento e sustentação desta dinâmica, assim como por outras possíveis formas de trabalho em Santa Helena. Algo que indica reciprocidade, pois o empreendimento agroindustrial também se sente “orgulhoso” em fazer parte do suposto progresso da cidade, desse modo o jornal apresenta essa "ação" com a seguinte formulação:

A história marca as grandes conquistas como luminares para as gerações que se sucedem, evoluindo como numa espiral de idas e vindas, estabelecendo padrões de desenvolvimento. É assim que concebemos a trajetória da Cooperativa Agroindustrial Lar em Santa

⁵⁷ Jair (Pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Jair em 27/01/2012. Santa Helena-PR.

Helena, um município que conquistou o Brasil pela qualidade de vida que oferece aos cidadãos. Começamos pequenos, em estrutura arrendada. Hoje somos uma das grandes forças do desenvolvimento do município, graças as parcerias que realizamos. Ninguém desconhece o avanço que a inauguração recente de uma das maiores indústrias de ração do Brasil, representa para a economia de Santa Helena. As parcerias continuam com outro grande investimento que é o matrizeiro e incubatório para a produção de 4 milhões de pintainhos por ano, além da parceria de irrigação que será desenvolvida. E por que a Lar e não outra empresa? Porque, segundo o prefeito Silom Schimidt, a Lar é uma empresa idônea, plenamente confiável e é cooperativa. Ser cooperativa não é um detalhe, mas uma filosofia e um compromisso que nos assinalam um desenvolvimento compartilhado. O município de Santa Helena incorporou esta filosofia e, por isso, está se destacando a nível nacional com um dos melhores em qualidade de vida e de empreendedorismo. Esses 36 anos de emancipação político-administrativa são como pedras preciosas que todos nós ajudamos a lapidar ao longo do tempo e para o futuro que estamos construindo. A cooperativa Lar junta-se a toda a população e as autoridades de Santa Helena para comemorar essa data feliz⁵⁸.

A matéria ressalta a qualidade de vida do município de Santa Helena, aliado ao desenvolvimento da empresa na cidade. Deste modo, elenca diferentes setores, como a fábrica de rações e o sistema de irrigação como vinculados a empresa Lar.

De acordo como os editores da matéria, o prefeito Silom Schimidt teria atribuído o sucesso da empresa LAR à sua forma cooperativista, logo o sucesso da empresa seria o sucesso de toda a população santa-helenense. Será mesmo que o suposto da vida de toda a população de Santa Helena se desenvolveu junto, e na mesma rentabilidade, que esse projeto de cidade ou como a empresa LAR? Ou será que esta matéria busca legitimar a existência e as ações do Poder Público que beneficiam a presença e atuação da empresa no campo e na cidade?

Após discutir as interpretações de diversos trabalhadores frente aos sentidos que estes atribuem às suas experiências e conforme o que vivem em Santa Helena, entendo que se realmente houve algum "desenvolvimento", este é experimentado de forma desigual e contraditória.

Afinal, se a LAR estivesse beneficiando os munícipes de forma geral, não haveria trabalhadores como Luiza indicando deficiências no sistema de saúde, ou mesmo Jair que mesmo tentando justificar as dificuldades que enfrenta - comparando Santa Helena com outras regiões do Brasil - reconhece que “se não trabalhá, não dá”.

⁵⁸ A LAR está feliz pelos 36 anos de Santa Helena. Santa Helena terra das águas 36 anos, destaque nacional o município vive o seu melhor momento. **Jornal Costa Oeste**, Santa Helena, 26 de maio de 2003, p 06.

Certamente, o trabalho com aviários foi uma forma possível encontrada por ele de suprir suas necessidades, mas não determina que não haja reavaliações constantemente desse caminho.

Nesse sentido, uma trajetória imersa em dificuldades não foi uma realidade apenas de Jair. O senhor Mateus também teve sua trajetória marcada por um campo de possibilidades comum aos trabalhadores, em particular aos que transitaram pela vida e trabalho no campo. Mateus, hoje viúvo, vive no distrito de São Clemente com seu filho e, em nossa conversa, narrou um pouco sobre suas experiências.

Pesquisadora: Então seu Mateus, eu fiquei sabendo que o senhor já trabalhou muito nas fazendas por aí é verdade?

Mateus: É, eu já trabalhei muito nessa vida, agora que eu não trabalho mais eu não posso andá.

Pesquisadora: E o senhor trabalhava aonde?

Mateus: Na roça, amansava boi, amansava burro, burro pra lavrá a terra, era desse jeito.

Pesquisadora: É, e o senhor veio da onde?

Mateus: Vim lá do Norte, lá de Baiti [Ibaiti-PR], eu morei lá no município de Baiti, fui nascido e criado lá. Eu nasci numa fazenda que era do Pentiado, Alfredo Pentiado, era 2930 alqueire e era só mato, só mato com bicho. Então eu fui criado lá, nesse lugar. Depois meu pai morreu e ficô só eu com a minha mãe e o meu irmão.

Pesquisadora: E o senhor estudou?

Mateus: Estudei muito pouco.

Pesquisadora: Por quê?

Mateus: Ah, é... na época eu tava trabalhando, eu tava com 18 ano quando eu comecei estudá. Foi uma professora de Baiti que foi lá pra ensinar a turma da fazenda. Aí eu muito malandro, peguei e fui, e não estudava direito, passei dois livro de estudo da cartilha da infância, aquela eu aprendi tudo. Aprendi um poquinho de conta, aprendi lê um poquinho, é o que eu aprendi.

Pesquisadora: E os filhos do senhor estudaram?

Mateus: Estudaram. Tudo eles. Um pouco, não muito, mais dá pra eles sobreviver (risos).⁵⁹

Mateus conta que trabalhou em muitas fazendas e assim como o senhor José, ele tentou construir diferentes possibilidades de trabalho, em diferentes lugares. Quando pergunto sobre os estudos, ele do mesmo modo que Jair, disse que não estudou porque tinha que trabalhar, o mesmo acontecendo com os seus filhos.

A escolarização formal não foi uma dinâmica priorizada por estes trabalhadores, não porque não quisessem, mas porque a realidade em que se viam inseridos propunha outras urgências, o trabalho era prioridade para eles naquele

⁵⁹ Mateus (Pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Mateus em 02/05/2012. Santa Helena-PR.

momento. Mateus indica uma limitação física que, possivelmente, está atrelada às constantes pressões e dificuldades enfrentadas ao exercer trabalhos pesados e prolongados. Nesse sentido Mateus continua sua interpretação:

Pesquisadora: E o senhor veio pra cá com seus pais ainda ou não?

Mateus: Não eu vim pra cá já com a minha mulher, com ela e o filho mais novo meu, que é o Claudio, que tá lá pro Mato Grosso, e com as filha, eu tenho cinco filho home e três mulher.

Pesquisadora: Oito filhos.

Mateus: É oito filho, e dai quando nós viemo pra cá fiquemo ali naquela fazenda, não sei se você conhece ali... Juvenal Mesquita, lá do doutor João, então ali eu morei quatro ano ali na Mesquita trabaiei com o doutor João de empregado, depois trabalhei pro Juvenal, que é irmão do doutor João onde trabaia meu filho lá, que ele é administrador.

Pesquisadora: E é aqui em Santa Helena?

Mateus: Não, é lá no Diamante [cidade de Diamante do Oeste].

Pesquisadora: Então o senhor morava lá em Diamante?

Mateus: É, dai depois passei pro Juvenal que é irmão dele, dai eu ia voltá pro Norte.

Pesquisadora: Por que o senhor ia voltá?

Mateus: Porque ele acertô minhas conta na fazenda e pagô meus direito, aí eu ia voltá, ai o meu cunhado não deixô, ele me deu os murundum dele pra plantá, dai eu enfrentei lá, fazendo lavoura, fazendo cerca na fazenda do Juvenal pra eles, ai eu morei lá nove anos.

Pesquisadora: E por que o senhor veio lá do Norte pra cá?

Mateus: É foi intuição da gente.

Pesquisadora: Veio tentá a vida aqui.

Mateus: É disse que era muito bom, aí por essa e por aquela, lá eu tinha tudo... tinha cavalo bom de andá, carroça, tinha porco, galinha, peru do sítio eu tinha. Lá tinha tudo.

Pesquisadora: O senhor vendeu pra vim?

Mateus: Vendi e vim com a mudança só, até uma caminhonete que trouxe minha mudança pro Diamante, e do Diamante eu fui pro sítio que o meu cunhado Milton e fiquei lá uns cinco anos.

Pesquisadora: E o que o senhor fazia lá?

Mateus: Lá eu plantava, tirava leite eu me mexia na vida.

Pesquisadora: E o senhor recebia por mês?

Mateus: Ganhava por mês, é.⁶⁰

Mateus diz que saiu da região norte do Brasil e veio para Santa Helena movido por sua intuição, ele, assim como João, trabalhou em diferentes fazendas, e como Jair e Geni, visualizou no trabalho no campo a possibilidade de melhora - principalmente, por ser o trabalho que realizou até aquele momento.

⁶⁰ Mateus (Pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Mateus em 02/05/2012. Santa Helena-PR.

Mateus e seus filhos tiveram seus estudos limitados, pois suas urgências eram outras. A procura e as mudanças para dinamizar o trabalho, as dificuldades enfrentadas em sua trajetória se intercalam com as vivências dos demais trabalhadores sobre as quais refletimos.

Entendo que muito mais que por intuição, Mateus e os demais trabalhadores com os quais dialogamos, foram movidos por ser um debate comum como se decidir trabalho, moradia e cuidado com a família. Suas necessidades e possibilidades de classe, muitas vezes são compartilhadas e/ou confrontadas com a condição e padrão de vida de outros trabalhadores.

Certamente, os rumos que a vida desses sujeitos tomou foram diferenciados. Mas, as tensões enfrentadas por estes trabalhadores e pequenos proprietários são significativas ao refletirmos em torno das relações construídas e transformadas no contexto da sociedade capitalista contemporânea.

Frente às problemáticas discutidas aqui entendo que o viver em Santa Helena está imerso em um campo desigual, as trajetórias/experiências dos sujeitos com os quais dialogamos neste capítulo permitiram dimensionar esta realidade contraditória. Nesse sentido os royalties -compensação financeira paga aos municípios que tiveram parte de seu território comprometido com a construção do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu- parecem não diminuir as dificuldades enfrentadas por grande parte da população, ainda que exista uma tentativa de legitimar esta dinâmica como benéfica para toda a sociedade. Nesse bojo, é que incluiremos essa discussão do capítulo a seguir.

CAPÍTULO II

Santa Helena: “Terra das Águas” em desigualdades sociais

Na reflexão anterior fizemos uma análise sobre as interpretações de alguns trabalhadores e proprietários que vivem em Santa Helena a partir da segunda metade do século XX. Passaremos agora para uma discussão que continuará dialogando com as trajetórias destes sujeitos, observando como estes avaliam suas decisões ao continuar no município e as considerações que elaboram incluindo noções de direito e de organização de investimentos públicos, destacando a dinâmica de investimentos dos royalties no campo e na cidade.

Aliado a isso, problematizo a visibilidade dada às relações e condições de vida, polemizada com a presença dos royalties - inclusive, com os sentidos atribuídos pela imprensa e Administração Municipal. Ao fazer isso, entendo que a cidade se constrói como um campo desigual, de disputas e de proposições.

A fala da trabalhadora Beatriz, entrevistada para esta pesquisa, traz algumas questões significativas. Atualmente está com 56 anos, ela nasceu no Rio Grande do Sul e quando se mudou junto com sua mãe para o Estado do Paraná, morou em um primeiro momento no município de Capanema. Quando se casou [em 1975], Beatriz foi morar nas terras de um de seus cunhados ainda na cidade de Capanema⁶¹:

Pesquisadora: Então, vocês trabalhavam na terra do cunhado?

Beatriz: É na terra do cunhado dele, mais lá ele trabalhava com o caminhão lá. Assim, uma época quando não tinha colheita, e uma época plantava também. Nós ajudava ele plantar na roça também e não recebia, daí pra não passar fome era eu que tinha que trabalhar, pra viver né? Daí eu parei de trabalhar quando eu engravidei, que daí não deu mais, a barriga cresceu né? (risos). Daí eu não conseguia mais trabalhar, eu tava grávida da Nega né? Daí moremo um tempo lá, na terra deles lá, daí no cunhado do Elio. Nós casamos em [19]75 e ela nasceu [filha] em [19]78, daí logo depois nasceu o outro [filho] depois de três anos de casado. Daí moremo lá esses anos, daí nós plantamos tudo daí na hora de colher, ele vendeu e ficou tudo pra ele. Daí nós viemos pra vila. Daí logo eu engravidei do Fernandinho, mais daí logo que ele nasceu, ele morreu. De passa miséria né? Eu não podia trabalhar e o Elio não arrumava um serviço. Daí, as vezes passava miséria, não tinha o que comer, não tinha uma vitamina, não tinha nada.

Pesquisadora: Então quando vocês saíram lá do seu cunhado vocês vieram morar na vila?

Beatriz: Vim pra vila.

⁶¹ A cidade de Capanema compõe a chamada região Sudoeste do Paraná.

Pesquisadora: E a senhora falou que antes de vim mora no Luzani vocês moraram no seu cunhado né? E de lá por que vocês saíram?

Beatriz: Porque nós plantava e daí ganhava porcentagem, daí plantemo, eu plantei bastante verdura quase não conseguia mais abaixá porque eu tava grávida né? Era cheio de verdura, repolho, daí ficô tudo lá, eu não aproveitei nada, e tinha gente que trabaiava lá, que ia lá e trazia os repolho e vendia na vila. Os repolho que eu plantei os outros comia (risos), e daí o que nós plantemo ele vendeu tudo e daí antes de morá lá nós tinha morado uns três ano na casa da finada mãe, daí lá eu tinha minhas galinha, criava meus porquinho. A vaquinha eu vendi, mais o milho e o arroz que eu tinha plantado nós levamo tudo pra lá, e daí esse cunhado ele comia nosso arroz, levava nosso milho pra trilha, as galinha que era minha, que eram mansinha, eles comia tudo. As dele eram tudo xucra, ninguém pegava, daí lá acabô. Nós não tinha mais o que comê, porque o que nós plantemo...fumo...a nossa parte ele não deu nada, ele vendeu tudo.

Pesquisadora: Mais vocês não fizeram nada pra ele pagá vocês?

Beatriz: É nós pedimo, daí ele mandô nós compra fiado num mercado, mais daí o dono do mercado negou, porque pra esse cunhado lá ele não vendia fiado. Daí nós voltemo de mão limpa né? E daí nós viemo morá na vila. Daí com todo o custo ele [cunhado] deu aquele lote com a casinha pra nós. Por tudo aqueles ano, o Elio trabaiô com ele desde os treze ano ele trabaiô! Daí nós ia embora pro Paraguai, porque não dava pra vivê só trabaiando de boia-fria, mais daí ele conseguiu [em 1987] o emprego com o Luzani.⁶²

Ao falar sobre o tempo em que trabalhou nas terras de seu cunhado, Beatriz interpreta as dificuldades que vivenciou e as práticas que ela e o marido tiveram que adotar para minimizá-las. As ações construídas por ela expressam as tramas elaboradas em meio a relações de poder desiguais, que não se restringem às relações no campo em Santa Helena, mas um universo comum de enfrentamentos a trabalhadores que procuram permanecer no meio rural brasileiro.

Assim seu cunhado, de quem possivelmente muitos esperariam uma atitude benevolente, ao empregar membros de sua família, viu nesta relação a possibilidade de se beneficiar com o trabalho de seus familiares. Beatriz e seu marido recebiam como forma de pagamento a possibilidade de morar nas terras do cunhado, onde provavelmente conseguiam cultivar determinados alimentos para o consumo da família.

Além disso, Élio conseguia exercer outros trabalhos - como o de motorista de caminhão nas temporadas em que não lidava com o plantio/colheita, complementando a renda da família com o transporte de mercadorias do campo, ainda que em meio a

⁶² Beatriz (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora, na residência de Beatriz, em 03/04/2012. Santa Helena-PR.

dificuldades de garantir esse trabalho. Beatriz ficava deste modo responsável pelos demais afazeres na propriedade.

Essa situação foi enfrentada até meados da década de 1980. Após a morte de seu filho recém nascido - o qual Beatriz disse ter perdido pela miséria em que viviam -, a família decide então mudar-se para a vila do distrito de São Clemente, motivados pela quebra de acordo com o cunhado, que vendeu toda a colheita de verduras e não deu nenhuma porcentagem para a família de Beatriz.

O casal chega a Santa Helena no momento em que muitos estão inseguros sobre sua permanência na região, haja vista a vivência das desapropriações, mas eles já traziam expropriações anteriores e continuaram a enfrentá-las como boia-fria, "Os repolho que eu plantei os outros comia (risos), e daí o que nós plantemo, ele vendeu tudo [...] Daí nós ia embora pro Paraguai, porque não dava pra vivê só trabaiano de boia-fria, mais daí ele conseguiu [em 1987] o emprego com o Luzani".

Beatriz indica que o marido tentou conversar com seu cunhado para que este lhe desse a parte que lhe cabia diante da venda das verduras. Entretanto, a forma de pagamento proposta pelo irmão de Élio - comprar mercadorias na caderneta -, não condizia com as expectativas do casal, como também não agradou o dono do mercado, que se recusou a vender qualquer coisa para anotar no nome do cunhado de Beatriz.

Possivelmente, este posicionamento contrário do vendedor tenha sido motivado por dinâmicas anteriores semelhantes a esta, dinamizadas não apenas pelo cunhado de Beatriz mas, também, por outros padrões que viam nesta prática a possibilidade de manter seus empregados sem remuneração assalariada, já que o pagamento consistiria em alimentos, limitando a movimentação dos trabalhadores pela falta de dinheiro.

Porém, o dono da venda recusou esse vínculo de pagamento, pelo menos com o cunhado de Beatriz. Afinal, essa articulação é comum entre comerciantes e proprietários de terra/empregadores das áreas rurais, aguardando data de "cheques" da venda de leite, grãos, lotes de animais etc. Mas, algumas vezes, esse distanciamento ocorre pelo receio do não pagamento, ou ainda, porque a dívida já está acumulada e sem previsões de pagamentos.

Desse modo, entendo que os trabalhadores dialogam com suas necessidades e possibilidades de classe, Beatriz mesmo vivenciando adversidades sabia que por um determinado tempo o melhor a fazer era continuar morando e trabalhando nas terras de seu cunhado, prestando também trabalho de diarista para proprietários vizinhos.

Provavelmente, por saberem que diante da dificuldade que o marido enfrentava para encontrar emprego, mudar-se seria ainda pior.

Entretanto, assim que visualizou uma oportunidade de mudança o casal não hesitou em articular novas formas de trabalho. Nesse momento, ao saírem das terras do cunhado, a família de Beatriz conseguiu que o mesmo lhes "desse" a casa em que moravam como forma de quitar sua dívida frente ao trabalho exercido por Beatriz e seu marido. Foi nessa mesma casa que inicialmente a família se instalou ao chegar em São Clemente. A trabalhadora conta sobre as práticas que articulou quando mudaram para vila do distrito:

Pesquisadora: E daí a senhora começou trabalhá no quê?

Beatriz: De boia-fria, nós arrendava terra, daí plantava né? Uma terra, daí numa, nós arrendemo, plantemo soja. Na outra, nós arrendemo, plantemo arroz. Eu acho. E assim a gente vivia e trabaia. Assim ,pra gente se mantê. Naquela época [primeira metade da década de 1980] não pagava luz, não tinha telefone, e ainda que a gente era saudável, guentava né? E hoje em dia, que nem agora, do jeito que eu tô aí. Não guento mais trabaia direito né? Mais tem que trabaia. Daí dois ano antes de nós trabaia lá no Luzani [1985] - o Elio já trabaia pra ele -, daí depois, nós moremo 10 ano lá [até 1997]. Daí lá melhorô a situação. Só que eu não tinha a carteira assinada, mais... trabaia mais quase do que ele, porque ele trabaia com o caminhão - buscava porco, levava -, porque nós engordava pra ele, engordava o gado no confinamento.

Pesquisadora: Então vocês não trabalhavam na roça?

Beatriz: Não, nós engordava porco, gado, tratava as galinha. Assim vaca de leite, criava os bezerro, guacho de leite pra eles. E o Elio puxava ração e triturava o pasto. A única coisa que eu não fazia era sangrá a criação e triturá o pasto, o resto eu tratava , limpava chiqueiro, carneava tudo, ajudava a carneá, tirava o couro dos bicharedo, daí deu que o Elio teve um problema na coluna, daí nós saimo de lá.

Pesquisadora: Então vocês saíram de lá só por causa desse problema, se não vocês tinham continuado lá?

Beatriz: É, se não tinha ficado lá. Lá não era ruim assim, só que daí ele não podia mais fazê força, pegá no pesado. Daí saimo sem emprego, os direito dele, ele nem recebeu tudo.

Pesquisadora: E lá vocês ganhavam por mês?

Beatriz: É, por mês, só que nem, daí galinha nós criava, daí nós podia comê, daí nós não precisava comprá carne de boi, que nem isso nós ganhava. Leite também nós não comprava porque tinha as vaca de leite , só que daí nós não gastava tanto, porque uma família só de treis pessoa , não gastava tudo isso o quanto que eu trabaiei né? Era o dia todo fora, eu só voltava pra limpá a casa e fazê o almoço, daí quando a Nega era mais grandinha, daí a casa ela limpava, me ajudava um pouco. As veiz a gente nem acabava de engoli a comida já tinha que pegá boi. Era isso, era bastante sofrido, não era tão fácil não né?

Só que pelo menos tinha mais o que comê né? Não precisava trabaia por dia pros outros né?

Pesquisadora: Mais a senhora falou que antes de mora lá no Luzani vocês moraram aqui na vila né, aqui a terra era de quem?

Beatriz: Era nossa, porque antes de nós sai de lá [do cunhado], nós compremo uma casa com um lote. A casa quase caindo né? Daí nós alugemo pra um casal ali, é alugemo não, eles só pagavam a luz.

Pesquisadora: Então vocês foram lá pro Luzani e deixaram a casa alugada?

Beatriz: É, só que a casa era outra, não era essa. Depois que nós trabaio no Luzani nós compremo aqui [casa em que mora atualmente]. Depois o Elio vendeu [a outra] fez os negócio dele. Mais sei lá, ele se deixa enrolá sabe? Nos negócio. E daí assim, nós tinha um dinheiro (84 mil no banco) e nós morava lá no Luzani. [Era o dinheiro] da casa que ele vendeu. Daí comprô outra lá em Sub-Sede [distrito em Santa Helena], daí dava né? Eles pagava os aluguel e nós não pagava água, luz. Daí depois ele vendeu tudo, e boto o dinheirinho no banco. Aquela veiz era bom, assim o juro né? Daí o Collor se elegeu e passô a mão em tudo, tudo. Nois fiquemo em estaca zero, daí ele levô tudo o nosso dinheiro (risos). Daí nois fiquemos só com o salário que nós ganhava. Daí depois de um ano e meio, eles tiraram ele. Daí o governo volto a devolvê o dinheiro, mais foram pagando aos pouco, por mês. Eu não sei o quanto que era, mais era pouca coisa. Daí com o que vinha de volta, daí nós comprava os material. Então nós moremo dois ano nessa casinha que tava caindo, que só não chovia no corpo da casa que tinha lugar na varanda que molhava tudo. Daí ele começô trabaia de motorista ali com o Luiz né? No ônibus. Daí nós com o que ele ganhava e o que sobrava de comida, roupa quase ninguém comprava, ele ia e comprava o cimento, as coisa assim. Daí até que nós conseguimos comprá o material tudo, daí nós trazia as nota pra casa e deixava o material lá na firma dos Mazzochin. Era... Acho que foi uns dois ano assim [até 1999], até que nós conseguimos construí o corpo da casa. Daí quando nós morava lá no Luzani ainda nós compremo um outro lote, daí pra pagá os pedreiro, nós vendemo lá, mais não deu que chega. Daí eles levaram a casinha e ainda fiquemo devendo pra eles.

Pesquisadora: Eles levaram a casinha como pagamento.

Beatriz: É, uma parte. Daí ainda fiquemo pagando uns dois meis, daí nós foi ajuntando de novo e conseguimos construí a casa. Daí quando ele começo trabaia com o ônibus, daí nós saimo do Luzani [por volta de 1997]⁶³.

Quando mudaram para a ‘vila’, em plena reorganização da cidade frente às alterações nos espaços de trabalho e produção no campo em Santa Helena, Beatriz e Élio trabalhavam como boia-fria e arrendatários, ou seja, trabalhavam por dia e alugavam terras. Nesse período, de meados da década de 1980, moravam em uma casa alugada em Santa Helena, aumentando assim os gastos com o sustento da família ao se verem fora da propriedade do cunhado.

⁶³ Beatriz (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Beatriz em 03/04/2012. Santa Helena -PR-.

Entre um trabalho e outro, o marido de Beatriz prestava serviços ao ‘Luzani’, proprietário das terras nas quais o casal veio a morar posteriormente durante uma década, voltando a reduzir os gastos com alimentação, moradia, água e luz. Pois, como ela destaca, esses gastos não eram ignorados ao decidir ficar ou partir do campo.

Do mesmo modo que Mateus indicou no capítulo anterior, Beatriz também explicita as limitações diante do trabalho de toda uma vida, apontando as marcas na saúde debilitada, tanto sua quanto do marido. E justifica esse desgaste dizendo que, ainda assim, era (e ainda é) necessário trabalhar.

O problema de saúde que o marido de Beatriz vinha enfrentando foi, segundo ela, o que motivou mais uma das mudanças da família, realizada sem a garantia dos direitos trabalhistas. O que sugere uma relação de poder que lhe permitiu morar na propriedade por tanto tempo, consumir produtos em parceria, mas não produziu identificação necessária para que na hora de finalizar o acordo de trabalho não saísse com o sentimento da exploração, colocando-os em seus lugares de patrão e empregados, constrangidos em reivindicar pagamento, conforme avaliam ao indicar os seus direitos trabalhistas negados.

Nesse sentido, a narrativa de Beatriz permite dimensionar as dinâmicas de trabalho do casal conciliadas com a criação de sua filha. Entre as décadas de 1980 e 1990, eles vivenciaram a articulação de diferentes trabalhos e, diante disso, a avaliação de Beatriz sobre sua trajetória, apontando que o trabalho na propriedade do Luzani apesar ‘de ser sofrido’ era melhor do que ter que trabalhar ‘por dia para os outros’.

Em parte, essa avaliação é construída porque considera que poderiam passar mais tempo com a filha, e, também, porque tinha a segurança oferecida por um salário mensal, que aliado a outras formas de trabalho lhes permitiram construir uma nova casa. Frente a isso, Beatriz viu como uma alternativa possível para a construção de sua nova casa, já no distrito de São Clemente em torno do ano de 1997, negociar a antiga casa de madeira - conseguida no acerto com o cunhado - como forma de pagamento aos pedreiros de sua nova obra.

Estes posicionamentos mostram que os trabalhadores fazem a leitura das relações que vivenciam e procuram alterar condições e práticas de acordo com suas possibilidades de classe e alternativas produzidas nesse universo. Ao falar sobre a construção de sua casa Beatriz relembra o confisco do dinheiro que sua família tinha na

poupança e de como esta situação desorganizou o planejamento que vinham construindo há tantos anos.

A decisão de investir o dinheiro que obtiveram se deu por avaliarem que os rendimentos mensais da poupança compensariam a aplicação. Mesmo quando tiveram o direito de receber o dinheiro confiscado, este foi pago “aos poucos, por mês”. Para ela, a família teve que lidar com o endividamento e com a demora na construção da nova moradia, pois o planejamento de restituição não condizia com a urgência das necessidades e expectativas destes trabalhadores.

Entendo que as decisões tomadas pelo casal são representativas do campo de interesses e relações desiguais vivenciados pelos trabalhadores. Mas, a relação de poder experimentada ao sair da propriedade do Luzani não foi considerada uma experiência isolada, mas foi avaliada de acordo com a condição do casal. Sobre esta reflexão Beatriz indica que:

Pesquisadora: Mais ele não foi atrás pra recebê?

Beatriz: Não porque daí eu acho que deu 13 dia que nós tava aqui na vila, que daí ele conseguiu de motorista. Logo ele conseguiu um emprego, daí já tá com 15 ano que ele tá trabaiano.

Pesquisadora: Mais mesmo assim ele não... por que ele não foi atrás?

Beatriz: Porque igual, não adianta. Porque igual, se tu vai na lei, tu não consegue mais arrumá emprego. Então deixa lá, é melhor deixá lá, porque como diz o outro, as veiz não é aproveitado. Porque muitos puxa os patrão pra lei porque perdeu, as veiz perde tudo e não aproveita nada. Mais graças a Deus, deu certo. No começo... aqui melhorô mais ainda. Quando ele[Elio] puxava aluno, ele ganhava mais de dois salário e meio, mais por causa de politicagem tiraram os ônibus do patrão, as linha dos aluno né? Daí o patrão diminuiu o salário né? Pra um salário e meio⁶⁴.

Nesse contexto, Beatriz e seu marido optaram por não procurar nenhum recurso judicial para reaver o pagamento referente aos seus direitos trabalhistas, em parte porque o senhor Élio conseguiu arrumar outro emprego, mas, além disso, eles sabiam que não teriam garantia alguma de que venceriam um possível processo. Não porque não considerassem legítima a causa, mas, porque sabiam que as condições

⁶⁴ Beatriz (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Beatriz em 03/04/2012. Santa Helena -PR.

patronais permitem construir certas pressões que não só limitariam o ganho de causa, mas, também, fragilizam outros postos de trabalho na cidade, ou no campo⁶⁵.

Diante desses aspectos, Beatriz conta sobre a intermitência do universo de possibilidades de muitos trabalhadores, que podem ter aumentos ou diminuição no salário, motivados por relações de poder e interesses patronais em confrontação. Sobre esta problemática ela indica que:

Pesquisadora: Então o patrão dele era da oposição?

Beatriz: É por causa de politicagem, só que nem o patrão dele puxô gente na política pra esse um. Só que daí ele falô que não mandô ninguém puxá gente pras politicagem, pros comício né? Daí ele tirô o ônibus do Elio. Daí quem sai prejudicado foi nós, porque daí diminuiu o salário. O salário foi lá embaixo. Daí eu me obriguei a costurá bola pra podê vivê. Ajudá mais porque o que ele ganhava, esse um salário e meio, não dava. Pra sustentá uma casa, não dava né? Que nem a Nega estudava, depois ela entrô na faculdade, cinco ano era, daí depois que ela começô trabaíá. Ela trabaíô antes, mais daí era só estagiária né? Mais daí não era grandes coisa o salário né? Daí ele morô lá em Rondon, só que o salário não dava pra pagá tudo, que nem o aluguel, a comida né? Tudo. Daí tinha que ajudá, mandá dinheiro, e antes de ela começá a trabaíá, tinha que ajudá a pagá o ônibus. Depois ela parô de trabaíá lá porque ela era estagiária, daí o contrato era pra um ano. Agora ela tá trabaíando ali em Santa Helena, no escritório, só que pra quem tem faculdade o salário é pouco, que nem tem muitos que só tem o segundo grau e as veiz ganha mais do que quem tem faculdade⁶⁶.

A "politicagem" indicada por Beatriz se refere às relações partidárias, construídas em Santa Helena, envolvendo manutenção e disputa de cargos. Por essa prerrogativa, o patrão de Élio teve as linhas de transporte reduzidas, o que fez com que o trabalhador tivesse seu salário reduzido. A relação expressa através da redução do salário de Élio que, mesmo sendo apenas o empregado que seguiu as orientações do patrão fazendo transportes para comícios, lidou com os efeitos das tensões políticas experimentadas no município.

⁶⁵ As disputas judiciais vivenciadas pelos trabalhadores do campo são discutidas por Varussa, o autor dialoga com experiências de trabalhadores rurais do município de Marechal Candido Rondon. A problemática colocada pelo autor aponta para uma legislação trabalhista composta por sujeitos que entendem a constituição de acordos (firmados entre patrões/proprietários de terra e trabalhadores) como algo positivo. Uma discussão que nos remete a experiência de Beatriz, que optou por não procurar a justiça para resolver o problema com seu patrão sabendo das dificuldades que enfrentaria perante as nuances da lei, formulada e defendida por alguns sujeitos que privilegiam o acordo entre trabalhadores e empregados, o qual, na maioria das vezes, corrobora com os interesses do empregador/proprietário de terra. Ver: VARUSSA, Rinaldo J. Disputas na Justiça do Trabalho: Memórias e Histórias a partir do Oeste do Paraná. (Década de 1980 a 2000). *Diálogos*, Maringá, v. 13, n. 2, p.441-460, 2009.

⁶⁶ Beatriz (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Beatriz em 03/04/2012. Santa Helena-PR.

Esta indicação me remete à intensa tentativa de trabalhadores vincular suas atividades ao serviço público municipal, pois sabem que esta é uma das melhores, se não a melhor, opção de empregabilidade da cidade. Não apenas pela grande quantidade de royalties que serve de base para a manutenção e falta de atrasos no pagamento do funcionalismo público, mas, também, pela instabilidade e baixos salários pagos nas demais possibilidades de trabalho na cidade⁶⁷.

Ao enfrentarem tal contratempo, são produzidas novas alternativas que não limitem, em excesso, as expectativas de família de trabalhadores como a de Beatriz, ainda que mantenham relações de exploração. Deste modo, para garantir certa estabilidade na renda da família, e para ajudar a filha a se manter na faculdade, dona Beatriz visualiza, como possibilidade, o trabalho na costura de bolas.

A dinâmica de confecção de bolas era mantida por uma empresa instalada na cidade de Marechal Cândido Rondon, segundo ela o valor pago por cada bola costurada correspondia a R\$1,70 [no ano de 2012]. Um funcionário da empresa trazia os materiais necessários para a confecção até a casa de Beatriz e ela os redistribuía para outras mulheres que também se vincularam a esse trabalho para manter ou ampliar a renda de suas famílias. A renda que conseguia com essa dinâmica girava em torno de R\$140,00 por mês, quantia que para ela era significativa levando em consideração as despesas que tinha para manter sua filha no curso de Administração.

Percebo a partir dessas articulações a movimentação e atuação dos trabalhadores diante das situações que experimentam. Trabalhadores que percebem que seus interesses por vezes não são a prioridade entre empresários, proprietários de terra e políticos, não só recentemente, mas como parte do processo de constituição e permanência desses sujeitos em Santa Helena.

Mesmo que o viver em Santa Helena seja imerso em contradições e desigualdades sociais, parte da mídia local busca legitimar a cidade como um exemplo regional. Diante disso, analiso mais uma das matérias publicadas no Jornal Costa Oeste, intitulada “Exemplo regional”. A matéria a seguir ressalta o suposto progresso/desenvolvimento e a qualidade de vida oferecida pela cidade de Santa Helena a seus munícipes:

⁶⁷ O caderno Estatístico do Município de Santa Helena permite visualizar a intensa procura/empregabilidade fomentada pela Administração Municipal, dentre os trabalhos com registro em carteira. Ver: IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estático do Município de Santa Helena**. Curitiba: IPARDES, Novembro 2011. p 13.

O grande acontecimento que a Costa Oeste do Paraná comemora esta semana, sem dúvida é o aniversário do município de Santa Helena. A cidade, localizada no centro da região lindeira, é orgulho do oeste paranaense pela privilegiada infraestrutura que ostenta em todos os campos. Hoje, o município é referência e consolida-se como importante pólo micro-regional. A nova realidade não permite mais imaginar a Costa Oeste desfragmentada. Ao contrário, deve ser pensada unitariamente. Por isso, precisa de um núcleo forte, cidades desenvolvidas e direcionadas para o progresso, e é pensando neste contexto que Santa Helena se destaca, servindo de referencial para as ações nos outros municípios. Esta cidade, num primeiro momento dizimada pelas indenizações que enxugaram a maioria da sua população, reencontrou mais tarde o caminho do desenvolvimento. A realidade, hoje, é outra. O município adotou uma linha de investimentos priorizando diversas áreas. A opção pela agricultura, por exemplo, é uma escolha muito inteligente que reverte para aquele velho e conhecido conceito, de que se campo vai bem, a cidade também ganha. Por outro lado a um visível avanço na geração de empregos com a instalação de diversas indústrias. No turismo, o município conta com invejável infraestrutura as margens do Lago de Itaipu, conhecida com Balneário de Santa Helena. É claro que a cidade não é perfeita, mas aos poucos adquire inegáveis contornos de progresso, especialmente na criação de mecanismos que trazem considerável aumento na qualidade de vida da população. Em tempos de leis exigentes, onde se exige cada vez mais a responsabilidade do agente público, a busca pelo progresso é um grande desafio. Se, porém, a cidade é o orgulho da região, parte desse sucesso se deve à sua população, que soube acreditar no projeto do futuro mesmo passando por momentos instáveis ao longo da história. Sem dúvida, esses acontecimentos e essa postura contribuíram muito para que o município alcançasse a condição atual⁶⁸.

Tratado como o grande acontecimento da semana, o aniversário da cidade de Santa Helena em 2002, dá início a uma série de enaltecimentos em torno do município. A cidade tem sua imagem construída como uma referência e como um polo regional no Oeste paranaense. A união da região Costa Oeste é ressaltada como ponto positivo. No entanto, mesmo dando destaque a esta unidade, o editorial - que expressa a postura da empresa sobre tal questão - não deixa de frisar que Santa Helena serve de exemplo para as demais cidades, pela dinâmica de investimentos em diferentes setores de sua economia.

Nesse sentido, a reflexão proposta por Santos, ainda que destaque outro jornal, ajuda a pensar como a ideia de região é utilizada de maneira conveniente aos interesses

⁶⁸ EDITORIAL. Exemplo regional. **Jornal Costa Oeste**, Santa Helena, Edição semanal de 24 a 30 de maio de 2002, p 02.

de classe por meio da imprensa e dos sentidos que atribui às relações e ao processo histórico.

Torna-se interessante observar a emergência de certa noção de “região” como lindeira, onde se define os limites propostos por meio de características físicas, apontando a situação limítrofe com a represa pertencente a Hidrelétrica da Itaipu Binacional - Fronteira Brasil e Paraguai - como algo naturalmente óbvio. Desse modo o Jornal [O Presente], sediado em Marechal Cândido Rondon, busca associar os interesses das administrações municipais localizadas às margens do Lago Internacional, resgatando a movimentação de trabalhadores que atravessam o Lago em busca do serviço público de saúde como “problemática” devendo portanto, ser enfrentada. Assim, vincula a insuficiência do serviço público de saúde a algo externo às ações do governo municipal, apontando como “problema regional”⁶⁹.

O autor discute a movimentação dos trabalhadores, observando a visibilidade e as condições que instigam estes sujeitos a buscarem novas possibilidades de mudança, em meio às relações de poder na cidade. Nesse sentido, a problemática acima, dialoga com produções construídas pelos editores do Jornal O Presente, sediado em Marechal Cândido Rondon, instigando a pensar sobre a maneira que a noção de regionalidade é usada para explicar/justificar os problemas enfrentados, como o atendimento no sistema da saúde pública dos municípios. Desse modo, as deficiências não estariam na organização e gestão do sistema de saúde público, mas na procura constante de pessoas não pertencentes à “região lindeira” por este serviço.

Parece-me que o problema não está na movimentação dos trabalhadores que articulam mudanças em suas vidas à procura de trabalho e de melhores condições de vida. Estas desigualdades também foram apontadas por Luiza, ao indicar a falta de Médicos e dentistas no município de Santa Helena.

No entanto, é mais cômodo que os governantes destes municípios ampliem estas dificuldades a partir da noção de região, quando for interessante minimizar tensões e quando for interessante demonstrar sua suposta superioridade diante dos demais municípios da região, como é possível perceber na matéria do Jornal Costa Oeste.

Frente a isso, avalio que os editores da matéria do JCO dizem que Santa Helena não é perfeita, mas que vinha ganhando contornos que garantiam inegáveis melhorias na qualidade de vida dos santa-helenenses. Sujeitos estes que também teriam

⁶⁹ SANTOS, Carlos M. S. Horizontes abertos em caminhos de trabalhadores: sobre localidade, regionalidade e globalização. In: VII Simpósio Nacional Estado e Poder - Sociedade Civil. *Anais...*Uberlândia: UFU, 20 a 22 de agosto 2012, p 06.

sua parcela de responsabilidade diante do suposto progresso do município, já que acreditaram neste “projeto do futuro”, apesar das dificuldades enfrentadas - as quais não negam, mas minimizam.

Se em um primeiro momento, a produção do JCO trazia como base de seus argumentos a pesquisa que apontava para a suposta satisfação da população frente à cidade - como discutido no capítulo I -, esta empresa traz também a imagem de um município que é o orgulho da região Oeste do Paraná. Porém, em meio à construção da imagem de uma cidade quase perfeita, onde, supostamente, a qualidade de vida dos munícipes figura como uma das prioridades da municipalidade, os editores lembram de momentos instáveis vividos em Santa Helena, mas como um passado deixado para trás.

Mas, que momentos instáveis seriam estes? Certamente os conflitos por terra no campo, as tensões envolvendo a construção do reservatório da Itaipu Binacional, o qual alagou uma grande parte do território do município. A dificuldade e falta de comprometimento em assistir as famílias de trabalhadores rurais e pequenos proprietários nesse processo são alguns dos momentos ditos instáveis.

Assim como, que projeto de futuro seria esse destacado na matéria? E em que medida a população poderia ou não participar desse projeto? Talvez, as possíveis respostas a essas indagações possam ser percebidas diante da análise de narrativas como a de Antônio sobre sua trajetória:

Pesquisadora: Então seu Antônio quantos anos o senhor tem?

Antônio: 66.

Pesquisadora: E nasceu aonde?

Antônio: Tenente Portela, Rio Grande do Sul.

Pesquisadora: E veio pra cá criança ainda?

Antônio: Não, eu vim pra cá com 18 pra 19 ano [entre 1964 e 1965].

Pesquisadora: Veio sozinho, ou seus pais vieram junto?

Antônio: Não, já vim casado já.

Pesquisadora: Há, já veio casado. E daí o seu pai e sua mãe ficaram lá?

Antônio: Ficaram, ficaram.

Pesquisadora: E daí o senhor veio de lá e foi morá aonde aqui em Santa Helena?

Antônio: Vim mora em São Clemente.

Pesquisadora: Em São Clemente. E aqui vocês faziam o quê?

Antônio: Lavora, daí daqui de São Clemente eu fui pra lá em...em...

Perto do Rio Paraná lá embaixo em... linha Guarani.

Pesquisadora: Linha Guarani. E lá também trabalhavam na lavora?

Antônio: Lavora, ai veio a Itaipu, daí eu tive que sai, daí vim pra cá de volta.

Pesquisadora: E o senhor veio pra cá. E esses amigos continuaram em Santa Helena?

Antônio: Não, uns foram lá pra cima, uns pra Santa Helena, outros foram lá pra... pra... como é o nome do lugar?... Iraputi, Iraputi [Arapoti] lá pra cima e foram se esparramando...⁷⁰

No período em que morou na Linha Guarani, no final da década de 1970, Antônio teve que lidar com o processo de desapropriação ocasionado pela construção do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Nesse processo, Antônio perdeu grande parte das áreas de terra das quais tinha a posse na comunidade de Linha Guarani, mas felizmente ainda tinha a posse que adquiriu logo que chegou em Santa Helena, ou seja, ele retornou para as terras no distrito de São Clemente que não foram desapropriadas, lugar em que ainda hoje vive com sua esposa.

Entretanto, nem todos os sujeitos que tiveram que lidar com este processo de desapropriação compartilharam destas mesmas possibilidades. Segundo Antônio, muitos foram os rumos tomados por esses sujeitos que não tinham nenhuma condição de continuar articulando suas dinâmicas sociais em Santa Helena. Discutiremos o processo de desapropriação com maior profundidade no capítulo seguinte.

Não há como pensar a dinâmica do recebimento de royalties dissociado desta dinâmica de desapropriação. Do mesmo modo, que não podemos desvincular a prática de desapropriação sem refletirmos em torno do destino dado aos royalties. Nesse contexto Pedro também faz sua reflexão sobre a dinâmica dos Royalties em Santa Helena, quando lhe perguntei sobre essa questão disse:

Pedro: Barbaridade, essa pergunta é feroz viu? Mais eu acho... é uma coisa, eu prová é outra né? Mais agora realmente eu não vejo muito aonde esse dinheiro é aplicado, porque olha aqui amiga quando o dólar tava lá quase quatro reais naquela vez da eleição do Lula e do Serra que o Lula se elegeu, quando o Henrique Cardoso jogou o dólar lá a quase quatro reais pra pagá os seus furos [...] Naquela vez vinha um milhão e meio de royalties de dólar por mês, gente aonde é que foi esse dinheiro? Eu sei que o Altair falô uma vez na rádio que tinha 25 milhões em caixa e até hoje ninguém falô nada daquele dinheiro, aonde que ele foi? Eu não sei. Hoje nós não sabemos mais quantos dólares Santa Helena recebe esse mês, ou recebeu o mês passado, de royalties. Agora o que que a prefeitura gasta, olha eu fico pensando o seguinte, nós temos muita coisa que outros municípios lá no Sul não tem? Tem realmente, eu tava lá no meu irmão eles não tem um trator pra gradeá um pedaço, eles tem que pagá tudo. Eles fizeram lá um buraco pra acumulá a água. O pessoal lá não tem mais água, então

⁷⁰ Antônio pseudônimo. Entrevista realizada pela autora na residência de Antônio em 26/01/2012. Santa Helena-PR.

tudo isso tem que pagá. Não é que nem aqui, que tu precisa de um trator e eles vem fazê. Só que lá, município que tinha há uns anos atrás, que eu fui lá quando aqui não tinha nada, lá se pagava só as horas pro operador o resto a prefeitura pagava tudo, um município pobre... Então, não sei viu amiga, eu nunca olhei uma prestação de contas, agora adianta alguma coisa? Nós sabe olhá ou não olhá? Agora se vem um milhão, um milhão e meio de reais todo mês que os outros municípios não têm, eu acho que a gente ia vê mais coisas⁷¹.

Pedro faz uma leitura sobre a aplicação dos royalties em Santa Helena, apontando alguns benefícios, como a disponibilidade de maquinários agrícolas de forma gratuita, comparando essa realidade com a de outros estados. Mesmo reconhecendo esta dinâmica como positiva, Pedro faz alguns questionamentos sobre a forma pela qual os prefeitos e vereadores de Santa Helena aplicam e divulgam a quantidade recebida e os gastos com a manutenção dos serviços municipais.

De acordo com a tabela de distribuição de royalties, disponibilizada no site da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no mês de junho de 2013 o município de Santa Helena recebeu US\$1,095 milhão⁷². O valor exorbitante, raramente é divulgado pela administração municipal. Talvez porque existam interesses diante desse ocultamento, ou da dificuldade em conseguirmos materializar o que esse milhão poderia significar em obras e benefícios na cidade e no campo de forma mais equitativa.

Afinal, é melhor que a totalidade da sociedade não saiba qual é a quantidade de royalties que a cidade recebe para que não se questione, assim como Pedro se questionou, frente à aplicação desse dinheiro. Entretanto, a ideia de milhões de dólares na conta da prefeitura mensalmente está presente nas rodas de conversa, nas filas de espera e nas interrogações que são propostas sobre os royalties, como as indicadas em minhas entrevistas. De modo que, se a divulgação da cidade não passa por essa dúvida, a vivência das dificuldades pelos trabalhadores e pequenos proprietários colocam, constantemente, esse questionamento em pauta.

A tática não está dando certo, pois os trabalhadores estão tencionando a todo o momento essa realidade desigual, seja com questionamentos - como fez Pedro-, seja através de pactos com essa "utilização" dirigista e excludente dos royalties, procurando alcançar parte dos seus "benefícios".

⁷¹ Pedro pseudônimo. Entrevista realizada pela autora na residência de Pedro em 11/02/2012. Santa Helena-PR-

⁷² Ver: <http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties> Acesso em: 15/07/2013.

Neste contexto, quando alguma informação frente ao recebimento dos royalties é divulgada pela imprensa, o propósito é valorizar os supostos benefícios para toda a população, dialogando com o interesse administrativo de legitimar as prioridades para o recurso. É o que percebo ao analisar a matéria a seguir:

Santa Helena e Itaipulândia - O cenário é atraente por natureza. Às margens do Lago de Itaipu, no extremo Oeste do Paraná, praias artificiais ajudam a refrescar o forte calor que faz na região. Mas há muitos outros elementos que tornam a vida atraente nos municípios de Santa Helena e Itaipulândia. Agricultores recebem dinheiro a fundo perdido para incrementar seus negócios e não pagam pelo abastecimento de água. Quem quer fazer um curso superior recebe ajuda de custo e transporte gratuito. E, para os mais carentes, cestas básicas garantem ao menos a comida na mesa. Nessas cidades, as prefeituras atuam como verdadeiras mães, procurando não deixar que nada falte aos seus filhos. Quem impulsiona essa economia são os royalties da Usina de Itaipu, que todos os meses garantem centenas de milhares de dólares aos cofres dos municípios. Pagos desde 1985, os royalties funcionam como uma forma de compensar as perdas causadas pelo alagamento de mais de mil quilômetros quadrados de terras distribuídas por 15 municípios paranaenses. Desde que passaram a receber os recursos, essas cidades já acumulam US\$ 1,3 bilhão em repasses, o equivalente ao orçamento do Paraná para a área de segurança pública em 2012. Os royalties são uma compensação financeira pela utilização do potencial hidráulico do Rio Paraná para a produção de energia na usina hidrelétrica de Itaipu. Desses recursos, 45% vão para os estados, 45% aos municípios e 10% para órgãos federais. Do porcentual destinado às cidades, 85% do valor repassado é distribuído proporcionalmente aos municípios limítrofes – diretamente atingidos pelo reservatório da usina. Os 15% restantes são distribuídos entre municípios indiretamente atingidos por reservatórios complementares. Os pagamentos serão efetuados até o ano de 2023, quando se encerra o Tratado de Itaipu. Por ter a maior área alagada, Santa Helena fica com o maior repasse, perto de US\$ 1 milhão mensal. Itaipulândia, por sua vez, está na terceira colocação, com aproximadamente US\$ 650 mil. Tamanha riqueza parece ser motivo de ostentação para os administradores das duas cidades. Enquanto Santa Helena se orgulha de ter a maior estátua em bronze da América Latina e monumentos como um obelisco e um painel histórico, Itaipulândia conta com uma estátua de Nossa Senhora Aparecida, também considerada a maior do continente⁷³.

"A Oeste, os municípios abençoados por Itaipu", este é o título da matéria acima. Santa Helena e Itaipulândia são as cidades protagonistas da série de

⁷³ GONÇALVES, Anderson. A oeste, os municípios abençoados por Itaipu. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 30 de dezembro de 2011. Retratos Paraná. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/retratosparana/conteudo.phtml?id=1207970&tit=A-oeste-os-municipios-abencoados-por-Itaipu> Acesso em: 20/06/2013.

enaltecimentos feitos diante da preocupação com os serviços prestados à população. Porém, será mesmo que atende a toda a população destas cidades?

Ao pensar apenas no transporte, por exemplo, encontro a seguinte dificuldade: se parte do transporte dos estudantes é pago com o dinheiro dos cofres públicos do município de Santa Helena, será que todos os estudantes trabalhadores têm condições de arcar com o restante do custo do transporte?

Pensando nas reflexões feitas até o momento sobre o viver em Santa Helena, indago sobre as distinções nos auxílios e destaques turísticos exaltados, seja nos sentidos e significados que trabalhadores como Beatriz e Élio produzem, ou mesmo como pequenos proprietários de terra têm possibilidades de ampliar seus investimentos com sua própria renda e, ainda, contar com os incentivos municipais a partir dessas ações.

As cidades de Santa Helena e Itaipulândia são denominadas pela edição como mães acolhedoras que fazem tudo para que seus filhos vivam da melhor forma possível. Algo um tanto questionável, afinal atribui tratamento desigual a seus "filhos". Pelo visto esta mãe tem preferência por alguns, pelos filhos mais abastados. Sujeitos que pouco se preocupam com "o restante da família".

Não causa nenhum estranhamento que o motivo de orgulho em destaque na imprensa e na promoção da Administração Municipal seja seus monumentos religiosos, pontos turísticos, empreendimentos empresariais e vinculados à produção agroindustrial, que têm como função atrair turistas e fomentar interesses empresariais e de ruralistas.

Assim como os royalties, a praia artificial construída em Santa Helena no decorrer do ano de 1982 é outra fonte geradora de renda, não apenas para a municipalidade, mas também para empresários locais e estrangeiros. Algo que observei ao analisar matéria publicada no Jornal Costa Oeste em 1999:

A Costa Oeste do Estado do Paraná, lugar privilegiado pela ação da mão do homem e pela generosa natureza finalmente começa a receber os primeiros investimentos considerados "grandes", na área do turismo. O anúncio oficial do investimento de mais de 2 milhões de dólares por um grupo austríaco na área pode ser comemorado como o primeiro grande empreendimento da região limdeira. O perfil econômico, até então essencialmente agrícola, tende a se modificar, ou pelo menos sofrer alterações, dando espaço a prestação de serviços. Uma vez consolidado o pólo turístico, as propriedades rurais passam a ser potenciais fontes de geração de renda. A história, se voltarmos um

pouco, nos remeterá aos anos [19]80, quando Santa Helena saía na frente dos outros municípios ao lançar um projeto que depois seria copiado por muitos: a praia artificial. A direção acertada norteou desde aquela época o caminho a seguir... alguns empresários, vislumbrando desde já o sucesso na atividade. E cabe à iniciativa privada investir sempre, enxergando além, num grande negócio que ainda está por vir. Ao poder público compete facilitar essas ações, divulgando o potencial, ofertando ao empresário condições para que se estabeleça. Cabe também ao gestor municipal dotar a cidade de infraestrutura compatível, adequando os seus espaços. Santa Helena faz isso muito bem! As ações nunca antes vistas são espelho do que deverá acontecer e, se o turismo mesmo vier, teremos de bem preparados estar para recebê-lo. O caminho está aí! À nossa frente! Mesmo que o ceticismo reine em parte de nossa gente, é inegável que a atividade vem pouco a pouco ocupando seu espaço⁷⁴.

Os sujeitos responsáveis pelo editorial do jornal não parecem ficar satisfeitos em demonstrar como sendo motivo de orgulho o investimento de empresários austríacos no turismo da cidade. Além disso, recuaram no tempo para demonstrar que os administradores de Santa Helena saíram na frente ao construir a praia artificial, ressignificando o processo de alagamento de terras e expropriações no campo.

Como bem disseram os editores da matéria, os empresários que a tempo estiveram investindo em construção/paisagismo/remodelação do “balneário” são os sujeitos que irão se beneficiar com os patrocínios, lucros e interesses compartilhados com o empresariado do setor de turismo.

Estes são interesses intermediados/facilitados pelos gestores públicos, facilitação essa que passa pela adequação dos espaços da cidade. Algo articulado por projetos de ocupação e circulação urbana, que interferem também na proposição/localização de conjuntos habitacionais, voltados para trabalhadores.

O que possibilitou que o senhor João tivesse condições de morar em uma casa própria, mesmo que a localização deste conjunto seja longe do centro comercial do distrito e com qualidade limitada. Essa interferência no planejamento urbano acontece porque não é interessante que os investidores - austríacos e locais -, assim como os turistas, visualizem contradições tão latentes desse projeto turístico. Mesmo que elas se façam sentir na presença daqueles que vendem produtos no setor de acampamentos do balneário, auxiliam nas visitas e passeios, atendem com estadias e refeições e, principalmente, compartilham os espaços da cidade e do campo com esses sujeitos.

⁷⁴ EDITORIAL. O Turismo que vem. **Jornal Costa Oeste**, Santa Helena, 30 de setembro 1999, p 2.

Frente a isso, entendo que construir uma determinada imagem da cidade, é como montar um anúncio de venda, ou seja, o produto deve ser apresentado da melhor forma possível para atrair consumidores. Neste período, finais da década de 1990, este parecia ser um bom negócio, atrelando não só investimentos com as empresas do ramo da construção civil, mas atendendo a certos postos de trabalho, para que trabalhadores desarticulados de certas relações de trabalho no campo estivessem empregados e dinamizassem a reorganização da cidade após a efetivação do Lago da Itaipu e desvincula-se da noção de instabilidade social. Por isso, o incentivo a ocupações de vagas e dinamização da economia era sempre noticiado na imprensa:

Cerâmica – emprego garantido. Um acordo estabelecido entre a Prefeitura de Santa Helena, região oeste do Estado, e uma cerâmica da cidade está garantindo salários que variam de R\$ 250,00 a R\$ 600,00 para praticamente todos os moradores da Vila Rural Costa Oeste. Dezoito vileiros trabalham na cerâmica desde que se mudaram para o local. A Vila Rural Costa Oeste tem 23 famílias. Os homens que não trabalham na cerâmica desenvolvem outras atividades agrícolas em propriedades rurais no município. Já as mulheres cuidam dos lotes onde são exploradas várias culturas de subsistência como batata, feijão, milho e hortaliças. "Existe a possibilidade de começarmos a investir na criação de aves de corte", afirma Maria dos Santos. Segundo o técnico Devanir Brigantini, logo as 23 mulheres da vila vão conhecer a Vila Rural de Dois Vizinhos, no sudoeste do Estado. "Elas vão saber o que os vileiros estão fazendo para alcançar resultados positivos com o abate de frangos", diz Brigantini⁷⁵.

A matéria acima dialoga com programas de habitações rurais, os quais são destinados a trabalhadores diaristas no campo, com o intuito de que estes não se distanciem do trabalho agrícola, podendo, também, produzir e vender o que cultivarem em seus terrenos. Uma teoria aparentemente muito vantajosa para os trabalhadores, digo aparentemente, pois não acredito que seja possível cultivar produtos suficientes e com certa margem de renda para manter uma família, tendo como campo de produção pequenos lotes de terra.

Tanto não é possível, que a própria imprensa e os empresários (no caso da fábrica de cerâmica e de frigoríficos) souberam se aproveitar da situação - sugerindo

⁷⁵ SILENCIOSA e eficiente: Projeto de reforma agrária executado no Paraná já assentou 16 mil trabalhadores rurais a um custo quase 4 vezes inferior ao programa nacional. **Cidades do Brasil**, Curitiba, Edição 3, Junho/1999. Disponível em: <<http://cidadesdobrasil.com.br/cgicn/news.cgi?cl=099105100097100101098114&arecod=10&newcod=722>>. Acesso em: 10 abril de 2012.

contratar trabalhadores "vileiros" por R\$250,00 a R\$600,00 por mês para a cerâmica e promover instalação de aviários em suas terras.

Possivelmente esta foi uma das formas de trabalho dinamizadas pelos diaristas e pequenos proprietários de terra que experimentaram o processo de desapropriação. O redirecionamento daqueles que possuíam terras, viviam e trabalhavam no campo provocou também a construção de novas formas de moradia, como as vilas rurais - uma ação do Estado procurando conter a luta pela terra que avançava na região⁷⁶.

Foi nesse contexto uma opção viável - assim como as parcerias para os assentamentos tutelados com o de Arapoti. As vilas rurais foram criadas a partir de meados da década de 1990, com a justificativa de fixar os trabalhadores rurais ao campo, procurando atender à demanda daqueles produtores que não querem trabalhadores em sua propriedade e procuram após isso manter vínculos sazonais, ou reduzir o número de empregabilidade. No entanto, estas vilas procuram, também, controlar a ação/movimentação destes trabalhadores em determinados espaços da cidade e do campo, procurando definir seus postos de trabalho e garantir os interesses patronais e de gestores municipais⁷⁷.

A tentativa do direcionamento das atividades/atuação dos trabalhadores não se limita à construção das vilas rurais. Na mesma perspectiva os programas de incentivo à construção de aviários, fomentados pela administração municipal e por empresas do setor avícola, atendem aos interesses dos empresários ligados a tais empresas, indicando o baixo custo dessa ação, com a justificativa de estar diversificando as alternativas de trabalho no município.

Entretanto nem todos os sujeitos que vivem nessas vilas rurais aceitam trabalhar por este salário, optando por outras dinâmicas, possivelmente exercendo

⁷⁶ Sobre essa indicação, ver: MORAES JÚNIOR, Leozil R. de. **Mastro**: a formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (1970-1990). 2011. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

⁷⁷ A dinâmica das vilas rurais está diretamente ligada à expansão/afirmação do sistema capitalista. À medida que expropria os trabalhadores e pequenos proprietários que não têm condições de disputar igualmente esse "adequar" das relações de trabalho e produção no campo, veem seu modo de viver sendo pressionado por esses projetos. Desse modo suas dinâmicas são alteradas a partir de outras articulações sociais, seja na inserção nos programas de construção de aviários e demandas do agronegócio (que perpassam as décadas de 1990 e 2000), seja no emprego nas fábricas (como a de cerâmica anunciada na matéria), ou ainda se vinculando a projetos de colonização (como os promovidos durante a construção da Hidrelétrica de Itaipu). Ver: ASARI, Alice Y.; MUNIZ, Helena M. C.; ROSA, Miriam D. Programa Vilas Rurais: Política pública de fixação do trabalhador no campo. *Geografia*, Londrina, v. 11, n. 1, p 102-103, 2012.

trabalhos de diaristas nos quais consigam uma renda superior ao salário pago pela fábrica de cerâmica.

Frente a estas reflexões, podemos perceber as alterações na vida dos trabalhadores diante dos investimentos no “balneário” e a destinação dos royalties? Acredito que muitos dos trabalhadores que vivem em Santa Helena nunca tenham ido à praia artificial, nunca tenham visitado o monumento ao Cristo, e tão pouco saibam do investimento austríaco no turismo do município. Muitos como o senhor Antônio, que indagado sobre a questão em nossa conversa indicou:

Pesquisadora: A praia também traz muito dinheiro pro município e esse dinheiro...

Antônio: Claro que traz, e esse dinheiro ali tem muito... desvio. Desvio de verba. O que tinha aquela... cada prefeito que entra, ele quer fazê uma coisa deferente né? Eu até concordo que faça diferente, mas que faça mais, não destrua o que tá feito.

Pesquisadora: E o que o senhor acha, hoje a prefeitura de Santa Helena ela dá muito respaldo pra praia, pro turismo o que o senhor acha disso?

Antônio: Mas sabe que eu não sei menina... mas ali eles já não... até agora, por último, a turma se queixaram. Eu não posso... de ir na praia, mas eu não entendo, eles fizeram aquele portal que eles fizeram ali, tiraram um portal de material, pra fazê um de eucalipto. Tu já viu uma coisa dessa? Portal de material, muito bem feito, pra botá um de eucalipto. Eu não entendi aquilo ali, mas de certo é um desvio de verba pública. Pra podê desviá alguma coisa. Outra coisa, plantaro aquele sete pau de coisa, não sei se tu já viu?

Pesquisadora: O monumento a árvore?

Antônio: É. Tá. Eu té concordava que eles fosse lá e plantasse, mas plantasse um ipê pra produzi, mas não um pedaço de madeira seca. Arvore morta, pegarem 17 ou 18 mil pra cada pedaço de pau daquele. E tá lá⁷⁸.

Antônio não disse o porquê de não poder ir à praia, seus apontamentos são de indignação com as obras de paisagismo feitas no “balneário”, para ele a construção de um novo portal na entrada da prainha e o monumento a árvore podem ser formas de desviar dinheiro público. Ou ainda, de não priorizar investimentos onde considera mais essencial. As obras de paisagismo que criticou foram destaques em um dos folders de divulgação distribuídos durante a temporada de verão no ano de 2012:

O Balneário de Santa Helena é o maior e melhor estruturado da região Costa Oeste. Todas as obras no Parque de Lazer obedecem o conceito de harmonia e sustentabilidade ambiental, oferecendo condições

⁷⁸ Antônio (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Antônio em 26/01/2012. Santa Helena-PR.

favoráveis de conforto aos visitantes. O Calçadão cria um cenário diferente, transformando a praia em um lugar aprazível para visitação. Na temporada de verão, o Balneário recebe visitantes de vários estados, além do Paraguai e Argentina⁷⁹.

O folder traz como imagens ilustrativas o portal citado por Antônio ao lado do Calçadão, os quais são colocados como atrativos que sobrepõe a praia da cidade às de outros municípios. Frente a isso, o que para Antônio é um desperdício do dinheiro público   ressaltado pelos produtores do folder na tentativa de legitimar a infraestrutura do ‘‘Balneário’’. De acordo com as indicações do material de propaganda estes são atrativos que trazem turistas de diversos lugares para a cidade. Mas, quem são estes turistas?

Essa pergunta pode ser confrontada com alguns indícios, principalmente se pensarmos os valores cobrados para que os turistas e municípios possam usufruir da infraestrutura oferecida na prainha de Santa Helena:

Tabela 1: Valores de diárias no balneário para turistas:

QUIOSQUE (instalação de 01 barraca)	BARRACA GRANDE (4 pessoas ou mais)	BARRACA PEQUENA (até 2 pessoas)
R\$ 53,00	R\$ 27,00	R\$14,00

Fonte: Pesquisa e organização da autora.

Tabela 2: Valores de diárias no balneário para os municípios:

QUIOSQUE (instalação de 01 barraca)	BARRACA GRANDE (4 pessoas ou mais)	BARRACA PEQUENA (até 2 pessoas)
R\$27,00	R\$14,00	R\$ 7,00

Fonte: Pesquisa e organização da autora.

A tabela de preç os corresponde aos anos de 2011 e 2012. Além da cobranç a para instalação de barracas também são cobrados valores que variam entre R\$ 7,00 e R\$ 14,00 entre municípios e turistas pela utilização de mesas e churrasqueiras. Estes números não estavam presentes no folder de divulgação, mesmo porque o intuito do folder não é mostrar quem pode ter acesso aos ‘‘atrativos’’ aparentemente acessíveis a todos, mas construir uma proposição harm nica e de lazer ao visitar o balneário.

⁷⁹ SANTA HELENA. Prefeitura Municipal de Santa Helena. **Santa Helena Terra das  guas**. Santa Helena: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Administração Portuária, 2012. Folder. Divulgação da temporada verão 2012.

Nesse sentido, entendo que assim como Antônio muitos trabalhadores que vivem em Santa Helena não têm a praia com referência de lazer, não apenas porque não gostam ou não querem ir até lá, mas porque passar um final de semana no balneário pode significar gastos que não cabem no orçamento de muitas famílias. A construção de outros acessos acaba sendo mais significativo e sem tantos custos, como reunir-se em sítios que margeiam o lago ou mananciais.

Talvez Antônio esteja certo nos apontamentos que fez, pois como disse Pedro, uma cidade tão rica deveria fazer muito mais por seus munícipes, uma cidade tão rica e materna não deveria conviver com desigualdades sociais tão pulsantes. Mas em uma sociedade capitalista o bem comum não é prioridade, e a vontade de ser um gestor público pode também indicar a vontade de participar da divisão do ‘bolo’, financiado pelos royalties, ou pelo investimento de vasta gama de empresários e empreendedores agroindustriais. Nessa direção, Antônio continua seus apontamentos dizendo:

Antônio: Lá tinha aquela lanchonete na praia muito bem feito, estrutura boa, banheiro e tudo né? Meteram uma pá carregadeira e um trator lá, demoliram tudo pra fazê outra. Se tivesse estragada ou modificado alguma coisa, tudo bem, mais não, sã. Só pra dizê que "eu vou fazê" né? Destruí o que tá feito pra fazêa mesma coisa. O portal né? destruíram o que tava bem feito pra fazer uma porcaria daquela ali, agora de madeira e querê que o povo diz "amém". Mas eles memo querem... mas só que o nosso povo é interessante, que ele não tá sabendo que essa prefeitura aqui ela é a prefeita pra adimministra, mas o dono do município somo nós que moremo aqui. O direito quem tem é nós, que tem o direito. Ela é uma funcionaria nossa.

Pesquisadora: Ela deveria administrá pros trabalhadores do município.

Antônio: É pro povo.

Pesquisadora: E o que tá acontecendo é ao contrário, ela administra pra ela própria?

Antônio: É, pra ela. Compra trator, compra. Eu não só contra comprá trator, caminhão pra lá e pra cá. Mas por que que ela tá comprando essas coisa e não tá aplicando em outras coisa? Porque ali vem os 20% que ela ganha pra comprá essas coisa, que eu sei como é que funciona a prefeitura. Eu entrei na política pra vê, [...] pra mim sabê o que que era⁸⁰.

Os apontamentos de Antônio indicam certa insatisfação frente à compra de equipamentos agrícolas feita pela administração municipal, o que de acordo com ele é um artifício para superfaturar os gastos da municipalidade. Talvez as indicações de Antônio estejam certas, no entanto elas também perpassam pela insatisfação de alguém

⁸⁰ Antônio (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Antônio em 26/01/2012. Santa Helena-PR.

que não tem suas dinâmicas de trabalho ligadas ao campo e, por isso, não utilizará os equipamentos públicos.

Nesse sentido, Marcelo, outro entrevistado, entende os investimentos na agricultura como benéficos, por reconhecer em sua trajetória o trabalho no campo como necessitado desse "apoio". Logo estes investimentos não contemplam os anseios de Antônio, mas o de agricultores que, para atender à demanda de muitas empresas, conta com a mediação da Prefeitura para ajudar nessa "parceria de produção rural-industrialização".

Frente a isso Antônio diz que, percebeu estas formas de desvio de dinheiro no tempo em que esteve na política. Segundo ele, os governantes seriam ovacionados como bem feitos através de alguns meios midiáticos e, além disso, ficariam com uma "recompensa" por tal ato de apoio aos produtores rurais.

Antônio ressalta que resolveu entrar na política só para saber como é que ela funcionava. Ao prosseguir a conversa, sugere como essas relações na Administração Municipal ocorriam:

Pra sabe como funcionava?

Antônio: É, como funcionava, porque cada... hoje já tá um pouquinho mais diferente, já tá mais difícil deles meterem a mão né? Mais assim memo bota. Mas antes eles faziam essas licitação tudo combinado, que é três que faz essa licitação, é três que participa. Ai combinava aqui... você bota é... 100 conto, eu boto 120 e outro bota 130. Então aquele de 100 ganha né? Mas ele já tá botando 50% do valor a mais, mais é uma combinação. E o prefeito ganha lá os seus 20%. A política funciona assim e tem muitos que acham que não, tu acha que um prefeito vai gastá ai milhões pra sê prefeito pra entra lá e não metê a mão? Tu acha? Não sei, mais ela deve ganhá uns 12 mil por mês.

[...]

É o poder né? Então ele fala... "prefeito corrupto, tudo eles são". Eu quero que me aponte um prefeito que não mete a mão é... também não tem, não existe, ele vai lá, ele vai lá numa firma "eu quero dois trator mas eu quero meus 20%" e cara pra ganhá dinheiro, dá mesmo, não tem.

Pesquisadora: Também vai tá ganhando, não tem porque negar.

Antônio: Não tem por que negar. Pra corrupção é assim. Agora tu vai achá uma firma que vai dizê "eu não te dô". Loco pra vendê, ele não nega, ele sabe porque o Norton de Macedo me falô isso em [19]83 ele falô, que o dinheiro que vinha aqui pra São Clemente, pra Santa Helena, de royalties i... arrecadação no município - na época nós tinha 12 mil, 12 mil morador dentro do município - ele falo "dá pra comprá três alqueire e meio de terra pra cada morador só de arrecadação". Ai tu imagina, só de dinheiro que vinha, só na época e o que que foi feio dentro do nosso município? Qual a indústria que tem

dentro do nosso município? Veio, mas com pouco incentivo, aquela fábrica de bolacha⁸¹.

Antônio, não disse se participou de alguma dessas dinâmicas, mesmo porque não seria interessante para ele se expor a tal ponto, mas deixou claro que no ano de 1983 a arrecadação de royalties do município de Santa Helena permitiria a compra de pelo menos três alqueires de terra para cada morador, ou seja, poderia alterar as condições de vida de muitos trabalhadores e pequenos proprietários.

É evidente que a população cresceu ao longo destes anos, mas a arrecadação de royalties também aumentou, assim as tentativas de geração de emprego em Santa Helena, parecem, na visão de Antônio, não estarem surtindo efeito. O entrevistado citou a fábrica de bolacha e outras que se instalaram na cidade. Para ele, isso pouco, ou nada, adiantou já que:

Antônio: ... [a fábrica de bolacha] nem funciona direito, aquela fábrica e guaraná tá aos tranco e barranco. Aquela fábrica de lavagem de jeans tá desativada.

Pesquisadora: Ali em Sub-Sede?

Antônio: É, ali. E tem essas... ó se não fosse esses cara botá essas fabricazinha de costura de roupa, qual era o emprego que o povo tinha ai? Tem aquela lá da... da LAR, ajuntá ovo né? (risos).

Pesquisadora: Pra ganhá um salário mínimo trabalha o dia inteiro.

Antônio: É, pra ganhá uma mecharia. Um olariazinha fraca. A única... os emprego maiorzinho é na cooperativa ai. Você ai nessa cooperativa Lar nem compara com a prefeitura. E o que eles tão fazendo né? Se nós tivesse um prefeito que diministrasse como diministra a cooperativa já era uma grande coisa né? [...]então o povo fica bobo quando vê uma... uma... qualquer coisa que o prefeito faz. Acham que é uma grande coisa né? Sendo que podia fazê três vez, cinco vez⁸².

A insuficiência de recursos públicos e as crises enfrentadas por algumas das empresas instaladas no município são apontadas por Antônio. Para ele, se não fosse as iniciativas de empresas que se instalam com recursos próprios, a dificuldade frente ao acesso ao emprego seria ainda maior. A LAR e a Copagril são de acordo com ele as duas alternativas possíveis de trabalho, recorrentes entre as possibilidades dos trabalhadores de Santa Helena.

⁸¹ Antônio (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Antônio em 26/01/2012. Santa Helena-PR-.

⁸² Antônio (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Antônio em 26/01/2012. Santa Helena -PR-.

Certamente seria possível que os trabalhadores que experimentam viver no município de Santa Helena não precisassem sair da cidade para trabalhar na Copagril, instalada no município de Marechal Candido Rondon, se o objetivo dos administradores municipais não fosse construir obras que não mudaram em nada esta dinâmica de exploração.

Assim como, é intrigante que ainda trabalhando em Marechal, grande parte desses trabalhadores permaneça residindo em Santa Helena, associando trabalho/custo de vida a esse trânsito entre as duas cidades. Esta relação com o trabalho, vivenciada por muitos sujeitos de diferentes municípios é apresentada por Gemelli¹ e Carvalhal, que destacam:

Assim, acreditamos que a formação para o trabalho se revela como uma estratégia para expansão capitalista, sobretudo, no que se refere a instalação/expansão do frigorífico da Copagril. De tal modo, entendemos a formação para o trabalho sob duas perspectivas sendo – a constituição de trabalhadores disponíveis para o capital e a busca do envolvimento e do consentimento operário.⁸³

Os autores apontam para a grande movimentação de trabalhadores vindos em sua maioria dos municípios de Santa Helena, São José das Palmeiras e El Dourado - Mato Grosso do Sul. A instalação e expansão da unidade de aves em Marechal Candido Rondon é apontada por eles como uma consequência da expansão capitalista, assim como a direção que os trabalhadores tomam.

Entendo que sim, a dinâmica de empresas como a Copagril e a LAR, dentre outras destacadas pelos entrevistados, fazem parte das dinâmicas construídas em uma sociedade que experimenta relações capitalistas. No entanto, esta relação não se dá de forma tão mecânica/estrutural, decidem instalar a empresa, logo os trabalhadores são atraídos e vinculados a essa proposta empresarial.

Tanto isso é questionável, que se avaliarmos a constante abertura de vagas e que muitos não deixam suas cidades por estarem trabalhando na Copagril, percebemos outras avaliações sobre a dinâmica de trabalho, de organização familiar e de moradia, em grande parte articuladas nas cidades onde residem. Ao proporem ir e vir, essa

⁸³ GEMELLI, Diane D.; CARVALHAL, Marcelo D. A Constituição de trabalhadores disponíveis para o capital: O frigorífico de aves da Copagril/Marechal Candido Rondon-PR. In: XII Jornada de trabalho, CEGeT: Centro de Estudo da Geografia e do Trabalho 15 anos. “A Dimensão Espacial da Expropriação Capitalista sobre os Mundos do Trabalho: cartografando os conflitos, as resistências e as alternativas à sociedade do capital”. *Anais...* Curitiba: UFPR, 05 a 08 de setembro de 2011.

atividade pode aparecer como complementar a renda familiar, como alternativa, ainda que na ampliação de campos de trabalho e de exploração.

Assim se há por parte dos dirigentes de tais empresas a busca pelo que os autores chamaram de "envolvimento/consentimento", isso não se dá porque estes objetivos foram alcançados do modo como foram planejados, mas porque os trabalhadores que têm suas práticas ligadas a estas dinâmicas avaliam estas relações de trabalho como sendo uma forma possível em determinado momento, como para suprir parte de suas necessidades. Contudo, isso não é algo definitivo. Como observei, os trabalhadores estão a todo o momento à procura de melhores condições de trabalho, concomitantemente de melhores condições de vida.

Desse modo as relações construídas em sociedade não estão dadas, mas são produzidas por sujeitos ativos e que buscam transformar suas diferentes realidades. Frente a isso tanto suas articulações diante do viver em Santa Helena como também suas interpretações sobre este viver são diferenciadas e avaliadas de acordo com suas trajetórias e o lugar social onde se localizam. Desse modo se Antônio apontou para as tensões e dificuldades que experimentou/experimenta em Santa Helena, Marcelo assim como ele faz seus apontamentos, mas indicando algumas distinções.

Marcelo também vivenciou os conflitos de interesses provocados pelos posicionamentos políticos divergentes em Santa Helena:

Pesquisadora: A prefeitura ajudou o pessoal que estava sendo desapropriado?

Marcelo: É, é, eles tavam preocupado, mais só que eles não vinham assim coloca pro pessoal sabe? Ficavam mais resguardado. Assim, o pessoal da prefeitura eles sabiam que dava problema, mais ai logo começo sobrá dinheiro dos royalties. Um pouco ajudaram na parte dos idosos, remédio pros idosos, isso ali é visto. Olha quando a gente conversa com parentes, a gente tem parentes em todas as partes do Brasil, quando se pede como é que tá a prefeitura, não tem nenhuma prefeitura que nem a nossa assim. Ônibus pros alunos, ônibus pros idoso, comprimido pros idoso, não tem em nenhum outro lugar viu? Nessa faixa de fronteira ali não tem. Ai a pessoa fica pensando assim "bá" e as outras pessoas que recebem ajuda é a mesma coisa, sabem que os parentes deles, num outro canto, num outro município, longe daqui, nem um comprimidinho pra dor de cabeça não ganham, tem que comprá tudo. Daí aqui cirurgias, tratamentos e consultas o cara tem. Tem ajuda se for preciso né? Então o pessoal, penso assim, mais nessas coisas e alguns grandes, vamo dizê assim, algumas lojas, firmas grandes se preocuparam e já colocaram filiais no Mato Grosso lá pra cima a Mazzokim e esses cara ali Mafini eles tão colocando. Eles têm a firma deles aqui no município, mais já de olho na lá em outro lugar. Vai fazê o quê? O outro pessoal é muito pequeno, vamo

dizê, pra fazê alguma coisa não adianta, fazia alguma coisa é a mesma coisa que não fazê nada. Eu quando dava aula de História, Moral e Cívica eu não segurava uma folha, gente, na boca. Eu o que que eu tinha pra falá eu falava. Eu dizia "o negocio é assim, assim e assim". Eu não sei como é que nunca, nunca me prenderam, eu não tinha vergonha, o que eu tinha pra falá eu falava. Até hoje quando eu chego nas festas ali eu, a piizada vem "e o professor Lauro veio", "o professor Lauro vai pagá a cerveja", eu falo "sim eu vô pagá, depois que vocês tomarem tudo a cerveja [...], quando vocês tomarem tudo a cerveja [dos políticos] [...], daí nós vamo tomá. Vocês vão sai daqui miando". Eu falo, "ó ninguém fala mais pra eu pagá cerveja porque quando eu precisava eu fiquei três ano na Europa". Eu sou um cara bastante observador eu observava como é que eles, eles administravam as pequenas comunidades, porque lá é tudo propriedades pequenas sabe? Vilas assim que nem São Clemente. Tem prédios de seis, sete andar sabe? Prédios e daí eu queria dá a minha colaboração como vereador na constituição municipal, eu queria participá, eu queria é trabalha, mais o pessoal não me deu chance. Olhô pro lado do dinheiro que os cara passaram por fora assim e eu não tinha dinheiro pra dá sabe? Eu só tinha a minha cara limpa e a minha vontade sabe? Daí o político tem que sabe menti, tem que sabê rouba, tem que sabê fazê tudo viu? Que nem o Maquiavel, ele disse pra você sê um cara com sucesso na vida, você pode menti, você pode roubá, você pode fazê tudo, desde que se faz uma coisa boa. E assim o nosso pessoal aqui se agarraram em fogão a gás em campanha política. Querem uma cama, querem um boião de gás sabe? Dá nojo com certas pessoas viu? É triste mais é verdade. E eu quero um dia ainda na minha vida ainda chegá e falá assim "ó esse fulano ele tem isso, tem aquilo, tem caminhoneta, tem terra, tem aviários, tem chiqueirões e tudo porque ele mamô na teta da prefeitura". Eu quero chegá e dizê pros meus neto e vocês "vocês vão ser honestos meus filhos, vamo trabalhando, vamo fazendo o que que vocês conseguem, se vocês não tivé preguiça, vocês pra comida vocês vão ter, e se eu posso ajudá eu ajudo". Ainda mais esse fulano, esses cara ai com motona, com carro novo, chiqueirão, aviário por ai. Esses cara mamaram na prefeitura, na teta da prefeitura eu vou dizê⁸⁴.

Minha pergunta teve como objetivo saber em que medida os Administradores Municipais manifestaram algum tipo de preocupação com os trabalhadores que tiveram que lidar com o processo de desapropriação provocado pela construção do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu. No entanto, a reflexão de Marcelo não se limitou ao meu questionamento.

Diante disso, ele apontou algumas questões pertinentes para o debate proposto neste trabalho, inicialmente colocando a limitada preocupação do Poder Público com os expropriados e, em seguida, colocando o respaldo dado pela mesma no fornecimento de remédios e outras questões referentes à saúde. Esses são aspectos que Marcelo fez

⁸⁴ Marcelo (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Marcelo em 21/01/2012. Santa Helena-PR-.

questão em comparar com cidades nas quais esteve em sua viagem pela Europa. Ele faz todos estes apontamentos dialogando com a dinâmica dos royalties e querendo conduzir o caminho da conversa.

Frente a estas questões é inevitável não pensar na problemática discutida no capítulo anterior, quando destaquei sobre a imagem da cidade de Santa Helena que é apresentada pelo Jornal Costa Oeste e sobre a maneira que os diversos trabalhadores e proprietários, que vivem no município, fazem sua leitura e se posicionam frente a essas relações. Desse modo, Marcelo - ao contrário de Luiza e Antônio -, os quais apontavam as deficiências do sistema público de saúde, indicou os benefícios desse sistema para a população.

Visões opostas de uma mesma sociedade, visões que não se excluem, mas que demonstram as tensões/contradições vivenciadas no município, principalmente para aqueles que não dependem do SUS e se veem a partir de outro lugar social, como Marcelo. A própria interpretação de Marcelo deixou claro que quem precisa de uma cirurgia precisa pagar, se não toda, mas uma boa parte do procedimento. Será que esta realidade social condiz com a cidade que é a maior recebedora de royalties do Paraná?

Entendo que apesar de aparentemente os trabalhadores se comprometerem com outro candidato diante das eleições, isso não quer dizer que depositaram seu cobiçado voto no mesmo, mas que veem nessa dinâmica uma possibilidade de alterar a situação que vivenciam, pois para mim um sujeito que aceita um fogão a gás como forma de pagamento por seu voto não é sem dúvida alguma um dos empresários citados por Marcelo que estão expandindo seus negócios para outros Estados com o incentivo estatal.

Possivelmente, são trabalhadores como Beatriz, Luiza e Antônio - em suas distintas pressões e alternativas (costurar bolas para complementar sua renda; procurar o sistema único de saúde e, ainda, enfrentar os limites do orçamento da aposentadoria). São eles que necessitam avaliar Santa Helena constantemente, para propor caminhos e construir práticas que alterem suas condições nas relações de poder e tratem de suas necessidades e anseios.

Algo que não se faz urgente apenas nos dias atuais, mas na trajetória desses sujeitos, pois outras expropriações fizeram com que reavaliassem decisões e enfrentamentos sobre onde morar, trabalhar e lidar com o campo e a cidade.

Dentre o emaranhado de questões que compartilham, cabe aqui uma reflexão sobre os encaminhamentos assumidos pelos vereadores do município de Santa Helena frente ao processo de desapropriação para a constituição do Lago de Itaipu - motivação inicial que tive para conversar com cada um desses entrevistados. Para isso, trago uma das passagens registrada nas atas da Câmara de Vereadores da cidade no ano de 1980:

O vereador José Alves de Cabral disse que os agricultores comportaram-se como uma família, em plena harmonia e entendimento entre si esperando pacificamente uma resposta satisfatória. Disse que além do preço que deve ser atualizado, o expropriante deve levar em conta a brutal inflação que corrói a economia do povo, conseqüentemente os pagamentos devem ser feitos imediatamente os pagamentos devem ser feitos imediatamente após os acordos. O povo esperará o término dos doze dias pacificamente e acredita que a Binacional atenderá suas reivindicações, considerando que várias autoridades já se manifestaram favoráveis às pretensões dos colonos, disse que o fenômeno inflação derruba todas as previsões e no caso, os expropriados é que são os grandes prejudicados⁸⁵.

A discussão acima se refere organizado por alguns dos trabalhadores que seriam desapropriados diante da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e por líderes vinculados à Comissão Pastoral da Terra - CPT. Base para a organização do Movimento Justiça e Terra, sobre o qual o vereador José Alves Cabral fez seus apontamentos. Como podemos observar, a preocupação do vereador estava voltada para o pagamento referente às indenizações, que estavam sendo pagas de formas distintas, e não a todos e no momento de desapropriação⁸⁶.

No entanto, quem eram os agricultores expropriados ao qual o vereador se referiu? Essa denominação é entendida por mim como uma menção que se estende aos trabalhadores, que tem suas práticas ligadas ao campo, mas os agricultores indicados por José foram os proprietários de terra, os quais mereciam apoio de diversas lideranças políticas. Entretanto, esta noção limita e homogeneiza um processo vivido por diversos trabalhadores; arrendatários, parceiros, diaristas, comerciantes, que também enfrentaram esta dinâmica, mesmo que não fossem proprietários, eles em suas diferentes condições tiveram que reorganizar suas vidas, alguns sem receber nenhuma indenização e outros

⁸⁵ SANTA HELENA. Câmara Municipal de Santa Helena. Ata Nº. 551. Discussão do dia 21/07/1980. Livro Nº.09.

⁸⁶ O acampamento organizado em Santa Helena teve grande repercussão na chamada região Oeste do Paraná, se constituindo como um dos diversos movimentos de luta pela terra. VER: GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu**. Edufba: ULBRA. Salvador, 2003

pequenos proprietários, ainda assim, identificavam-se nessa trajetória de dificuldades e exclusão.

Nessa perspectiva a preocupação do vereador se liga às discussões feitas em torno dos royalties, das disputas por memórias e projetos sobre Santa Helena, dentre as tensões que envolvem o viver na cidade e no campo. Frente a isso as reflexões feitas nesse capítulo indicaram as proposições construídas diante das relações de poder desiguais nos últimos 30 anos. Estas ações, projetos e investimentos sugerem questionar um pouco mais esse processo de desapropriação, o que será problematizado no capítulo seguinte.

Capítulo III

Entre desapropriações e disputas: terra, trabalho e viver em Santa Helena.

Destaco neste capítulo questões que evidenciam conflitos e contradições do que se propôs promover como um “benefício nacional”, a construção da Hidrelétrica Binacional Itaipu. Uma prática aparentemente blindada pela força empresarial e estatal que quis indicar as dimensões nacionais e, nesse caso, internacionais⁸⁷, como explicativas de possíveis “implicações adversas” que viessem a acarretar, ou serem indicadas como excludentes, injustas e desiguais ao serem valoradas por agricultores (trabalhadores sem terra e proprietários) envolvidos no processo de expropriação⁸⁸.

Sem dúvida a construção da empresa binacional, efetivada no início da década de 1980, representou, ou tentou representar a magnitude dos projetos militares para a sociedade brasileira, como também a mudança nos rumos da economia do País que vinha sofrendo constantes investidas de oposição.

Diante disso, Antônio apresenta sua interpretação sobre esta dinâmica. Ele fala sobre a maneira pela qual ficou sabendo que parte do território do município de Santa Helena seria tomado pelo lago:

Pesquisadora: E como é que vocês ficaram sabendo que o lago ia chegar? Pelo rádio, Igreja, como foi?

Antônio: Há pelo rádio, pela Igreja. E era aqui na Foz [Foz do Iguaçu] quando falaram na barragem a gente já sabia que logo ia acontecer essa barragem. Ai ela deixou muita gente rico e muitos pobre né? Esse é o problema.

Pesquisadora: Como assim muita gente rica e muita gente pobre?

⁸⁷ A instalação da Usina de Itaipu vinculou mudanças não só no território brasileiro, mas envolveu, particularmente, interesses energéticos e territoriais do Paraguai ao se utilizar do rio Paraná e áreas da fronteira entre os dois países. Além disso, houve em 1979 o Acordo Tripartite que incluiu a Argentina no uso do recurso hidráulico em questão.

⁸⁸ Nessas discussões se destaca o empobrecimento expressivo de um contingente de trabalhadores que lidaram com esse processo, ou ainda, o direcionamento de muitos destes para relações de trabalho e condições de vida mais instáveis, seja no meio rural ou urbano e, por vezes, esta realidade foi motivadora da inserção em movimentos para indenizações e acesso a terra, como aqueles que se vincularam a ações do Movimento Justiça e Terra e constituíram ações pelo MASTRO – em busca de assentamentos rurais e desapropriações de áreas junto ao INCRA – ou ainda, a promoção das Vilas Rurais pelo Estado na segunda metade da década de 1990, indicando regiões rurais como destinadas a trabalhadores sem propriedades rurais e que se encontravam em condições “adversas”. A política que se vincula à promoção das Vilas Rurais é a experiência desse modo de “ajuste” do Estado, perceptível em tematizações que apresentam essa prática como:

IPARDES. **Avaliação da atividade das vilas rurais**. Síntese Estadual e Macrorregional. Curitiba: IPARDES, 2000.

ESSER, Jovir et al. As vilas rurais na região oeste do estado do Paraná: uma política pública de desenvolvimento e seu impacto na vida dos trabalhadores rurais volantes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 110, p.91-112, jan./jun. 2006.

Antônio: Teve muita gente que se beneficiou de lá da Itaipu, outros não né?

Pesquisadora: Muitos políticos também se beneficiaram?

Antônio: Teve, muita gente.⁸⁹

Antônio indica que devido à proximidade entre Santa Helena e Foz do Iguaçu - aproximadamente 121 quilômetros - ele, assim como os demais moradores de Santa Helena, logo ficaram sabendo do alagamento, informação que foi reforçada por programas de rádio e por pessoas ligadas às Instituições Religiosas - católicas e luteranas.

Germani indica em seu trabalho, produzido durante alguns enfrentamentos desse processo, que os dirigentes/idealizadores da Hidrelétrica de Itaipu não mediram esforços para tentar convencer os expropriados sobre os benefícios e importância da empresa para o País, como propagandas e jingles no rádio:

A comunicação da obra e os esclarecimentos à população foram feitos através de reuniões, que começaram em Foz do Iguaçu, seguindo-se depois por outros municípios e distritos. A equipe da Itaipu reunia-se nas comunidades, nas escolas, distribuía *posters*, cartazes, fizeram *jingles* na rádio com Teixerinha e Zé Bétio “que são pessoas de penetração na região”; conforme afirmou um representante da Itaipu, distribuía folhetos para explicar o que iria ocorrer. “Isto tranquilizou o povo [...]” disse um homem da Itaipu. Nestas reuniões passavam filmes demonstrando a grandiosidade da obra e a sua importância para o país⁹⁰.

Ao longo da conversa com os entrevistados as questões da promoção da obra da Itaipu vão sendo ampliadas. Com Antônio vão vir à tona notícias de como alguns conhecidos - proprietários de posses - vivenciaram o processo de desapropriação, assim como sua pendência indenizatória e abandono da propriedade com terras mais produtivas. Nesse sentido, sua interpretação e trajetória tornam mais densas essas relações:

Pesquisadora: Então o senhor veio pra cá...

Antônio: É, vim pra cá, aí depois quando a Itaipu (que alagô lá a minha terra) era perto do Salto, ali embaixo, daí eu vim pra cá e continuei na lavoura.

Pesquisadora: E quando o senhor foi indenizado? O senhor recebeu alguma coisa?

Antônio: Eu não fui indenizado.

⁸⁹ Antônio (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na sua residência de Antônio em 26/01/2012. Santa Helena-PR.

⁹⁰ GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados: Terra e Água: O Conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA/ULBRA, 2003, p. 70.

Pesquisadora: Não foi indenizado?

Antônio: Não. Na época, ali era tudo posse né? Dai uns ganharam, outros não ganharam. A minha posse era pequena, eu tinha cinco alqueire.

Pesquisadora: E não recebeu nada?

Antônio: Eu fui atrás, mais dai eles falaram ..."não, não, nós vamo pagá", mais até hoje ficô assim (risos)

Pesquisadora: E como o senhor se virou? Perdeu tudo?

Antônio: Eu perdi, eu tinha uma outra posse aqui. Eu tinha aquela lá e essa aqui. Também aqui era posse, também era do Antônio Veldrame, dai eu comprei dele, ai escreituri.

Pesquisadora: E lá o senhor tinha posse e não ganhou nada, mas quem tinha escritura ganhou?

Antônio: Pra lá ninguém tinha escritura.

Pesquisadora: Ninguém?

Antônio: Na época ali ninguém tinha... era tudo posse. Uns ganharam, outros não ganharam e assim foi.

Pesquisadora: Mas que tinha escritura foi indenizado?

Antônio: Foi, mais era mais pra cima. Lá embaixo não.

Pesquisadora: Então o senhor tinha outros amigos que também não ganharam nada?

Antônio: Tinha.

Pesquisadora: E o senhor veio pra cá. E esses amigos continuaram em Santa Helena?

Antônio: Não uns foram lá pra cima, uns pra Canta Galo, outros foram lá pra... pra... como é o nome do lugar?... Iraputi, Iraputi [Assentamento em Arapoti] lá pra cima. E foram se esparramando. Aqueles pra cá (que ficaram indenizado), eles conseguiram comprá por ai né? Mais o resto teve que se mandá.

Pesquisadora: Mas teve gente que ganhou bem pelas terras. Quem tinha a escritura.

Antônio: Teve, teve. Teve gente que ganhou bem.

Pesquisadora: E assim, o que o senhor lembra sobre essas desapropriações, alguma coisa marcante que o senhor quer falar?

Antônio: Ali na indenização eles só embromaram pra pagá alguns né? E outros não pagaram. E assim foi. Quando chegaram a pegar a indenização já não tinha mais valor o dinheiro né? Esse é o problema, que muitas pessoas não chegaram a conseguí se colocá bem por causa disso ai... não receberam.

Pesquisadora: Ah, por causa da demora.

Antônio: É, por causa da demora.

Pesquisadora: E das indenizações, assim, o que o senhor gostaria de falar?

Antônio: É isso aí, é uma coisa que há quantos ano já foi isso? Foi em [19]82 né?

Pesquisadora: É, em 82.

Antônio: (risos) pra mim, eu esqueci sabe? Que a recebê eu não vô memo né?

Pesquisadora: Pro senhor foi ruim né?

Antônio: Claro, na época, na época se me pagasse era bom né? Mas eu não tinha força de querê exige. É posse, não tinha um documento pra justifica né? Eu comprei até dum tal de Lotário essa posse. Aí eu fui pedi pra ele, pra ele me dá um documento, pelo meno fazê um

contrato, "i eu não vô fazê" ele disse. "Alemão vai me compricá", então deixa.⁹¹

Antônio faz referência à demora no pagamento das indenizações aos proprietários de terra, o que provocou um aumento dos preços de terras nos municípios que estavam passando por desapropriação. O posicionamento de Antônio frente ao processo de indenização está imbricado com a postura de alguém que colocou a questão das indenizações a serem pagas a determinados trabalhadores desapropriados em um segundo plano, afinal a realidade e as possibilidades de Antônio não estavam articuladas com a dinâmica das indenizações.

Diante dessa lógica, ele aponta para as dificuldades experimentadas no mercado de terras, o que fez com que muitos sujeitos que vivenciavam a mesma condição que a sua -de serem posseiros- fossem procurar restabelecer suas relações de trabalho em outros Estados, cidades e até mesmo no Paraguai. Nesse sentido, Antônio diz que ‘não tinha força’ para reivindicar a indenização pelas terras que até então vivia com sua família, porém ele fez sua leitura sobre este campo de disputas dinamizado na sociedade capitalista, e tratou de escriturar a outra posse de terra que tinha no distrito de São Clemente.

A fala do entrevistado permite perceber que com o processo de desapropriação para a produção do reservatório um processo comum de acesso à terra em Santa Helena vem à tona - a posse, compra e venda de áreas sem escritura - assim Antônio faz alguns apontamentos sobre esta problemática:

Pesquisadora: E veio mais gente com vocês?

Antônio: Viemo entre três, três mudança, dois caminhão oito dia maior sofrimento trouxemo criação, criação né só descarregando, descarregando não era fácil ai chegemo aqui era um banditismo incrível né. O primeiro dia que eu descarreguei a minha mudança aqui descarreguei aqui na casa do finado Lotário, ele tinha uma casinha ali, no outro dia cedo eu levantei cedo né? Trata as vaquinha, os porco e tudo né? Trouxe duas vaca, dois porco, olhei na estrada vinha vindo dois burro, os cara atado pelo pé com as cabeça pra baixo assim quatro morto, dois em cada burro, velaram em cima de umas tábua assim numas casa ai, num bolão veio ai, na época era novo né? Eles tava fazendo... velaram ali na frente, no outro dia abriram um buraco ali, botaram lá os quatro sepultado na mesma cova... era um banditismo muito triste, eu não vortei mesmo pro Sul de vergonha (risos) porque era bicho feio, passo umas duas semana metero uns caco de pedaço de

⁹¹ Antônio (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Antônio em 26/01/2012. Santa Helena-PR.

panela e parafuso num tal de Gaúcho, arrasaram com uma doze... era um banditismo muito triste... jaguncero.

Pesquisadora: E eles matavam as pessoas, mas por quê?

Antônio: Matavam i essa fazenda Ivanque ali se irem hoje abri uns poço que tem ali, a quantia de osso que não tiram... porque o dono pagava os pião pra roçá e derrubá e depois pagava um ou outro pra matá.

Pesquisadora: Mata o pião?

Antônio: Eles se matavam entre eles, por exemplo, você e ele tavam trabalhando lá os dois junto, ai o fazendeiro sempre prometia vou te dá tanto, e aquilo que vocês ganhá pra você i lá e matá fulano, ai ele ia lá e abria uma cova, levava fulano lá, abria uma cova e jogava dentro. Aí ia e pedia pro fazendeiro tanto né? Aí ia se ia também e assim ia né? Tinha um poço ali coisa incrível.

Pesquisadora: Então tinha bastante bandido aqui?

Antônio: Bandido era o que mais tinha aqui, Há isso não passava dois dia sem matá ninguém, tu vê o braço do norte deu um rebulição, não sei se vocês já tavam morando ai no tempo de...isso foi em 70, aquilo trancô o rio do tanto gente que mataram, aquela cachoeira aquilo coalhou de tanto colono, posseiro, jagunço... ali morreu mais jagunço do que posseiro.

Pesquisadora: Os jagunço matava os posseiro porque o patrão mandava, porque tava ali na terra deles?

Antônio: É, e os posseiro se reunia e matava os jagunço também.

Pesquisadora: Era uma vingança.

(Nessa hora a mulher de seu Antônio se aproxima e pede para que ele pare de falar e ele responde a ela)

Antônio: Mas isso ai é coisa que aconteceu muié, isso ai é coisa que passô... que vai fica ruim se é a realidade... todo mundo sabe né?⁹².

A fala do senhor Antônio tem início com indicações sobre a chegada de diferentes famílias em Santa Helena. A partir disso ele relembra das práticas que chamou de ‘banditismo’, das constantes mortes que ocorriam na cidade na época de sua chegada em Santa Helena [1968]. Frente a isso Antônio vivenciou, desde sua chegada, a insegurança/incerteza de continuar ou não na cidade, pois sabia que ‘o banditismo’ tinha como principal motivação as disputas por terra, o sentimento que ele nomeou como vergonha, pode ser entendido também como avaliação de necessidades e pressões, pois mesmo em meio aos conflitos permanecer no município poderia também significar a conquista de uma área de terra para sua família.

No decorrer de nossa conversa, o entrevistado indica as práticas que originavam as mortes, discordâncias entre trabalhadores diaristas e patrões, entre posseiros e ‘jagunços’, entre posseiros. Entendo que a reflexão sobre estes apontamentos possibilitam visualizar trabalhadores em suas diferentes condições sociais

⁹²Antônio (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Antônio em 26/01/2012. Santa Helena-PR.

agindo de formas diversas para melhorar em alguma medida suas vidas. Nesse sentido, entendo que se existiam sujeitos que aceitavam matar outros trabalhadores, é porque existiam pessoas dispostas a pagar por estes serviços, pois viam nessa dinâmica a possibilidade de aumentar seus ganhos, seja com mais uma área de terra, seja não pagando um trabalhador pelos serviços prestados.

Pensar estas relações é lidar com uma problemática que se insere no contexto da sociedade capitalista, uma sociedade que é construída por sujeitos que não compartilham das mesmas condições. No entanto, estão cada um diante suas possibilidade de classe articulando formas para lidar com as relações de poder que experimentam.

Certamente nenhum dos sujeitos que Antônio indicou como patrões fossem donos das terras dos posseiros que mandavam matar, talvez as próprias áreas em que estes “patrões” viviam não tivessem uma escritura, mas, todos sabiam que estas tensões determinariam os encaminhamentos de suas vidas. Foi diante dessa lógica que Antônio ainda que com medo resolveu permanecer em Santa Helena, conseguindo futuramente escriturar e legitimar-se como dono de uma das áreas de terra que ocupou quando chegou na cidade⁹³.

Apesar de Antônio e seus vizinhos compartilharem dessa mesma condição - serem proprietários de posses - nem todos tiveram as mesmas possibilidades - de indenização, ou possuírem outras terras, nas quais pudessem se reestabelecer em Santa Helena, como é possível observar na fala dos entrevistados e nas discussões promovidas pelo Movimento Justiça e Terra a partir do Boletim Poeira⁹⁴.

Antônio ao mudar-se para o distrito de São Clemente, local onde tinha sua outra posse, tratou logo de escriturá-la, pois sabia que poderia reviver esta situação. É

⁹³ A disputa por terras e as tensões entre posseiros e proprietários de terra se colocou como uma das pautas do Movimento Justiça e Terra coordenado pela CPT- Comissão Pastoral da Terra. A presença e ação dos posseiros era indiscutível. Ao perceber isso os coordenadores do Movimento Justiça e Terra não poderiam manter-se alheios a essas questões. Nessa perspectiva, o boletim Poeira expõe uma das conquistas conseguidas junto a Itaipu e ao INCRA, a qual se constituía “no reconhecimento do direito dos posseiros” ao acesso a terra. Certamente isso acarretou um entrave para a binacional que agora teria que lidar com sujeitos que antes não tinham nenhum direito no debate frente às indenizações e que agora também se colocavam como donos de terras e pauta da luta dos expropriados. Ver: POEIRA. "Aumento de 100%", "Pagamento em 15 dias", "Reassentamento no Paraná", "Reajuste nos preços a cada 90 dias". Ano III, Nº 12, julho/agosto de 1980, p 11. Material cedido para essa pesquisa pelo Prof. Dr. Paulo José Koling.

⁹⁴ O Boletim POEIRA teve diversas edições durante a década de 1980. O periódico se constituiu como uma forma de reivindicação frente ao processo de desapropriação provocado pela construção do reservatório de Itaipu. Sua produção indicava interesses de expropriados, agricultores que seriam (ou deveriam ser) indenizados em decorrência deste processo, incluindo as reivindicações de posseiros e trabalhadores sem terra.

claro que não mais por causa do empreendimento de Itaipu, mas porque as disputas por terra ultrapassavam este processo.

Antônio indica ainda que na época do processo de expropriação vivia próximo ao salto. Este salto ao qual ele se refere era uma queda d'água, localizada no distrito de Sub-Sede, em Santa Helena. Esta região hoje está submersa, em decorrência da formação do Lago de Itaipu. Algo que sugere porque muitas posses ocorreram naquela área - que possuía acesso a água - afinal para trabalhadores que estavam se colocando em pequenas áreas, ter acesso a água era fundamental para manter as dinâmicas com o trabalho e rotinas domésticas, utilizando-se dela para irrigar a plantação, na criação de animais e nas próprias necessidades de suas famílias.

A ida para o assentamento de Arapoti -cidade a qual Antônio faz referência- foi assistida pelo INCRA e pelo Movimento Justiça e Terra. Certamente dinamizar este assentamento foi uma das saídas encontradas, para atender às reivindicações dos donos de posses, trabalhadores diaristas e pequenos proprietários, frente ao processo de desapropriação. No entanto, está longe de ser uma atitude benevolente da empresa binacional, ou do INCRA, pois o interesse não era melhorar as condições destes trabalhadores, mas, principalmente, tirá-los da região que começava a se colocar como promissora através do turismo e da industrialização, o que interessava era intensificar a capitalização da produção no campo e não os conflitos pela permanência desse modo de vida.

Como eu dizia acima, nem todos os trabalhadores e proprietários foram agenciados pelas companhias colonizadoras, pois eles próprios acharam alternativas para encaminhar suas vidas após serem indenizados. Todavia alguns agricultores foram direcionados, ou se entusiasmaram com a ida para outros Estados, através de empresas em parceria com o INCRA. Mas, quem eram estes agricultores?

Acredito que a narrativa de Luiza⁹⁵ ajude a entender os interesses de promover a saída destes sujeitos de Santa Helena:

Pesquisadora: Mais daí, melhorou?

Luiza: Sim, nós fiquemo tempo ali, daí nós descemo lá na minha mãe, mais foi muito sofrido. Gente, meu Deus do céu!!! Agora tá bem mudado, Santa Helena é outra coisa né? Mais só que pra gente que perdeu, que recebeu pouco na indenização, pouca coisa deu pra fazê. Assim, faturá com aquilo lá. Porque nós memo, e não foi só nós, isso

⁹⁵ Luiza (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Luiza em 20/02/2012. Santa Helena-PR.

foi muita gente, muita gente, depois foi por intermédio da Itaipu mesmo, essas pessoa que receberam muito pouco não puderam se colocá melhor, eles deram uma área de terra. Eles deram três, quatro alqueire de terra, ou era cinco? Agora eu não tenho mais lembrança, assim se três alqueire ou era cinco alqueire de terra pra cada pessoa. Pra essas pessoa, que nem nós, mais de baixa renda né? Que não tinha que era pouco né? Que não tinha... e eles deram terra. Era lá em Arapoti, lá pra banda de Ponta Grossa. Sei lá pra onde é que fica. É longe daqui Arapoti. Meu deus do céu, nós não foi não. Foi eu acho... que tá até hoje lá... o nosso...

Pesquisadora: Mas não foram por quê?

Luiza: Não fomo porque foi bem na época que eu tinha a menina pequenininha né? As crianças pequena que eu tinha, ela de braço, de colo como se diz né? E o piá que tava em casa, o penúltimo, tava com seis, sete ano. Aquela vez ele tava estudando, ele ia numa escola lá, mais dai lá nós abandonô aquele pedacinho de terra, mais tava cheio de plantinha. Nós tinha plantado fumo né? De galpão. Daí nós tava colhendo o fumo, tinha plantinha, tudo. O que a gente precisava tava plantado. Tava tudo bonito. E daí eles chegaram assim sabe? De repente, com uma caminhoneta lá, uma dessa que eles falavam picape, dessas de carroceria né? Chegaram assim logo no terreiro da casa e falaro "vamo carregá a mudança, vocês querem vim?" E daí o meu marido ficô até meio assim, sabe? E daí ele veio lá e falô pra mim "o que tu acha? Vamo ou não vamo?" Daí eu falei "não, não vamo." Eu falei "imagina, nós vamo deixá, abandoná isso tudo aqui que nós temo aqui, que dá pelo menos prá... como a gente tá tirando daqui". Eu falei "chega lá sem sabê, não tem casa", ia sê assim... colocado lona né? Fazê os barraco de lona e não tem casa, não tem nada. Nós vamo se enfia lá vamo comê o quê? Se já não vamo levá nada daqui eu falei, "vamo vivê do quê? Vamo acaba morrendo de fome de uma vez." Eu falei o pouco que tem aqui pelo menos esse tá garantido. Eu falei se tu qué i, tu vai, mais eu não vô. E não fui. Daí depois ele desistiu também. Ele falô "a muié não qué i, eu também não vô". Imagina, eu falei "se tu quisé i vai, eu me viro. Colhê essas planta que tem aí". Daí ele não foi. Dai quem foi... óia eu não sei quantos que tem lá ainda... o resto vieram embora. Até uma irmã minha mesmo foi pra lá, Deus o livre. Disse que lá roero a corda que diabo trançô (risos). É, disse que umas terra fraca, fraca era só nem me lembro que tipo de ervas, matos que se criava lá. E não era toda a parte lá, mais o da minha irmã memo eu acho que eles pegaro uma parte que era assim de pinheiro que era, plantação de pinheiro. Daí depois foi cortado, de certo tirado a madeira. Daí cortaro. Nossa, disse que era muito fraca aquela terra, não dava nada. Terra fraca mesmo sabe? Morta. Terra morta porque aquela planta, tipo de mato né? Daí ficaro lá um tempo também nos barraco. Lá fizero um ranchinho lá. Sei que abandonaram lá e vieram embora também. Muita gente de lá veio embora que negócio de assistência médica era longe, longe. Não tinha recurso porque quem foi pra lá foi porque não tinham bendizê nada e ainda o que tinham pra cá deixaram de certo. Que nem se nós fosse atrás disso, nós tinha abandonado o pouquinho que nós tinha ali. E muita gente decerto foi naquela né? "Ah, vamo pra lá, dai vamo tê bastante terra né?"

Pesquisadora: E a irmã da senhora que foi pra lá o lugar que ela morava aqui, o que que ela fez? Abandonô também?

Luiza: Não, ela... deixa eu vê... eles tinham lá no Guarani, lá embaixo. No último... quase lá... Eles foram indenizados também. E daí eles também pagaram pouco né? Tudo pouco. O que era assim pouca terra e que a maioria ficou embaixo da água né? Daí também não pode se colocar. Isso não foi só eu e só ela né? Muita gente, muita gente. Isso aqui era como se diz "pequenos agricultores".

Pesquisadora: Mais e quando ela voltou?

Luiza: Não, não. Ela [não] voltou direto pra cá. Ela foi pra não me lembro pra onde que ela foi... eu sei que ela não veio pra cá.

Pesquisadora: Mais e a terra que ela tinha aqui, daí ela foi pra lá e fez o que com essa terra?

Luiza: Não, daí ela pegou, ela foi indenizada. Daí eu acho que eles compraram um terreno aqui também. Eu não sei, eu não me lembro mais dos negócios que eles faziam. Daí eles tinham comprado um terreno aqui. Daí ela foi pra lá, daí a família dela era grande... daí ela tinha que ter um lugar pra botar os filhos dela trabalhar. Mais fora pra lá, não deu certo também. Porque lá a terra era muito fraca, lá não produzia. A terra lá naquele lugar lá... ainda a filha dessa irmã minha ela mora em Santa Helena. Agora ela já é assim casada e tem filhos grandes, mais naquela época ela era bem pequena, ainda esse dia ela tava aqui... daí nós falando... eu tava preparando ali na horta um canteirinho... daí eu tenho o costume de jogar... eu tinha o fogão a lenha ali, agora eu tirei. Mais tirava o cinzeiro e jogava tudo na horta né? Daí ela olhou e disse, "tia faz uma planta muito boa onde fica essa cinza, porque daí fica forte a terra. Assim nós uma vez lá em Arapoti". Ela falou, "a mãe sempre jogava a cinza assim do fogão lá num cantinho lá, porque o resto plantava, semeava uma verdura, não vinha nada. Ele vinha fortinho assim, daí morria. E daí diz que jogando aquela cinza lá, daí diz que veio do mato esse almeirão do mato, decerto nasceu lá um pé, lá no meio da cinza. Mais disse que era só pra ver que bonito... veio naquela cinza" (risos) Daí ela lembrou daquele lugar. Daí eu disse "pois é, vocês ainda conheceram o dito Arapoti, eu não" (risos) Eu não fui e é por causa do adubo né? Eu não posso dizer lá como é que foi, como é que era lá, porque eu não fui, nem conheci. De certo alguém se apossou do meu pedaço de terra lá (risos)⁹⁶

Luiza inicia sua fala lembrando de uma das mudanças que teve que fazer durante sua trajetória. Ela e sua família também tiveram que lidar com o processo de desapropriação/expropriação, ela não era uma grande proprietária, tanto que as suas terras não foram totalmente alagadas e, mesmo assim, a família decidiu vender o restante para os representantes da Itaipu. Afinal, o pedaço que Luiza utilizava para pastagem seria tomado pelas águas, logo ela não teria como cuidar de seus animais, tampouco cultivar alguma coisa.

⁹⁶ Luiza (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Luiza em 20/02/2012. Santa Helena-PR.

Portanto, o que ela continuaria fazendo nessa terra? A resposta que a família de Luiza indicou para essa pergunta foi uma negativa para a permanência. Decidiram então comprar com o dinheiro da indenização um terreno no distrito de Sub-Sede.

Como sua família, outras famílias de pequenos proprietários sem capital para novos investimentos também não tiveram muitas opções a não ser deixar as áreas em que até então viviam, seja por não terem mais possibilidade de prover o sustento com o restante da área, como aconteceu com Luiza, seja porque suas terras seriam totalmente alagadas, muitos não conseguiram se recolocar em Santa Helena, pois o dinheiro que receberam de indenização era insuficiente para comprar outra terra, no campo ou na cidade, ou em qualquer outro lugar.

Entretanto, nem todos os trabalhadores e pequenos proprietários que foram "privilegiados" com a promoção de assentamentos, como o de Arapoti, quiseram mudar para lá, Luiza foi uma dessas pessoas. Ela conta sobre o modo como os "funcionários" chegaram à sua casa.

O modo repentino com que chegavam e, de imediato, faziam a proposta de mudarem pode sim ser entendido como uma tática para retirar estes trabalhadores e pequenos proprietários, que não tinham grande capital para investir no município. Muitos visualizaram nesta dinâmica de mudança a possibilidade de melhorarem suas vidas, muitos não tinham sequer cinco alqueires de terra em Santa Helena e resolveram experimentar os assentamentos (como política de Reforma Agrária), ou projetos de colonização (indicados como política federal de expansão de fronteira).

A proposta tentadora quase foi aceita pelo marido de Luiza, mas ela avaliou que não seria a melhor escolha deixar toda a dinâmica de trabalho que já estava articulada em Santa Helena para rumar a outro município, sem saber o que iria encontrar por lá. A decisão de trabalhadores e pequenos proprietários indica limites, mas não passa sem avaliações.

A narrativa de Luiza sobre a plantação a cuidar, o alimento que possuíam, a dificuldade que enfrentariam vivendo em uma lona com crianças pequenas. Tudo isso, foram valores que pesaram, mesmo com a incerteza do que teriam após a saída da terra que seria alagada.

Ainda que a urgência das ações exija decisões, a leitura das pressões encadeia o conjunto de dificuldades e como outros compartilham esse momento e resolvem suas carências e expectativas de manter - apesar das mudanças - a vida no campo como dono

de um pedaço de terra, algo que Luiza ressalta não só como sua realidade e interesse, mas de muitos que conhecia. Como disse, ela não era a única pequena proprietária que recebeu essa proposta, muitos outros agricultores (trabalhadores sem terra e pequenos proprietários indenizados) receberam e aceitaram esse caminho. A irmã dela foi uma destas pessoas.

A narrativa que hoje é rememorada sobre os dias em Arapoti é retomada com a sobrinha que aponta para Luiza os limites do que se promove desigualmente como acesso a terra - "terra fraca" que não produz sem capital, falta de moradia, dificuldades frente ao acesso a sistemas de saúde, escolas, transporte, água etc. A saída desses sujeitos do foco de conflitos em Santa Helena não estabeleceu um fim dos embates, o sonho da propriedade no campo era vivido por muitos como um pesadelo e foi preciso redirecionar caminhos.

Muitas famílias, assim como a irmã de Luiza, voltaram para Santa Helena ou seguiram para outras cidades, assim que tiveram oportunidade. Era preciso juntar certa quantia em dinheiro para que pudessem retornar ou seguir outros rumos.

A preocupação na Prefeitura era desinstalar as tensões que dificultavam a reorganização da cidade e do campo, principalmente contando com o projeto estatal de desapropriação que promovia a legalização da expropriação de trabalhadores e limitação da permanência no campo para aqueles com propriedades de trabalho unicamente familiar. A expectativa dos royalties advindos da construção do reservatório de Itaipu era algo que consumava os administradores municipais e recheavam as falas na Câmara de Vereadores, muito mais do que as dificuldades de quem ficou ou foi pressionado e motivado a deixar o município.

No dia 24 de julho de 1980 os vereadores dos municípios atingidos compareceram à Câmara Municipal de Santa Helena e, após uma série de questões que enfatizavam o repúdio às indenizações pagas pela Itaipu, apontam um elemento comum, que não poderia deixar de ser lembrado em suas discussões, “Os municípios atingidos pela inundação devem receber mais recursos e obras a título de compensação e não os mesmos se concentrarem unicamente na cidade de Foz do Iguaçu”.⁹⁷

⁹⁷ SANTA HELENA. Câmara Municipal de Santa Helena. Ata nº. 552, 24 de julho de 1980. Livro nº.09, p 79. Acervo da Câmara de Vereadores de Santa Helena.

Três dias antes o processo de desapropriação foi motivo de ‘‘comoção’’ na Câmara Municipal de Vereadores da cidade de Santa Helena em prol dos desapropriados:

Em seguida ocupou a tribuna o vereador Juelci Ferreira dizendo que o movimento dos desapropriados é justo porque deseja apenas receber o valor real de suas terras, razão pela qual o apoio integral desta Câmara, porque são nestas oportunidades que o vereador deve retribuir o apoio (sic) que teve. O que é incompreensível - prosseguiu o vereador Ferrari - é que a Itaipu não enxergue essa tremenda injustiça que está cometendo, pois está sobejamente comprovado que o indenizado só pode comprar a metade da terra que possuía com a indenização que recebe. É uma inqualificável ingratidão levantar uma obra dessa magnitude às custas da miséria dos pobres agricultores.⁹⁸

Com essa fala o vereador demonstrou seu apoio à causa dos desapropriados, que ele chamou de agricultores. Ele demonstrou sua indignação com o baixo preço das indenizações recebidas por estes sujeitos. Disse ainda, que aquele era o momento dos vereadores agradecerem/retribuírem o apoio recebido obviamente nas eleições. Certamente aquele era o momento dos vereadores, deputados e tantas outras lideranças demonstrarem sua preocupação, com alguns dos sujeitos desapropriados, inclusive eles próprios. Além disso, novas eleições viriam, novas lideranças surgiram durante esse confronto com a Itaipu, e seriam estes que os apoiariam ou rivalizariam com eles as cadeiras e cargos políticos.

O político entrevistado em matéria de 1983 pelo Jornal de Foz do Iguaçu, Nosso Tempo, expressava em sua análise que havia "vários problemas pendentes", vinculados ao processo de constituição do Lago de Itaipu. Nesta matéria, a ênfase está em destacar a necessidade de conseguir financiamentos e projetos governamentais para os municípios lindeiros ("atingidos pela composição do Lago de Itaipu"), pois a avaliação é que, em grande medida,

O comércio está fechando as portas, vilas estão se transformando em taperas, os lotes urbanos que outrora tinham valor comercial nada valem e escolas com reduzido número de alunos paralisaram as aulas e moradores ficaram isolados, sem transporte.⁹⁹

⁹⁸ SANTA HELENA. Câmara Municipal de Santa Helena. Ata nº 551, 21 de julho de 1980. Livro nº. 09, p. 75. Acervo da Câmara de Vereadores de Santa Helena.

⁹⁹ SPADA denuncia: Lago de Itaipu trouxe estagnação a dezenas de vilas. **Jornal Nosso Tempo**, Foz do Iguaçu, 19 a 26 de maio de 1983, p. 3. Disponível em: <<http://www.nossotempodigital.com.br/edicao/69/>>, Acesso em: outubro de 2012.

Ainda que essas questões se remetam aos que permaneceram nesses locais, a indicação dessa realidade era feita para fomentar recursos para os administradores municipais.

Para muitos, essa mudança foi vivenciada como insegurança em um processo muito desigual, em que compor frentes de movimentos por acesso a terra e, por vezes, aceitar a saída em direção ao “norte” – oferta disseminada por corretores, familiares e amigos – aparecia como vantagem mais lucrativa, pelo valor reduzido pago pela terra ao se dirigir para regiões do centro/norte do país (Mato Grosso, Rondônia, Pará, Acre etc.).

Sobre o direcionamento de muitos sujeitos para outras regiões torna-se pertinente destacar que essa foi uma prática que prioritariamente teve como protagonistas aqueles que foram indenizados ou aproveitaram aquele momento para vender suas terras em Santa Helena diante da promessa de se tornarem grandes proprietários ou empresários em regiões de expansão da ocupação de fronteira.

Isso não quer dizer que parte dos trabalhadores (assalariados, parceiros, diaristas, arrendatários e donos de posses) também não se envolveram nesse processo, em busca de trabalho e aquisição de terras nessas regiões. A intensa propaganda de produtividade e de baixo custo na aquisição de terras, associada às alterações onde viviam – expropriação e diminuição de postos de trabalho no campo –, aparecia como um estímulo a novas tentativas de encaminhar a vida.¹⁰⁰

Como discutíamos anteriormente, mesmo aqueles que foram indenizados, esse pagamento assumiu formas diferenciadas, propositadamente para desmobilizar pressões sobre o Consórcio da Itaipu. Germani sugere que:

A forma de negociação adotada pela empresa foi a de “comprador para vendedor”. Isto é, Itaipu comprava a terra do colono e este, com o dinheiro tinha a “liberdade” para escolher um lugar onde se instalar novamente. A única preocupação que a empresa demonstrou com relação ao reassentamento foi a de indicar, juntamente com o INCRA, uma relação de colonizadoras selecionadas e legais, isto é, que estavam “legalmente cadastradas” e com projetos “cadastrados pelo INCRA”. Estas colonizadoras credenciadas, mas outras tantas sem credenciamento, ilegais e até colonizadoras “fantasmas” invadiram a

¹⁰⁰ Um trabalho que propõe dialogar com essa experiência foi apresentado por Targanski. Ainda que o autor questione esse processo, incorpora grande parte das explicações estruturais hegemônicas ao indicar como esse processo aconteceu, oscilando entre história verdade, denúncia e heroísmo. O interessante, ao indicar este trabalho é avaliar como os sujeitos que entrevistou para o seu trabalho, isto é, pequenos proprietários de terra, avaliam – no final da década de 1990 – esse caminho que fizeram na passagem da década de 1970 e início de 1980 na formação, especificamente, da “Gleba Gaúcha” em Mato Grosso. Conferir essas reflexões em: TARGANSKI, Sérgio. **Rumo ao novo eldorado**. Marechal Cândido Rondon: Ed. Germânica, 2007.

região e, como disse um colono eram como “corvo em carniça”. Foram estas colonizadoras que deram, de certa maneira, um direcionamento no fluxo migratório provocado pela desapropriação, dirigindo-o, em sua maior parte para Mato Grosso e Rondônia¹⁰¹.

A autora destaca a forma de negociação dinamizada pelos dirigentes da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Dentro dessa dinâmica de negociação a empresa deixava o desapropriado livre para escolher aonde iria se instalar com sua família e construir novas relações com o trabalho.

Avalio que as denominações feitas por Germani - ‘comprador e vendedor’ - nos possibilitam perceber as relações elaboradas frente a esta prática de desapropriação/indenização, no sentido em que a os idealizadores/dirigentes da empresa assumiram a postura de compradores e os proprietários de terra, sem ter outra opção, passaram a ser os vendedores. Embora esta relação entre ‘comprador e vendedor’ tenha sido construída de maneira forçada e excludente, ela, evidentemente, tornou-se representativa das relações capitalistas que se firmavam no campo, como modo de dirigir as alterações no modo de produzir e organizar as ocupações do meio rural.

Essas práticas atenderam, também, àqueles que seriam privilegiados com a intervenção no modo de uso das terras que costumeiramente se estabelecia - incluindo interesses do Estado e de grandes proprietários - que procuravam intervir nas ocupações sem registro que eram representativas do modo de se tornar agricultor em Santa Helena e muitas cidades do Oeste.

Nesse sentido, que liberdade proprietários indenizados e trabalhadores sem terra tinham para se estabelecer em outro lugar? A suposta liberdade foi intermediada, em grande medida, pelas companhias colonizadoras, como indicou Germani e tantos outros que vivenciaram e narraram sobre esse processo.

A única preocupação da empresa foi selecionar empresas colonizadoras cadastradas junto ao INCRA para direcionar os trabalhadores e proprietários que estavam saindo forçadamente do município para outros lugares. Ou seja, o nome da Hidrelétrica era, a partir dessas articulações de promoção fundiária, desvinculado das desapropriações, para compor parte entre os que promovem o acesso a terra por colonização de fronteiras.

Os representantes das colonizadoras certamente visualizaram nessa dinâmica uma forma de aumentar seus lucros, tanto que as colonizadoras que não estavam

¹⁰¹GERMANI, Guiomar Inez. **Op. cit.**, p 79.

cadastradas no INCRA inflavam a disputa da venda de terras, visitando possíveis interessados em se vincular aos seus empreendimentos.

Alguns pequenos proprietários permaneceram em Santa Helena, seja porque tenham sido indenizados no início do processo, ou porque ainda assim conseguiram comprar terra com preços que limitaram a quantidade e a condição da terra, mas garantiu-lhes ter terra ou casa na cidade. Gustavo foi um deles. Atualmente vive com sua mulher e dois de seus três filhos na Linha Aparecida¹⁰². A família tem como fonte de renda a produção de leite, que é vendida para um laticínio do município de Missal¹⁰³. Gustavo destaca que:

Pesquisadora: E porque que vocês resolveram vim de lá [Santa Catarina] pro Paraná?

Gustavo: Aconteceu que já tinha parente morando pra cá, daí aconteceu que o pai veio passeá pra cá e daí gosto do lugar aqui né? Daí já comprô aqui. Daí voltô lá, vendeu lá e comprô aqui.

Pesquisadora: Lá a terra era de vocês?

Gustavo: É, era nossa também.

[...]

Pesquisadora: E era aonde, quando vocês compraram, era aqui mesmo?

Gustavo: Era aqui mesmo, é o mesmo pedaço ainda. Só foi indenizado né? Fico... era 10 alqueire né? Daí foi indenizado quatro, daí fico cinco, seis né?

Pesquisadora: É seis.

Gustavo: Aí depois, quando o meu pai foi indenizado aqui, o meu pai foi morá em Rondon né? Com o dinheiro que foi indenizado, daí ele comprô um pedaço lá em Rondon e ficô lá e eu segui morando aqui.

Pesquisadora: E na época quando vocês foram indenizados o senhor ouviu falar do Movimento Justiça e Terra, que o pessoal ficou um tempo lá na frente do escritório da Itaipu?

Gustavo: Sim, ouvi falá bastante, sim. Tinha bastante gente que foi daqui pra esse acampamento, que foi acampa lá né? Eu mesmo não fui, mais o meu pai foi né? Naquela época ficaram uns dias por lá né? Fizeram tipo um protesto ali pra... eu acho... pra pagá melhor. Porque a proposta era ruim, daí depois parece que eles pagaram um pouquinho melhor daí.

Pesquisadora: Então o movimento era pra aumentá o preço?

Gustavo: Pra aumentá o preço né? E pra recebê mais antes, porque tava demorando e não recebia. E daí perdia negócio né? Às vezes comprava uma área e dai com que ia...

Pesquisadora: Não tinha como pagá?

Gustavo: Não tinha como pagá, e daí os cara cai fora. Às vezes perdia negócio bom né? Que nem meu pai mesmo, podia tê comprado uma área aqui, mais como demorou, depois não consegui né? Quando

¹⁰² A comunidade de Linha Aparecida compõe o distrito de São Clemente, Santa Helena-PR.

¹⁰³ Gustavo vende a produção de leite para o Laticínio Dom Armando, localizado na cidade de Missal-PR.

recebeu, o cara já tinha vendido né? Dai ele teve que morá lá pra Rondon. Compro lá uns seis alqueire de terra... ele comprô lá.

Pesquisadora: E vinha políticos no movimento?

Gustavo: Ah vinha. Vinha uns deputados, vinha bastante político. Assim, eu nunca fui pra vê, mais disse que vinha bastante políticos assim.

Pesquisadora: Vinha pra apoiá o pessoal?

Gustavo: Vinham pra apoiar o pessoal, com certeza. Porque o pessoal não tava recebendo. Mais no fim acho que todo mundo recebeu.

Pesquisadora: Então, depois do movimento eles começaram a pagar antes, ou ainda demorava?

Gustavo: Parece que apressaram mais, porque daí a turma começô de recebe né? Daí a turma foi se ajeitando.

Pesquisadora: Muita gente participou.

Gustavo: Bastante gente.

Pesquisadora: Mais teve gente que não foi? O senhor conheceu alguém que não foi?

Gustavo: É, teve gente que não ia né? Que não se preocupava muito com isso né? De repente não queria comprá outras área de terra, daí não tava com pressa de recebê, não se preocupava, não ia né? Mais aqueles mais, que já tinha negócio, eles ia mais porque...

Pesquisadora: Pra recebê logo e podê comprá outra terra.

Gustavo: Recebê e comprá outra terra.¹⁰⁴

Antes de morar em Santa Helena, Gustavo e família residiam no Estado de Santa Catarina. De acordo com ele alguns de seus familiares já moravam no município de Santa Helena e como seu pai ao visitar estes familiares gostou do lugar, também vieram se estabelecer na cidade por volta da década de 1960. Entendo que a família de Gustavo, assim como não tomou a decisão de mudar para Santa Helena apenas por terem gostado do lugar, este “gostar” está ligado às possibilidades de melhora de vida que sua família visualizou no município.

No decorrer de sua fala ele também faz sua interpretação sobre as ações do Movimento Justiça e Terra e os sujeitos que aderiram a ele. De acordo com Gustavo reivindicavam o aumento e o pagamento imediato das indenizações, pois muitos acabaram perdendo negócios em decorrência da demora no ressarcimento.

José também faz sua interpretação frente sua trajetória, ressaltando algumas relações construídas por ele e sua família entre as décadas de 1970 e 1980:

Pesquisadora: O senhor falou que trabalhava com hortelã como é que é?

José: Era ruim trabaia com hortelã era bicho feio era ruim, tinha que corta o hortelã rastela, tinha dia de sábado a gente trabaia o dia de sábado todinho, virava o domingo todinho nos alambique, alambicando aquele hortelã pra faze o óleo era sofrido, era sofrido

¹⁰⁴ Gustavo (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Gustavo em 12/05/2012. Santa Helena-PR.

naquela época era sofrido, ai depois que acabo a roça do hortelã que não dava mais lucro ai nós mudo pro soja, milho, corta soja a muque na foicinha ai quando acabava ajuntava aquele soja, ai depois levava na triadeira pra gente tria aquele soja era sofrido depois era carrega e vende.

Pesquisadora: E lá vocês ganhavam por mês?

José: Não naquele tempo a gente trabaiva por dia .

Pesquisadora: Mais moravam na terra dele?

José: É, morava na terra dele, e trabaiva por dia ,naquela [época] era por tarefa a gente cortava hortelã por tarefa , a gente morava na terra dele assim cortava uma quarta a gente media e cortava assim as veiz era uma quarta de terra depende o que a gente podia corta no dia,ai cortava e leva pro alambique ai fazia óleo de hortelã depois vendia, era dele.

Pesquisadora: Era aqui em Santa Helena mesmo?

José: Era, aqui em Santa Helena mesmo.

Pesquisadora: E o senhor sai de lá e foi pra onde?

José: Há dai eu sai de lá, ai eu vim mora no Antônio Buke, lá eu plantava soja e milho, soja e milho.

Pesquisadora: E o senhor morava na casa dele?

José: Sim eu morava na terra dele, ai fiquei uns par de ano Antônio Buke ai depois eu sai do Antônio Buke ai fui toma de conta das terra do Nelto, dai eu fiquei plantando lá também trabaivando, plantava soja, milho eu dava a porcentagem pro Nelto naquela época, ai depois do Nelto foi que sobrô[dinheiro], dai eu comprei essa moradia que eu comprei ali.

Pesquisadora: Mais assim porque o senhor saiu lá da plantação de hortelã pra vim trabalha no Antônio Buke?

José: Por que lá eu trabaivava, ganhava pelo que eu fazia, que nem eu falei eu fazia uma quarta ou duas, dai era um trabaio que dava lucro só pra ele, ai eu resolvi que não dava lucro fica lá trabaivando só pra ele, ai eu peguei e arrendei uma terra do Buke, ai eu dava a porcentagem pra ele, no Barbosa eu ganhava pelo que eu cortava assim uma quarta ou duas e ganhava aquele salariozinho, aquela micharia que ele pagava pra gente corta o hortelã, ai no Antônio Buke não eu arrendei a terra eu fui trabaiaí na terra ai o que eu plantava eu dava a porcentagem pra ele do que eu colhia, eu colhia soja, milho então eu pagava em produto pra ele eu dava a renda pra ele ai foi onde eu achei que foi melhor, ai eu fiquei lá uns quanto tempo ai fui lá pro Nelto, ai no Nelto era a mesma coisa eu dava a porcentagem, eu trabaivava na terra dele e dava a porcentagem não sei se era vinte ou vinte e cinco que eu dava pro Nelto então era aonde eu sai do hortelã por causo disso, porque lá eu só dava lucro pro Bastião Barbosa, pra nós era só aquele ganho que nós cortava o hortelã pra ele e quando eu sai de lá eu fui trabaiaí por minha conta, planta e dá a porcentagem pro dono da terra, ai foi aonde eu achei que era melhor

[...]

Pesquisadora: E vocês arrendavam a terra e trabalhava toda a família?

José: É, trabaivava nós tudo.

Pesquisadora: E o senhor estudou?

José: Não estudei nada.

Pesquisadora: Por quê?

José: Porque não dava certo, eu não tinha ideia fiquei sem estudar mesmo

Pesquisadora: Então lá no Antônio Buke o senhor arrendava a terra e dava a porcentagem pra ele?

José: É dava a porcentagem pra ele e na terra do Nelto também eu trabalhava e dava a porcentagem pra ele.¹⁰⁵

José destaca diferentes trabalhos em fazendas até conseguir não precisar trabalhar para os outros e depois de aposentado mudar-se para a área urbana do distrito de São Clemente. As experiências deixam claro que o processo de desapropriação não foi um fator que direcionou os rumos/alternativas de trabalho dinamizados por e sua família, ainda que tenha informado sobre as mudanças que estavam acontecendo no campo diante desse processo.

Desse modo ele faz sua leitura das dinâmicas de trabalho que vivenciou. Assim quando ao trabalho com o hortelã, ele não deixa de falar sobre as dificuldades que experimentou, mas ele sabia que naquele momento ao chegar em Santa Helena, mesmo que existissem dificuldades nas formas de trabalho, na baixa lucratividade da produção, essa era a alternativa possível para manter a renda de sua família. Entretanto, assim que consegue visualizar outras articulações José procura em alguma medida alterar a vida de sua família.

Em meio a essas mudanças e procura de melhores relações de trabalho José arrendou uma área de terra. A relação entre José e o proprietário das terras -Buke - expressa as tensões e disputas constituídas no campo entre as décadas de 1970 e 1980, diante disso o proprietário não hesitou em mandar José sair de suas terras assim que elas ficaram prontas para o cultivo, posição muito vantajosa para o proprietário afinal José e sua família já tinham feito tudo o que era necessário para que estas estivessem aptas para serem cultivadas, logo não era mais vantajoso para o proprietário a presença da família de José.

Pesquisadora: Mais se no Buke o senhor arrendava a terra e no Nelto também porque o senhor saiu do Antônio Buke?

José: É...mais porque no Buke ele precisava da terra, que ele queria trocar quando a terra tava boa, daí ele precisava da terra pra planta aí eu arrumei outro...daí foi o caso que eu arrumei a terra do Nelto daí fui pra terra do Nelto..

Pesquisadora: E o senhor morô lá no Buke antes dele sê indenizado ou depois?

¹⁰⁵ José (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de José em 04/04/2012. Santa Helena-PR.

José: Não era antes da indenização, antes da indenização, antes de chega o lago faz anos.

Pesquisadora: Então o senhor já tava na terra do Nelto?

José: Já tava na terra do Nelto, eu não lembro o ano mais eu já tava na terra do Nelto quando o lago começo a subi, eu sai da terra do Buke e fui pra terra do Nelto.

Pesquisadora: O senhor falou que quando trabalho lá no Nelto o senhor conseguiu ajunta um dinheiro e compra uma terra né? E lá oque o senhor fazia?

José: Plantava soja milho, tinha umas vaquinha de leite ai fiquei por ai, sai das terra dos outro.

Há ali eu vendi por causa duma água que não tinha água, ai de uma bronca por causa da água ai foi obrigado eu vendê, ai o dono da fazenda mesmo comprô.¹⁰⁶

Frente a isso, o entrevistado avalia que o último trabalho foi o melhor, certamente ele faz essa avaliação, pois foi nesse momento que conseguiu guardar algum dinheiro para comprar suas próprias terras que, posteriormente, teve que vender.

O que lhe pressionou vender a terra foi o constante conflito com o vizinho "fazendeiro". A terra, adquirida com economias do trabalho, procurando não mais "trabalhar pros outros", não impediu continuar a enfrentar relações desiguais no campo. Pois, para garantir a compra a preço acessível, a área que adquiriu não tinha acesso a água, ou outro meio de provê-la sem custos, senão pelo uso do acesso a água do vizinho.

Algo que se tornou um problema, prolongado por seis anos. Ao intensificar as brigas e avaliar a condição distinta nesse confronto, acabou por vender a pequena parcela de terra que possuía ao "proprietário da água", que ampliou sua propriedade após essa pressão por expulsá-lo.

Após isso, José compra uma nova área, em menores proporções, conseguindo permanecer no campo mais 12 anos, atravessando toda a década de 1990. Ao conversarmos repassa seus caminhos de trabalho, moradia e ocupações, até o momento em que conseguiu aposentar-se. Com isso, vendeu a terra e comprou uma casa na área urbana do Distrito.

As reflexões de José sobre sua não participação no Movimento Justiça e Terra, ajuda a perceber as relações desiguais construídas neste campo conflituoso de mudanças. José era arrendatário e, além disso, exercia trabalhos de diarista para diversos proprietários de terra. Ele, ao contrário de Antônio, não chegou a ser

¹⁰⁶ José (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de José em 04/04/2012. Santa Helena-PR.

proprietário nem mesmo de uma posse, mas não deixou de ser um agricultor durante esses percursos de embates e alterações nas relações de trabalho e no como viver no campo. Ele destaca em nossa conversa as seguintes questões sobre esse processo:

Pesquisadora: E o senhor lembra daquele acampamento, que o pessoal ficou lá na frente do escritório da Itaipu o justiça e terra?

José: Eu vi falá, mais eu não fui lá vê. Mais falaram mesmo que fizeram um acampamento, mais só que eu não fui lá vê. Eles fizeram mesmo.

Pesquisadora: E por que o senhor não foi?

José: Eu não.

Pesquisadora: Por que não?

José: Porque eu não vou andar atrás do que não é meu, do que não era meu. Andá atrás do que é dos outros, nunca!! O cara tem que andá, corrê atrás de um futuro, pro caratê o que a gente derrama do suor da gente e comprá pra gente. Mais, andá atrás do que não é da gente, do que é dos outros, nunca! Corrê atrás do que é dos outros, corre atrás do que é dos outros, eu nunca fui atrás disso. Quando nós entremo ali na Sanga Natal tinha um matão e os cara falava, "porque tu não entra ali, não vai grilá um pedaço de terra?" Eu digo: "eu não, não sou louco, a terra não é minha". Vô eu lá me apossá no mato, abri um pedaço lá, chega o dono lá e me mete... bate lá... eu vô tê que corrê de lá. Pra pegá o que não é meu, enfrentá... se não é meu a terra, nunca! Nem fala, o dia que Deus me desse a sorte de eu trabaiá com meus filho e comprá uma coisa que é minha, tudo bem. Mais corrê atrás do que é dos outro nunca fui. Nunca fui e nem vou atrás do que é dos outro.

Pesquisadora: Então a terra não tinha dono.

José: Claro que tinha dono, não existe nada sem dono. Ou um ou outro, mais tem dono sim. Tinha dono sim, até hoje o cara pode i na maior fazenda que tem, mais tem dono. O dono aparece, mais se não aparecê o governo é dono daquilo ali. Não existe nada sem dono, tem dono. Se o cara diz, vê um mundão de terra que nem Amazonas, Mato Grosso, onde tem bastante terra, o cara diz que não tem dono? Tem, ou mais cedo ou mais tarde tem, ou o governo é o dono ou um deputado, um senador, que essas fazenda, esses mundaréu de terra só pertence pra esses grandão. Ou o governo, ou senador, ou deputado é esses home é dono desse mundo dessas terras. Tudo no mundo tem dono, não tem nada sem dono.

Pesquisadora: Então o senhor não foi porque não era seu.

José: É, eu ia sabê, porque não era minha, e eu ia pra lá o dono chegava e me pedia "com qual ordem o senhor tá derrubando aqui?" O que era que eu ia fazê? O dono ia dizê "rua". Ai eu tinha que corrê e entregá a terra do dono.¹⁰⁷

José ouviu falar do acampamento, organizado pelos líderes de trabalhadores e proprietários que participaram do Movimento Justiça e Terra, em frente ao escritório da Hidrelétrica de Itaipu em Santa Helena. Entretanto, ele não participou do mesmo. Nesse

¹⁰⁷ José (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de José em 04/04/2012 Santa Helena-PR.

sentido, José indica que não participou porque nunca correu atrás do que não era seu, logo ele não iria participar de uma dinâmica de reivindicações que defendiam interesses que não eram os seus.

Na tentativa de justificar seu posicionamento, ele se lembra da época em que morou na comunidade de Sanga Natal¹⁰⁸, onde muitas pessoas diziam para que ele grilasse um pedaço de terra - algo comum e que avaliavam ser possível garantir a propriedade, devido às disputas em andamento. A oposição a ocupação de terras se dá pelo fato de que ele não considerou, no presente, indicar essa dinâmica como legítima, ainda que muitos trabalhadores tivessem adotado esse posicionamento. Entretanto, os conflitos e mortes diante da disputa por terras na cidade também podem ter fortalecido o posicionamento negativo de José sobre essa prática.

Dentro desse conjunto de pressões, José não grilou nenhuma terra, mas sua fala deixa bem claro que muitos trabalhadores diferentemente dele não se importaram com a chegada de um possível dono e foram viver e trabalhar nestas áreas e visualizaram na “grilagem” uma possibilidade de conseguir certa estabilidade e alterar suas condições de vida.

Estas articulações sociais abrem margem para pensarmos os conflitos por terra experimentados em Santa Helena entre as décadas de 1960 e 1980. Estes conflitos são evidenciados também na fala de Antônio:

Pesquisadora: E vieram do que de lá pra cá?

Antônio: Viemo de caminhão a noite e dia.

Pesquisadora: E veio mais gente com vocês?

Antônio: Viemo entre três, três mudança, dois caminhão. Oito dia. Maior sofrimento, trouxemo criação, criação né? Só descarregando, descarregando, não era fácil. Aí chegemo aqui era um banditismo incrível né? O primeiro dia que eu descarreguei a minha mudança aqui descarreguei aqui na casa do finado Lotário, ele tinha uma casinha ali [aponta para a região onde era a propriedade]. No outro dia cedo (eu levantei cedo né?), tratá as vaquinha, os porco e tudo né? Trouxe duas vaca, dois porco... oiei na estrada vinha vindo dois burro, os cara atado pelo pé com as cabeça pra baixo assim [faz o gesto]. Quatro morto, dois em cada burro. Velaram em cima de umas tábua assim, numas casa aí... num bolão veio aí. Na época (era novo né?) eles tava fazendo... velaram ali na frente. No outro dia, abriram um buraco ali, botarão lá os quatro sepultado na mesma cova. Era um banditismo muito triste. Eu não vortei mesmo pro Sul de vergonha (risos) porque era bicho feio. Passô umas duas semana metero uns caco de pedaço de panela e parafuso num tal de Gaúcho, arrasaram com uma doze... era um banditismo muito triste... jaguncero.

¹⁰⁸ Sanga Natal: Comunidade rural pertencente ao distrito de São Clemente, Santa Helena.

Pesquisadora: E eles matavam as pessoas por quê?

Antônio: Matavam...essa fazenda Ivanque ali [aponta para a região da propriedade], se irem hoje abri uns poço que tem ali, a quantia de osso que não tiram!! Porque o dono pagava os peão pra roçá e derrubá e depois pagava um ou outro pra matá.

Pesquisadora: Matá o peão?

Antônio: Eles se matavam entre eles. Por exemplo, você e ele tavam trabalhando lá, os dois junto, ai o fazendeiro sempre prometia "vou te dá tanto e aquilo que vocês ganhá pra você i lá e matá fulano". Ai ele ia lá e abria uma cova levava fulano lá abria uma cova e jogava dentro. Ai ia e pedia pro fazendeiro tanto né? Ai ia... [...] Tinha um poço ali coisa incrível.

Pesquisadora: Então tinha bastante bandido aqui?

Antônio: Bandido era o que mais tinha aqui. Há isso não passava dois dia sem matá ninguém. Tu vê o Braço do Norte [Comunidade rural] deu um rebulição. Não sei se vocês já tavam morando ai no tempo de...isso foi em [19]70. Aquilo trancô o rio do tanto de gente que mataram. Aquela cachoeira, aquilo qualho de tanto colono, posseiro, jagunço. Ali morreu mais jagunço do que posseiro.

Pesquisadora: Os jagunços matavam os posseiros porque o patrão mandava? Por que tava ali na terra deles?

Antônio: É e os posseiro se reunia e matava os jagunço também¹⁰⁹.

Antônio indica que muitas famílias estavam, assim como ele, vindo do Estado do Rio Grande do Sul para a cidade de Santa Helena durante as décadas de 1960 e 1970. Estavam à procura de novas dinâmicas e de melhores condições de vida. Mas quando chegaram na cidade, ela não estava aguardando-os com terras para serem distribuídas tranquilamente. Muitos sujeitos já articulavam suas vidas pelos campos do município.

Frente a isso, Antônio destaca as constantes mortes que ocorriam no município. Nesse contexto, Antônio diz que vontade de voltar para o Rio Grande não lhe faltou, mas a vergonha fez com que ele continuasse a viver em Santa Helena.

Acredito que o motivo que fez Antônio continuar em Santa Helena, mesmo que o medo da violência fosse escancarado, não foi apenas a vergonha. Antônio experimentou a condição de proprietário e, certamente, reconhecia um universo de dificuldades para se instalar e sobreviver com o retorno ao Rio Grande do Sul, como disse Jair "a única coisa que nós... é... que nós estranhemo bastante foi só essa jagunçada memo né? Porque trabaiaá, nós trabaiaava que nem loco lá no Rio Grande e chegemo aqui, uma terra boa dessa né? Lá era terra ruim né?"¹¹⁰.

Por isso, Antônio e Jair conviveram com a incerteza de que seriam, ou não, os próximos a serem expulsos, ou ameaçados de morte em meio às disputas por terra. O

¹⁰⁹Antônio (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Antônio em 26/01/2012. Santa Helena-PR.

¹¹⁰Jair (pseudônimo) Entrevista realizada pela autora na residência de Jair. Santa Helena -PR.

que eles reconheciam era que se isso não acontecesse poderiam conseguir se legitimar como dono de alguma área de terra.

E Jair seguindo os conselhos do sogro, que também possuía terras dessa natureza no Rio Grande do Sul, na sua interpretação, “o Estado não toca ninguém, é só trabaia. Um dia lá, pode pagá os papel”. Porém, essas palavras parecem não ter diminuído a angústia frente às constantes notícias de mortes e repreendas na área rural de Santa Helena durante esse período, indicando um processo tenso anterior às desapropriações da Hidrelétrica e que se intensificou provocando novas alternativas e proposições frente às expropriações de modos de viver e trabalhar para promover o alagamento das terras.

Durante nossa conversa destaca o que aconteceu depois que ele já se intitulava “proprietário”, momento em que possuía a escritura da antiga posse, ele valoriza como se saiu na condição de “desapropriado de Itaipu”:

Pesquisadora: Mas o senhor veio quando? Era criança ou já era casado?

Jair: Não eu já era casado, casei no dia 26 de janeiro e no dia 19 de junho nós saimo de lá, dai chegemo aqui no dia 21, em Santa Helena. Posemo em Foz do Iguaçu uma noite e outra Santa Helena, dai viemo nos mato aqui, dia 21 de junho de 1963. Dia 21 de junho de 1963.

Pesquisadora: Dai o senhor casou e dai, por que resolveu vim pra cá?

Jair: Por causa que o sogro, nós era meio pobrão sabe? dai o sogro comprô aqui quatro, seis colônia de terra dai ele falô assim, se eu quisesse ele me dava cinco alqueire, dava pra mim vim pro plumo e dai eu concordei, eu falei “sabe, eu vô”

[...]

Pesquisadora: Então quando vocês moravam lá embaixo dai vocês tinham dez alqueire?

Jair: É dai cada ano eu comprava um pedaço dai eu fiquei com vinte e um alqueire aqui dai foi indenizado um alqueire e meio mais dai eu fui bem sabe dai eu comprei cinco alqueire aqui.

Pesquisadora: Foi indenizado pela Itaipu um alqueire e meio do senhor?

Jair: É dai botei mais seiscentos mil, seiscentos conto na época antiga, ganhei dois mil e quatrocentos e vinte mil e paguei três mil lá pro Sergio lá de Rondon o Nelto da casa Sergio, é que ele tinha essa terra aqui dai eu comprei, dai eu di três alqueire pro meu piá, que tá morando ali, o Gauchinho, dai já saiu né? dai fiquei com dezenove, dai eu comprei ali onde que tá aquele chiqueirão do Geraldo, era dum piá meu mais véio, eu comprei separado, era fora dos vinte e um, dava vinte e quatro com aquele, dai eu garrei, dei três alqueire pra ele, o mais véio, e dai ele vendeu, não tá mais lá, agora tá lá embaixo, na fazenda dos Allegrete ali. Óia nós passemos... se fosse contá dava quase um dia, nós chegemo de levantá de noite claro de lua, quatro hora e i cortá soja de foicinha sabe? naquela época não tinha, e dai eu

tinha comprado uma triadera, que foi os primero sete alqueire e meio da terra, eu paguei a terra pro [...] com uma triadera, eu tinha comprado a triadera e dai veio um cara ali no Braço do Norte não queria ficá e dai eu di a triadera em troca de sete alqueire e meio, e dai troquei [...] né? Eu di aqueles sete alqueire que eu ganhei da triadera e salvei sete alqueire dessa aqui onde nós temo e o resto dai eu fui comprando, comprei dois alqueire ali no morro, dai comprei mais esses cinco alqueire aqui, comprei mais aqueles três que eu di pro [filho] e comprei mais três do irmão dela quando ele foi embora lá pra São José [das Palmeiras]. Tudo tirado daqui. Da Taipu [Itaipu] foi só esses cinco alqueire, ainda tive que emendá 600 conto.¹¹¹

As dificuldades enfrentadas ao longo de sua vida são ressaltadas como superação ao destacar a ajuda que conseguiu dar aos filhos, mesmo que esses se utilizassem da terra para outras aquisições e aspirações futuras, haja vista que venderam as terras que havia lhes dado. Sendo assim em nenhum momento ele menciona o fato de ter tido apenas parte de suas terras indenizadas como algo ruim.

Analisando esse modo de apresentar sua trajetória é inegável que apesar das dificuldades vivenciadas, o que ganha destaque são as condições que tiveram para reelaborar suas vidas após o processo de desapropriação. Eles conseguiram se sair bem com a indenização e compraram sete alqueires de terra, mesmo tendo colocado um pouco a mais de dinheiro para que a compra fosse garantida em um bom lugar. Avaliar hoje esse processo lhe permite amenizar o trabalho extra que realizou para que pudesse garantir a compra da terra e as novas aquisições, assim como as pressões vividas e negociadas para que os jagunços não lhe expulsassem da terra.

No entanto as situações dos demais sujeitos que vivenciaram este processo na área rural de Santa Helena, e suas experiências mesmo antes de lidarem com esta mudança forçada em suas vidas, não foram as mesmas. Nem todos tiveram um sogro com possibilidades de lhes ajudar, nem todos conseguiram vender ferramentas e dias de trabalho para pagar suas terras e comprar mais alqueires do que os perdidos para a Itaipu. Nem todos tinham terras ou a possibilidade de comprá-las de um suposto dono que se apresentou para reivindicar e ameaçar de retirá-lo de lá.

A conversa com Luiza ajuda a perceber que havia outros sujeitos que não compartilhavam das mesmas possibilidades, ou mesmo a distinção entre proprietários mais abastados que ele. Muitos não tiveram as mesmas condições para reelaborar suas relações de trabalho, moradia e modo de viver após esta mudança, mesmo sendo agricultores. Luiza foi uma dessas pessoas:

¹¹¹Jair (pseudônimo) Entrevista realizada pela autora na residência de Jair. Santa Helena -PR.

Luiza: Eu vim do Rio Grande, dai morei um tempo em Capanema, dai dali de Capanema que eu vim pra cá, qué dizê ali embaixo, numa chácara, dai quando a gente comprô ninguém tava falando em indenização né?, dai compremo numa boa, ah dai quando foi um tempinho, dai começô aquela movimentação de indenização, dai logo, logo a Itaipu apareceu fazendo, medindo as terra, aonde ia pegá a água e tudo, mais dai eles fãlaro né? “se querem ficá aqui, a gente pagá só a parte que é indenizado né? dai o resto vocês pode ficá”, mais dai o que que adiantava? se a parte que a gente mais precisava, vamo dizê era o potrero, gramado, pasto né? que mexia com as vaca né?, Criação... dai igual ia sê indenizado, dai foi aonde a gente foi assim comprá outro lugar bem mais difícil, bem lá nos morro pra lá.

Pesquisadora: E quando vocês moravam lá, o que vocês faziam, como era morar lá?

Luiza: Ali a gente plantava, criava criação tudo os animalzinho doméstico e plantava, dai a indenização veio, dai foi onde a gente foi indo, que nem a Itaipu pagô mixaria, pagava pra tudo mundo uma mixaria né? Dai procurava um lugar, a gente procurô lugares melhores né? Mais o dinheiro não alcançava, não alcançava de jeito nenhum, dai a gente teve que compra lá pros mundo de São Miguelzinho, pra aquelas banda lá, dai a gente foi compra lá né? Aqui nós tinha, eu acho que dava mais de um alqueire de terra né? Era mais de um alqueire, um e meio eu acho, lá nós não compremo nem... eu acho que não dava meio alqueire, e ainda seco de água, seco, não tinha água, só tinha uma fontezinha assim, uma mina de água, uma pocinha, não tinha luz elétrica também, era difícil, longe de escola, tinha uma escolinha lá assim né? De primeira a quarta série, dava, acho que dava, nem sei se dava aula até a quarta série, depois fechô. Dai depois acabemo vendeno lá, de novo apareceu negócio. Dai vendemo lá, pra sai de lá, porque sem luz, também não tinha luz, era muito longe, só tinha dois morador, era só nós e mais um outro lá, aquele tava também vendeno né?, também era tudo sitiado de fazenda, dai não conseguimos mais comprá, dai compremo aqui...

Pesquisadora: Então as casa que não dava pra tirá eles indenizavam?

Luiza: Sim, que dizê não sei, que nem nós ali, vendemo tudo né? vendemo dai foi indenizado tudo, porque o meu marido falô, “eu só sai daqui se for indenizado tudo, porque eu não vô fica só com esse pedaço”.

Pesquisadora: Dai a Itaipu mesmo comprô?

Luiza: Sim.¹¹²

Atualmente Luiza reside em Sub-sede¹¹³, mas antes disso havia morado em outros lugares. A chácara da família de Luiza não foi totalmente alagada, mas o que é que iriam fazer naquele lugar, só com a casa? De que maneira ela iria conseguir sustentar seus filhos, se até então sua fonte de renda estava diretamente ligada à terra que agora passaria a fazer parte do reservatório de Itaipu? Mesmo o técnico

¹¹²Luiza (pseudônimo). Entrevista realizada com a autora em fevereiro de 2012, Santa Helena-PR.

¹¹³Sub-sede é um dos distritos administrativos do município de Santa Helena.

desconsiderando essas questões, o marido de Luiza não abriu mão, “eu só sai daqui se for indenizado tudo, porque eu não vou ficar só com esse pedaço”.

Ao saírem da chácara adquiriram então uma área menor em São Miguelzinho¹¹⁴. Apesar de terem procurado um lugar melhor, conforme ela destaca, o preço da terra estava em alta, diante da grande procura frente às desapropriações, sugerindo que o valor recebido como indenização não garantia a compra equivalente ao que havia sido perdido, seja em tamanho ou qualidade, o que compunha uma das principais queixas dos desapropriados.

Avaliando a situação de parentes e outros conhecidos que não conseguiram comprar outra terra, no momento, era isso que estava ao alcance de Luiza, sendo em São Miguelzinho que a família permaneceu. As dificuldades eram muitas (transporte, escola, luz, água) e a terra da família era cercada por fazendas, a única família reconhecida como em condições comuns estava vendendo suas terras. Então como permanecer?

Acredito que a fala de Luiza nos permite refletir em torno da intensa movimentação diante da disputa por terras em Santa Helena. Provavelmente não foram poucas as investidas destes fazendeiros em adquirir sua área. Ao avaliar esse interesse, associado à alta do preço das terras e a outras restrições que a família enfrentava, a venda da terra aparecia como algo possível e necessário.

É importante perceber a indicação de Luiza de que “terra boa ninguém dava”, assim como Jair aceitou as terras oferecidas pelo sogro, Luiza também aceitou plantar nas terras de outros sujeitos, mas que eram de pior qualidade. Ela não recusa o que reconhece como necessário para reorganizar a vida. Luiza sabia que momentos como esses, eram, dentro dos limites e pressões, a possibilidade que permitiria produzir novas conquistas.

Não é estranho que Luiza avalie que teria sido melhor se tivessem continuado na chácara, claro que faz essa avaliação incorporando o trabalho na prefeitura que conseguiu posteriormente, indicando que só o trabalho na terra não permitiria por si só uma vida melhor. Caso estivesse morando na chácara, avalia que poderia aliar as duas fontes de renda para melhorar as condições da família, assim como sua filha não precisaria ter parado de estudar diante das dificuldades no acesso a escola, vividas com a mudança para São Miguelzinho.

¹¹⁴ São Miguelzinho é um dos distritos administrativos do município de Santa Helena.

O rumo tomado por sua vida foi muito diferente de Jair, o que contribuiu significativamente para não fazer uma interpretação benéfica sobre a desapropriação. Assim, ter sido uma das pessoas desapropriadas para que fosse construído o Lago de Itaipu não foi algo tido como um favorecimento aos seus interesses.

Afinal Luiza e Jair eram agricultores e tinham a escritura de suas terras no período em que foram indenizados, porém o uso e as condições materiais de se manterem com essa terra indicaram esforços e pressões distintas.

Volto a afirmar que não é porque estes eram considerados “agricultores” que suas condições para lidarem com a situação de desapropriação foram iguais, vimos neste caso duas interpretações diferentes, Luiza era sim uma agricultora, mas uma pequena agricultora, ao contrário de Jair que para a época e pelos investimentos que tinha – entre fins de 1970 e início de 1980 - era um proprietário bem sucedido, com seus 21 alqueires.

Para seu João, trabalhador rural entrevistado para esse trabalho, ao indicar o marco de uma trajetória de exploração e muito trabalho, ele sugere o que o levava para muitas atividades e cidades e, principalmente, a sentir-se "judiado" nessa vida, ainda que eu lhe indagasse sobre o alagamento de terras em Santa Helena:

Pesquisadora: E o senhor lembra da época que alagou por aqui, da Itaipu lembra?

João: Ah lembro, nossa essa vez do alagamento eu tava na fazenda Santa Maria, não na Santa Maria não na Mesquita na época do alagamento, onde nós morava lá na colônia a água veio subindo, subindo, chego pertinho das casa.

Pesquisadora: Essa fazenda era aqui em Santa Helena?

João: Era em Santa Helena.

Pesquisadora: E o senhor trabalhava nessa fazenda?

João: É eu trabaiva lá.

Pesquisadora: E o senhor lembra como é que foi assim as indenizações ou alguma outra coisa?

João: Das indenização eu sei que muita gente se mudô por causa da água do lago né?, então pegaram e deram sítio em outros lugar pra eles. Daqui mesmo foi uns par deles né?, gente pra Arapoti, gente daqui sai porque a água chegô nos terreno deles né?, que morava né?, ai o governo deu lá em Arapoti pros cara que ficaram sem lugar.

Pesquisadora Pra mora lá?

João: É pra mora lá.

Pesquisadora: E nessa fazenda que o senhor falou que morava, o seu patrão foi indenizado?

João: É dai o doutor João vendeu a fazenda dai nós saimo, dai ele pago o direito nosso.

Pesquisadora: Ai o senhor foi pra onde?

João: Fui pro Diamante, eu passei a arruma emprego em outros lugar.

Pesquisadora: E o senhor acha que ficou mais difícil arrumá emprego depois do alagamento?

João: Não eu já era acostumado trabaíá em tudo que tipo de serviço, eu fui judiado na vida¹¹⁵.

Para o trabalhador a temática da Itaipu só se apresenta como questão pois mudou de fazenda após receber a conta, tendo que enfrentar algo que já conhecia como campo de possibilidade do universo dos trabalhadores, "arrumá emprego em outros lugar". O costume que menciona ter, que é ser "acostumado a trabalhar", expressa como vê sua condição e qual o sentimento que nutre ao avaliar a exploração experimentada: "eu fui judiado na vida". Essa é a condição de classe que apresenta em comum com os que "ficaram sem lugar", tidos como arrendatários, posseiros, trabalhadores e ex-proprietários desse período.

A noção de classe social debatida pelos autores Sader e Paoli possibilitou perceber que valores e interesses, compartilhados em determinada condição de classe, podem formular lutas, ações e compor alianças com grupos que se identificam com esse processo, mas é preciso observar as expectativas e pressões que motivam diversamente essas associações e/ou desprendimentos dessas causas comuns. Essa avaliação problematiza uma classe homogênea, idealizada para a luta e confronto nos padrões de determinada leitura do social. Ao mesmo tempo, que abre a análise a perceber os valores e relações construídas que pautem a condição no interior da classe dos trabalhadores e da classe patronal¹¹⁶.

As problemáticas discutidas até aqui expressam para mim o posicionamento e a lógica de trabalhadores e pequenos proprietários que vivenciaram e que vivenciam condições desiguais socialmente, mas que valoraram suas decisões e estruturaram suas vidas julgando fazer o que lhes parecia ser o melhor e menos incerto, dentro do contexto de tensões que viviam. O que avaliando as colocações de Thompson vemos como os sujeitos enfrentam projetos e se colocam a relacionar-se com eles:

Não estamos dizendo que os valores são independentes da coloração da ideologia: evidentemente, não é este o caso, e como poderia ser, quando a própria experiência está estruturada segundo classes? Mas

¹¹⁵ João (pseudônimo) Entrevista realizada pela autora na residência de Lucas em 02/05/2012. Santa Helena-PR.

¹¹⁶ Ver: SADER, Eder et al. Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth C. L. (Org.). **A aventura antropológica**. Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 39-67.

supor a partir disso que sejam “impostos” (por um Estado) como ideologia”, é equivocar-se em relação a todo o processo social e cultural. Essa imposição será sempre tentada, com maior ou menos, mas, não pode alcançar nenhum êxito, a menos que exista uma certa congruência entre as regras e a visão-de-vida imposta e a questão necessária de um determinado modo de produção. Além disso os valores, tanto quanto as necessidades materiais, serão sempre um terreno de contradição, de luta entre valores e visões-de-vida alternativas. Se dizemos que os valores são aprendidos na experiência vivida e estão sujeitos a suas determinações, não precisamos rendermos a um relativismo moral e cultural¹¹⁷.

Thompson nos motiva a pensar as relações sociais, como relações que são construídas historicamente. Este pressuposto não nega que exista um Estado que está a todo o momento tentando direcionar as ações sobre a presença de trabalhadores e proprietários rurais, indicando como devem produzir e viver no campo. Entretanto, dizer que todas as ações humanas são determinadas por este Estado, ou pelas ideologias seria minimizar as ações dos demais sujeitos que fazem parte da sociedade. Esta reflexão sem dúvida alguma nos remete aos posicionamentos dos diversos trabalhadores e proprietários com os quais dialogamos até o momento.

Estes estavam sim lidando com ações que lhes foram impostas, entretanto essas ações não foram avaliadas por eles como algo determinante - no sentido que seguiram um caminho/posicionamento homogêneo, ou então não aceitaram o direcionamento que sujeitos ligados a diferentes setores do Estado ou grupos de oposição lhes tentaram propor - mas posicionaram-se de acordo com o que avaliaram a partir de sua trajetória, tentando reconstruir possibilidades que fossem benéficas para eles no decorrer de um movimento histórico que reconhecem como desigual e que não lhes permite agir sem analisar o campo de forças no qual está inserido.

Dentro desse contexto muitos grandes proprietários de terra souberam tirar proveito da situação em que se encontravam os demais agricultores. Refletiremos diante desta perspectiva sobre os apontamentos de Lucas¹¹⁸.

Pesquisadora: E vocês falaram que vocês tiveram um agregado nas terras né?

Lucas: É eu dei pra ele, e teve uma família que ficou lá um ano com oito filho homem. Aí eles juntava as raiz e tudo e eu pagava, ai eu

¹¹⁷ THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria, ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p 194.

¹¹⁸ Lucas (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora em 23/08/2012 na residência de Lucas.

disse “se vocês querem fazê uma rocinha ali e plantá feijão, milho as coisinha pra comê...” daí eu dei aqueles morro lá pra eles, daí eles plantavam fora de hora, plantavam soja, plantava tudo.

Pesquisadora: Então o senhor deixou eles mora lá.

Lucas: É, eu deixei porque eles vinham e se acampavam pra roçar o mato, que eu mandava roçar o mato. Dai eu fiz uma casinha e eles ajuntavam as raiz e eu não precisava mais chamá peão porque tinha¹¹⁹.

Lucas veio morar em Santa Helena no final da década de 1960, ele com 15 anos mudou-se acompanhando os pais. Lucas casou-se no ano de 1973, e com a ajuda de seu pai conseguiu adquirir 21 alqueires de terra dos quais doze foram alagados. Uma área grande para que Lucas e sua mulher pudessem cultivar sozinhos.

A fala de Lucas deixa transparecer que durante algum tempo ele contratou trabalhadores diaristas pra fazer a limpeza e o plantio de suas terras. Mas, Lucas descobriu uma forma de ter trabalhadores disponíveis para lhe ajudar no trabalho sem ter que pagar suas diárias de serviço e, nem mesmo, ficar de tempos em tempos à procura de funcionário. O entrevistado indica que deixar uma família de diaristas que lhes prestavam serviços morar em um pedaço de suas terras era algo vantajoso. Em troca esta família fazia o trabalho para o proprietário sem receber nada.

A atitude de Lucas longe de ser um ato de bondade se estabeleceu com um ato de interesse e, porque não dizer, de exploração do trabalho da família de trabalhadores. Afinal, o pedaço de terra cedido por Lucas era, como ele mesmo indicou, formado por morros, ou seja, a produção de alimentos nessa área certamente era limitada, e se não fosse o proprietário não teria deixado a família morar e cultivar. Em contrapartida, os trabalhadores aceitaram a proposta de Lucas por reconhecerem que era melhor viver nessa condição, mas terem uma "casa" para morar, trabalho e fonte de renda extra.

Lucas também interpretou o processo de desapropriação, como é possível perceber, ele não era um pequeno proprietário de terra, não era um posseiro e, muito menos, um trabalhador assalariado ou diarista. Por isso ele indica que:

Pesquisadora: Foram 12 alqueire [indenizado]?

Lucas: É, e o resto bem pra cima lá onde tinha pedreira, eu derrubei e o vento derrubou tudo lá. E agora veio um mato novo naqueles dois, três alqueire lá de pedra. Eu não trabaiei, não dava lucro, não entrava de trator e dai ficou lá. E dai era pra ser nove mais que nem... sem aqueles ficava sete e meio. E era pra ser doze alqueire com aquele indenizado, dai eu comprei na frente outra colônia e dai eu comprei essa chácara aqui.

¹¹⁹ Lucas (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora em 23/08/2012 na residência de Lucas.

Pesquisadora: E como foi que vocês ficaram sabendo que essas terras iam ser alagadas e sobre a indenização?

Lucas: Oito ano antes eles fizeram tudo os levantamento, daí vinheram com os marco e colocaram aqui “aqui vai ser indenizado e daí aqui vai dá água e aqui vai ser a reserva”. A minha terra tá tudo na reserva, tá tudo mato. Depois mandaram plantá e nós plantemo o mato pra eles. Tem árvore 30 metro que eu plantei.

Pesquisadora: Daí lá o senhor não podia mais produzia nada?

Lucas. Não. Quando eu plantei as carreira de árvore, daí eu plantava quatro carreira de milho no meio. Plantei um ano, aí no segundo ano daí as arvore... daí as arvore ficaram grande, daí eu fui lá e disse “eu não quero mais aquela terra”. Dai aconteceu que veio uns cara aqui pedi pra mim “podia deixa nós plantá lá”, daí eu disse “não, só se a Itaipu liberá”. Daí eles pegaram a roçadeira e tiraram os galho porque tem uns galhinho que estorva né? Pra plantá. Foram lá e meteram a roçadeira, daí deu uma coisa bem feia. Eu fui lá e falei “se era assim eu fazia a roça”, eu falei pros cara da Itaipu. Porque assim eu fazia, daí ele foi lá e mandou eles pará. Daí perderam o serviço que fizeram (risos).

Pesquisadora: Mais esse pessoal que foi lá e que mexeram na terra, eles não tinha terra pra plantá?

Lucas: Não, eles foram lá e tiraram os galho, achando que não ia dá nada e queimaram de noite escondido, eram meus amigo ali.

Pesquisadora: Mais eles tinha terra, uma terra que era deles?

Lucas: Não, eles queriam plantá porque eu não plantava mais naqueles carreirão, daí queimaram as árvore que eu plantei. Daí eu fiquei brabo porque mandá plantá pra depois queimá. Porque se não tem lei então... porque eu plantei tudo lá e broto tudo lá.

Pesquisadora: E como é que foi essa indenização? O senhor ficou satisfeito com o preço que eles pagaram pelas terras? E teve gente que recebeu pouco como é que foi?

Lucas: Quem negociou certo foi bem, tudo a maioria foi bem e aqueles que pegavam o dinheiro da Itaipu e tomavam pinga e ia fazê zuada e comprava carro véio, aqueles tão se queixando.

Pesquisadora: Então muita gente pegava o dinheiro e fazia outras coisas?

Lucas: É, pra fazê farra e comprá carro véio e zuá aí. Gastaram o dinheiro e daí foram pros sem terra. Daí aquele que pegou o dinheiro e comprô outra [terra] foram bem. E aqueles que saíram daqui, uns foram pro Paraguai, outros foram pro Mato Grosso, lá dentro dos banhado, foram mal. Também teve gente que gastou o dinheiro e compraram mal. E eu não quis saí daqui, porque as minhas terra a maioria... eu tinha comprado essa chácara aqui, porque as minhas terra foi indenizada a maioria. Eu vendi dois alqueire com a moradia e comprei aqui duas chácara ali atrás dessa, que dá três alqueire, eu emendei 780 pra três alqueire.

Pesquisadora: Então foi bom né?

Lucas: É, só que os cara me pagaram bem, me pagaram até uma laranjeira que tinha lá.

Pesquisadora: Então eles pagaram por tudo o que tinha lá?

Lucas: Tudo, tinha um chiqueirinho, uma gaiola, uma cerca e eles pagaram. Bom, eles me pagaram o que tinha em cima lá, que se fosse hoje dá pra dá um lote eu acho o que tinha em cima, e eu ganhei como se fosse um alqueire e meio de terra, mais que um alqueire de terra eu

ganhei do que tinha em cima lá. E era só uma casinha, um rancho, um chiqueirinho e eu levei tudo embora. A minha casa eu levei inteira, ela tava ali até esses dias¹²⁰.

Lucas inicia sua interpretação falando sobre os três alqueires de terra que eram cheios de pedra, e que segundo ele não davam lucro, foi parte dessa área que Lucas cedeu para o trabalhador diarista conforme discutimos acima. Em seguida Lucas discorre sobre a forma pela qual ficou sabendo que suas terras seriam comprometidas pela construção do reservatório de Itaipu

No entanto, outros trabalhadores não se intimidaram com o tamanho das árvores que compunham a reserva, pelo contrário, propuseram manter práticas que realizavam a décadas atrás - terras desocupadas deviam ser ocupadas para produzir. A partir disso, fizeram a poda das mesmas e começaram a se utilizar das terras.

Isso não agradou Lucas que tratou logo de recorrer aos funcionários da Itaipu para que estes barrassem o trabalho naquelas terras, pois Lucas se via no direito de ser o único que poderia continuar cultivando, caso fosse permitido. Parece que ele ficou muito satisfeito com a interdição da área pelos funcionários da empresa, prejudicando os trabalhadores que ocuparam suas terras.

O entrevistado destaca também a forma como entendeu a prática de indenização. De acordo com ele, a indenização recebida foi satisfatória, tanto que ele comprou o terreno onde atualmente vive com sua mulher no distrito de Sub-Sede. Lucas tenta ressaltar sua satisfação com a indenização recebida, demonstrando que suas benfeitorias também foram pagas e que só não se saiu bem quem não investiu o dinheiro de forma certa.

Lucas cita exemplos de pessoas que tiveram que ir para acampamentos, que foram para outros Estados, tudo isso porque não souberam investir o dinheiro como ele soube. Não acredito que o fato de muitos indenizados terem ido para acampamentos se trata da questão de saber ou não investir o dinheiro das indenizações, vimos a partir das indicações de Luiza que grande parte dos trabalhadores e proprietários que foram para acampamentos eram pequenos proprietários que almejavam melhorar suas condições de vida a partir do momento que não visualizavam continuar com terra e produção suficiente para isso em Santa Helena.

¹²⁰ Lucas pseudônimo. Entrevista realizada pela autora em 23/08/2012 na residência de Lucas.

Para Lucas, permanecer em Santa Helena foi fácil, pois ele já tinha outras áreas de terra na cidade e, certamente, tinha um capital que lhe permitiu outros investimentos junto com a renda da indenização. Mas, infelizmente, essa não foi uma realidade compartilhada por todos os sujeitos que tiveram que lidar com este processo.

Mesmo diante dessas experiências, marcadas por dificuldades e desigualdades sociais, o processo de desapropriação é lembrado na cidade de Santa Helena como algo, porque não dizer exótico, é o que podemos visualizar através da matéria abaixo, publicada no editorial do Jornal Costa Oeste em comemoração aos 34 anos da cidade:

Justiça e Terra! 8 mil colonos em Santa Helena. Diante de tanta propaganda desfavorável Itaipu pensou, mudou de estratégia cedeu em parte. É claro que à medida que as negociações avançavam outras manifestações eclodiram e as reivindicações dos colonos expropriados foram sendo atendidas sendo a mais famosa a do trevo de acesso a Itaipu em Foz do Iguaçu. Mas que se tenha bem claro que foi em Santa Helena que tudo começou¹²¹.

Acredito que esta matéria, exposta na edição especial de comemoração aos 34 anos da cidade, em 2001, em nenhum momento teve como objetivo expor as consequências que a construção da hidrelétrica de Itaipu provocou na vida dos desapropriados. A finalidade, a meu ver, foi simplesmente mostrar que foi em “Santa Helena que tudo começou”, banalizando a luta dos desapropriados reduzindo sua luta a apenas um “evento” que colocou o município “acima” das outras cidades, por ter sido um dos lugares de conflito dos desapropriados frente às arbitrariedades dos representantes de Itaipu.

Não acredito que o fato do município ter sido palco desses enfrentamentos foi algo tranquilo quando eles ocorreram. Apontá-los hoje como motivo de orgulho para a população, tenta reenquadrá-lo na prática de melhorias administrativas, deixando como questões menores os episódios que mostram as desigualdades existentes e pressões que foram exercidas para tentar dirigir esses processos, seja no embate entre políticos, empresários e desapropriados - em suas distintas vertentes -, seja os diferentes rumos tomados pelos sujeitos que, de alguma forma tiveram, seus viveres modificados.

Ainda mais, tendo em vista que as dimensões dessas mudanças foram enfrentadas a partir da condição e das relações de poder que fizeram parte. Diante dessa

¹²¹JUSTIÇA e Terra! 8 mil colonos em Santa Helena. **Jornal Costa Oeste**, Santa Helena, 25 de maio de 2001, p 09. Edição Especial Santa Helena 34 anos.

perspectiva, analisaremos agora a interpretação do senhor Adão sobre sua trajetória e essas alterações:

Pesquisadora: E quando chegaram aqui dai como é que foi?

Adão: Foi difícil também... mais dai como nós tinha uns parente que morava nessa região nós ficamos uns tempo na casa deles... e começamos a trabalhar pra juntar dinheiro e consegui te alguma coisa.

Pesquisadora: E vocês trabalhavam no que?

Adão: Nós sempre trabalhamos pro outro carpindo, plantando porque nós mesmo nunca tivemos nada, mais graças a Deus nós conseguimos comprar nossa casinha com o nosso suor.

Pesquisadora: E hoje o que o senhor faz?

Adão: Eu mecho com gado né? E assim, quando é no tempo certo eu planto feijão, mandioca essas coisinha assim e que nem agora eu plantei e eu tenho certeza que se Deus quiser agora no mês que vem eu vou colher mais de um saco de feijão porque ele tá bem bonito né?

Pesquisadora: Então o senhor não planta muito né?

Adão: Não.

Pesquisadora: Por quê?

Adão: Ah que nem eu falei né, eu mexo com gado né dai aqui a minha terra tem muita pedra né, dai quase não tem roça boa pra planta dai o pedacinho que tem dai eu planto e o resto dai eu cuido o gado.

Pesquisadora: E o senhor vende o gado?

Adão: Sim eu vendo... eu compro os bezerro novinho sabe?

Pesquisadora: Sei, e o senhor compra de quem?

Adão: É que nem... eu compro dos vizinho né tem vez até que eles dão depende né, porque quem tem vaca de leite acha melhor vende o bezerro pra vende o leite, dai eu compro assim baratinho e dai eu engordo aqui dai depois quando tá grandinho e gordo dai eu vendo, mais demora um tempo (risos)

Pesquisadora: E essa terra aqui onde o senhor mora é sua mesmo né?

Adão: É meu, mais é só um pedacinho é quatro alqueire. Mais é que nem eu falei é quase tudo pedra¹²².

Adão hoje com 56 anos veio morar em Santa Helena ainda criança juntamente com seus pais por volta do ano de 1973, antes de mudar-se para a cidade, a família morava em Garanhuns-PE. Atualmente ele reside na comunidade de Sanga Natal-SH¹²³. Durante nossa conversa Adão assim como José, enfatizou as dificuldades que vivenciou ao longo de sua vida, ressaltando que tudo o que ele tem hoje é resultado de seu trabalho, trabalho este que por algum tempo teve como base a prestação de serviços na condição de diarista para outras pessoas.

Diante disso, Adão fala sobre sua condição na atualidade, os quatro alqueires de terra que ele conseguiu adquirir aparecem como uma forma de superação, ainda que

¹²² Adão (Pseudônimo) Entrevista realizada pela autora na residência de Adão em 03/03/2013. Santa Helena-PR.

¹²³ A comunidade de Sanga Natal está localizada no interior do distrito de São Clemente -SH.

ele reconheça que estas não são terras de boa qualidade. No entanto, ele conseguiu dinamizar algumas formas para manter sua renda.

Frente isso, ele compra bezerros de moradores vizinhos, engorda e vende para açougues e mercados da cidade. Esta prática permite que ele consiga obter algum lucro com a venda do gado. Aliado a isso, Adão planta pequenas quantidades de feijão e vende essa produção na área urbana do município o que lhe permite complementar sua renda.

As práticas elaboradas por Adão são significativas ao pensarmos a ação dos trabalhadores sobre as diferentes experiências que vivenciam, como também nos permitem refletir em torno das generalizações sobre as idéias de campo e cidade, Raymond Williams - analisando a realidade inglesa - faz a seguinte discussão em torno dessa problemática:

A “forma” de vida campestre” engloba as mais diversas práticas- de caçadores, pastores, fazendeiros e empresários agroindustriais-, e sua organização varia da tribo ao feudo, do camponês e pequeno arrendatário à comuna real, dos latifúndios e plantations às grandes empresas agroindustriais capitalistas e fazendas estatais. Também a cidade aparece sob numerosas formas: capital do Estado, centro administrativo, centro religioso, centro comercial, porto e armazém, base militar, pólo industrial¹²⁴.

Williams indica as variadas relações construídas no campo e na cidade, no entanto o objetivo de sua análise é dialogar sobre as associações frente às relações construídas nestes dois espaços. Logo, os apontamentos feitos por Adão nos mostram que os trabalhadores que vivem no campo estão constantemente lidando/articulando suas dinâmicas com os sujeitos que experimentam a cidade, as vendas feitas por Adão indicam que cidade e campo não são espaços que se isolam um do outro, mas sim se complementam, na medida em que são as relações construídas pelos diversos sujeitos que formam a sociedade como um todo que constroem e reconstroem os sentidos atribuídos ao campo e a cidade, na condição de classe em que se veem e atuam.

Nesse sentido, entendo que as ações dos trabalhadores não são limitadas de acordo com o lugar que vivenciam, mas de acordo com suas necessidades/objetivos, tanto é que Adão visualizou como uma possibilidade de trabalho a venda de produtos na região urbana de Santa Helena, assim como muitos empresários possuem como bases

¹²⁴ WILLIAMS, Raymond, 1921. **O campo e a cidade: na história e na literatura**/ Raymond Williams: tradução Paulo Henrique Britto-São Paulo: Companhia das Letras 1989. p 11.

econômicas grandes áreas de terra no interior da cidade, terras estas que por vezes servem como base de trabalho para arrendatários, ou para trabalhadores que vivem e organizam a dinâmica das mesmas, seja no cuidado de aviários e pocilgas, ou no cultivo da lavoura.

Desse modo, voltemos à nossa reflexão diante das interpretações feitas por Adão. No decorrer de nossa conversa ele indicou que mantinha um bar na comunidade Sanga Natal:

Pesquisadora: E porque o senhor não tem mais o bar?

Adão: É porque tu vê hoje em qualquer lugar tem um bar, tem mercado tem tudo né e que nem o meu era pequeno... que nem tu vê hoje não tem quase ninguém morando por aqui mais foram tudo embora dai pra quem eu ia vende né? Dai parei com o bar vendi o que tinha pra vende dai com o dinheirinho que eu ajuntei de lá eu comprei essa terra aqui do pai e to aqui até hoje (risos)

Pesquisadora: E assim o senhor disse que o senhor fechou o bar porque o pessoal foi embora né, mais porque eles foram embora?

Adão: Ah foram indo pra cidade né, que nem o pessoal mais novo não fica no interior né tu sabe vai fica pra que? Dai formam indo, foram indo e foi se acabando o pessoal.

Pesquisadora: E o senhor disse que já mora aqui em Santa Helena já faz mais de quarenta anos né, o senhor lembra da época que começou a ser alagado aqui?

Adão: Lembro um pouco, mais dai que nem isso eu não posso dizer muita coisa né porque que nem eu não tinha terra e nada que foi indenizado isso era mais de quem foi indenizado assim eu acho né.

Pesquisadora: Mas o senhor não ouvia assim lá no bar o pessoal que ia ser indenizado falar alguma coisa?

Adão: O que eu ouvia bastante era isso né, o pessoal se queixando dos preço que era baixo, assim eu ficava sabendo do que ia acontece né? Que ia tê um alagamento que era negócio da Itaipu e tal, mais eu não cuidava muito isso não... o que eu ficava sabendo na bodega era da vida dos outros (risos)

Pesquisadora: Mas assim o senhor disse antes que bastante gente foi embora daqui né? E dai o senhor acha que o alagamento contribuiu pra que esse pessoal fosse embora, o que o senhor acha?

Adão: Sim meu Deus menina tu nem sabe como tinha gente que morava por aqui nessa região, não era só esses pouquinho de gente não... eu fazia muito dinheiro com o minha bodega, aquilo enchia de gente de noite, a piazada vinha faze festa.. namorá (risos) eu saia de noite quando eu ia pra casa com os bolso cheio de dinheiro, mais dai foi acabando tudo e dai quando a Itaipu veio dai acabou tudo de vez porque muita gente foi indenizada e foi indo embora né? Porque não dava mais pra fica aqui sem terra dai forma compra em outros lugar dai foi indo, foi indo e foi acabando¹²⁵.

¹²⁵ Adão (Pseudônimo) Entrevista realizada pela autora na residência de Adão em 03/03/2013. Santa Helena-PR.

Adão conseguiu comprar os quatro alqueires de terra nos quais vive hoje a partir da venda de seu bar, a venda do mesmo se deu na década de 1980. Certamente durante algum tempo a dinâmica do trabalho através do bar foi lucrativa para Adão, afinal o baixo número de comércios na época favorecia essa atividade. Porém, de acordo com ele grande parte dos moradores da comunidade rumou para a cidade, possivelmente em busca de trabalho, ou na tentativa de ter o acesso ao estudo dos filhos facilitado.

Frente a essas reflexões, entendo que a ênfase administrativa destaca os benefícios do turismo e dos royalties, uma memória construída que tenta amenizar e retirar do foco as contradições sociais experimentadas historicamente no município, mas que são vividas/sentidas por aqueles que viveram e analisam esse processo ainda hoje.

Considerações finais:

Finalizar este trabalho me traz sentimentos diversos, de um lado a felicidade de encerrar uma etapa de minha trajetória acadêmica, do outro a angústia de saber que muitas questões não poderão ser aprofundadas nesse momento. As limitações de um trabalho de conclusão de curso não me possibilitaram ampliar muitas das discussões que fizeram parte de minha investigação nesses três anos. As reflexões que fiz aqui não são consideradas por mim conclusões de problemáticas tão amplas, mas uma contribuição que acredito ser relevante para novos debates.

Acredito que se hoje visualizo um campo de possibilidades de pesquisa que vão além das questões que apresentei neste trabalho, isso só foi possível diante do esforço que fiz ao longo desse caminho. Escrever este texto foi para mim, aprender a lidar com escolhas, aprender a selecionar fontes, que seriam adequadas ou não às problemáticas que me propus. Aprendia rever minhas escolhas, a fazer mudanças que me levaram também a enfrentar a reescrita das discussões.

Tantas mudanças na elaboração desta reflexão!!! Por vezes, elas me fizeram sentir insegura, quanto as rumos que a pesquisa viria a tomar, talvez por não saber qual seria o fim de um caminho, no qual consegui alcançar, quem sabe, muito mais do esperava. Agora que este caminho se conclui, em alguma medida, e de forma alguma está encerrado, consigo perceber que minha ansiedade e incerteza serviram como motivação para que tivesse escolhas para articular as discussões.

Acredito que esta motivação foi canalizada por mim na busca pelas fontes, meu posicionamento sempre foi o de que deveria ter o maior número de fontes possíveis. Tive dificuldades no acesso a alguns materiais, com os quais gostaria de ter dialogado, como por exemplo, alguns documentos referentes ao sistema de indenização - articulados durante o processo de expropriação, elaborados pelo departamento jurídico da Itaipu Binacional.

Quanto às fontes orais, gostaria de ter conversado com trabalhadores como a irmã de dona Luiza, que experimentou a dinâmica de morar em um assentamento, organizado pelos idealizadores da hidrelétrica e vinculados a órgãos como o INCRA. Além destes, almejava realizar outras entrevistas com pessoas que acredito que teriam sido pertinentes para o mote de questões que visualizava.

É claro que estas possibilidades de entrevistas não estão descartadas, mas para esse momento, as 15 entrevistas que realizei foram suficientes e significativas para o debate, tanto que não chegamos a esgotá-las. O mesmo aconteceu com as matérias que selecionei dos jornais.

Em meio a tantas matérias foi difícil escolher quais iria trabalhar, pois cada uma tinha “um algo a mais” que enriqueceria a discussão. Mas, também, abririam ainda mais o leque para novas problematizações. Logo, tive, mais uma vez, que fazer escolhas para que o texto fosse realizado e não perdesse sua lógica.

Desse modo, além de matérias e entrevistas, outras fontes influenciaram indiretamente a produção, mas não se apresentam no texto. Como alguns folders e apontamentos feitos pelos vereadores de Santa Helena em sessões da Câmara, registrados nas atas entre as décadas de 1970 e 1980, principalmente sobre a construção do Lago na cidade e planejamento da distribuição dos royalties no município a partir dessa dinâmica.

Toda essa diversidade de fontes, ao contrário do que inicialmente imaginei, não conseguiram conter minhas ansiedades e incertezas, fizeram com que elas aumentassem, pois trouxeram consigo - além da possibilidade de fazer um trabalho significativo, acadêmica e socialmente - a responsabilidade de tornar isso possível. Não sei se consegui que isso se efetivasse. No entanto, vejo que todo esse percurso acrescentou e modificou meu posicionamento acadêmico e social.

Sempre vivi no município de Santa Helena, sempre ouvi discursos propagados por diferentes administradores municipais enfatizando o desenvolvimento e a qualidade de vida experimentada na cidade. Embora tenha convivido, também, com interpretações que contestavam este discurso. Muitos dos apontamentos feitos a partir das entrevistas não soaram para mim como algo novo, mas como dinâmicas experimentadas também por meus amigos e familiares.

Ao me colocar estes debates, propus também uma leitura das relações sociais que vivencio. Meu pai é funcionário em uma escola no distrito de São Clemente e este trabalho veio como uma possibilidade de complementar a renda de nossa família no sítio. Porém, manter esta dinâmica como uma alternativa possível sempre foi lidar com o jogo político que muitos experimentam na cidade.

Não foram poucas as vezes que as conversas de meu pai traziam um tom de preocupação frente à incerteza de permanecer ou não no trabalho, principalmente nos

anos de eleições municipais. Preocupação que se estendia a outros trabalhadores que, assim como ele, experimentam essa realidade.

Certamente estas preocupações se estendem a outros trabalhadores, cada um valora estas possibilidades de trabalho e articulam alternativas para que uma possível demissão - dentro de uma troca de mandatos - não afete tão fortemente suas vidas. Desse modo, mesmo que vivenciem um campo de possibilidades desiguais seus interesses são compartilhados e/ou percebidos e fazem parte do repertório de disputas no campo e na cidade, acumulando trabalhos nas propriedades e na área urbana.

O slogan "Terra das Águas", composto para divulgação da cidade pela administração municipal não está de todo incorreto. Santa Helena é um município com grande receita a partir da inundação de suas terras. Os royalties fomentam (e sustentam) sua economia juntamente com o "balneário" e investimentos empresariais. Entretanto, essa riqueza é distribuída de forma desigual e acaba por acentuar ainda mais as relações de poder no município.

Mas, percebo que se há uma necessidade de se impor uma versão sobre o que se vive em Santa Helena é porque os administradores/empresários e outros sujeitos que compõe a classe patronal sabem que existem distinções, mas que não devem aparecer, pois colocariam em xeque interesses, privilégios que se respaldam na ideia desenvolvimentista da "Terra das Águas". Do mesmo modo que foi necessária toda uma construção em torno dos benefícios trazidos pela construção do reservatório da Itaipu para a cidade, mesmo que as experiências dos trabalhadores e pequenos proprietários expropriados contestem esse discurso.

Portanto, entendo que este trabalho torna-se significativo para pensarmos novas discussões que fomentem os debates sobre a movimentação e atuação dos trabalhadores e pequenos proprietários em Santa Helena. Reconheço meus limites, mas entendo que meu esforço para que este trabalho fosse realizado, sempre com o objetivo de perceber e dialogar com ações/práticas desses sujeitos, expressa minha percepção e posicionamento político.

O posicionamento de alguém que vivencia relações construídas em meio a embates, e que visualizou, por meio deste trabalho, uma possibilidade de expressar seu próprio fazer-se histórico, dialogando com as trajetórias e experiências daqueles que compartilham comigo essa realidade histórica.

Fontes:

Jornais:

FELLET, João. Veteranos da seca no nordeste dizem que pior já ficou para trás. 18 jun. 2012. Disponível em:

<http://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/bbc/2012/06/18/veteranos-da-seca-no-nordeste-dizem-que-pior-ja-ficou-para-tras.htm> Acesso em: 03/05/2012

GONÇALVES, Anderson. A oeste, os municípios abençoados por Itaipu. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 30 de dezembro de 2011. Retratos Paraná. Disponível em:

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/retratosparana/conteudo.phtml?id=1207970&tit=A-oeste-os-municipios-abencoados-por-Itaipu> Acesso em: 20/06/2013

SILENCIOSA e eficiente: Projeto de reforma agrária executado no Paraná já assentou 16 mil trabalhadores rurais a um custo quase 4 vezes inferior ao programa nacional. **Cidades do Brasil**, Curitiba, Edição 3, Junho/1999. Disponível em:

<http://cidadesdobrasil.com.br/cgicn/news.cgi?cl=099105100097100101098114&arecod=10&newcod=722> Acesso em: 10 abril de 2012.

Jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu. Disponível em: <<http://www.nossotempodigital.com.br>>. Pesquisa em todo o acervo (1980-1994)

Jornal Costa Oeste. Santa Helena. Pesquisa em todo o acervo na sede do jornal (1997-2012).

Boletim Poeira

Boletim POEIRA, Ano III, vários números, 1980. Publicação Bimestral da Comissão Pastoral da Terra - PR. Material cedido pelo Prof. Paulo José Koling.

Índices Estatísticos e Pesquisas

IPARDES- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico Município de Santa Helena**. Curitiba: IPARDES, Dezembro 2012.

MULINARI, Rogério A. (Coord.). **Diagnóstico local do Município de Santa Helena**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná/Ministério da Saúde/Prefeitura Municipal de Santa Helena, 2007, p 64. Convênio N° 4533/2005.

Sites:

<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties> Acesso em: 15/07/2013.

<http://www.santahelena.pr.gov.br/>Acesso em: 20/06/2013

Folder:

SANTA HELENA. Prefeitura Municipal de Santa Helena. **Santa Helena Terra das Águas**. Santa Helena: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Administração Portuária, 2012. Folder. Divulgação da temporada verão 2012.

Atas da Câmara

SANTA HELENA. Câmara Municipal de Santa Helena. Período de Pesquisa (17/09/1970 à 04/09/1980). Acervo da Câmara.

Fontes Orais

Adão (Pseudônimo) Entrevista realizada pela autora na residência de Adão em 03/03/2013. Santa Helena-PR.

Antônio (Pseudônimo). Entrevista realizada pela autora, na residência de Antônio, em 26/01/2012. Santa Helena-PR.

Beatriz (Pseudônimo). Entrevista realizada pela autora, na residência de Beatriz, em 03/04/2012. Santa Helena-PR.

Gení e Jair (Pseudônimos). Entrevista realizada pela autora, na residência do casal, em 27/01/2012. Santa Helena-PR.

Gustavo (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Gustavo em 12/05/2012. Santa Helena-PR.

João (Pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de João em 05/03/2012. Santa Helena-PR.

José (Pseudônimo). Entrevista realizada pela autora em 04/04/2012, na residência de José. Santa Helena-PR.

Lucas (Pseudônimo). Entrevista realizada pela autora em 23/08/2012 na residência de Lucas.

Luiza (Pseudônimo). Entrevista realizada pela autora, na residência de Luiza, em 20/02/2012. Santa Helena-PR.

Marcelo (Pseudônimo). Entrevista realizada pela autora, na residência de Marcelo, em 21/01/2012. Santa Helena-PR.

Mateus (Pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Mateus em 02/05/2012. Santa Helena-PR.

Pedro (Pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Pedro em 11/02/2012. Santa Helena-PR-

Rafael (Pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Rafael em 23/08/2012. Santa Helena-PR.

Referências:

ASARI, Alice Y.; MUNIZ, Helena M. C.; ROSA, Miriam D. Programa Vilas Rurais: Política pública de fixação do trabalhador no campo. **Geografia**, Londrina, v. 11, n. 1, p. 102-103, 2012.

CARDIM, Éric Gustavo. Trabalho e práticas de contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai. **Geopolíticas**, Madrid, v.3, n. 2, 2012.

COLODEL, José Augusto. **Obragens e Companhias Colonizadoras, Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960**. Santa Helena / PRP: Assoeste, Ed. Educativa, 1988.

ESSER, Jovir et al. As vilas rurais na região oeste do estado do Paraná: uma política pública de desenvolvimento e seu impacto na vida dos trabalhadores rurais volantes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 110, p. 91-112, jan./jun. 2006.

FAGNANI, Lucinéia. **Experiências dos Trabalhadores na Unidade de Produção de Pintainhos da Cooperativa Agroindustrial Lar, Vila Celeste, Santa Helena-PR**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon-PR, 2010.

FREITAS, Sheille Soares de. Em pauta, as disputas sociais na cidade: notas sobre imprensa e memória em Uberlândia. In: FREDRIGO, Fabiana de Souza et al. (Orgs.). **Escritas da História: Política, identidade e imaginário**. Goiânia: Ed. UCG, 2009, p. 209-227.

_____. Sobre Trabalhadores: identificações e confrontação social em Uberlândia-MG na passagem do século XX para o século XXI. **Fronteiras**, Florianópolis, n.º. 20, p. 69-91, 2012.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados: Terra e Água: O Conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA/ULBRA, 2003.

GEMELLI, Diane D.; CARVALHAL, Marcelo D. A Constituição de trabalhadores disponíveis para o capital: O frigorífico de aves da Copagril/Marechal Cândido Rondon-PR. In: XII Jornada de trabalho, CEGeT: Centro de Estudo da Geografia e do Trabalho 15 anos. “A Dimensão Espacial da Expropriação Capitalista sobre os Mundos do Trabalho: cartografando os conflitos, as resistências e as alternativas à sociedade do capital”. **Anais...** Curitiba: UFPR, 05 a 08 de setembro de 2011.

KHOURY, Yara. A. Narrativas orais na investigação da História social. **Projeto História**, São Paulo, n. 22, p. 80, jun. 2001.

KRAULINCH, Karen Loraine. **Memórias e Histórias das expropriações em Itaipulândia- Paraná (1979-2011)**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História). UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2011.

LANGARO, Jiani. **Para além de Pioneiros e Forasteiros: outras histórias do Oeste do Paraná**. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de História, Uberlândia, 2005.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça**: Esbanjamento econômico drama social e holocausto ecológico em Itaipu. 2ª edição revista e ampliada. Curitiba: Edições Loyola/CPT, 2003.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 2, p.72, dez.1996.

SADER, Eder et al. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth C. L. (Org.). **A aventura antropológica**. Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 39-67.

SANTOS, Carlos M. S. Sobre narrativas e movimentação social de trabalhadores: Uberlândia no final do século XX e início do século XXI. **Diálogos**, Maringá, v. 16, nº. 1, p 281-303, jan-abr/2012.

_____. Horizontes abertos em caminhos de trabalhadores: sobre localidade, regionalidade e globalização. In: VII Simpósio Nacional Estado e Poder - Sociedade Civil. **Anais...**Uberlândia: UFU, 20 a 22 de agosto 2012.

SCHREINER, Davi Felix. **Entre a Exclusão e a Utopia** – Um estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SILVA, Rosane Marçal da. **Trabalhadores e luta por moradia em Santa Helena-PR (Décadas de 1990-2000)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2011.

SCHMITT, Judite Veranisa. **Os atingidos por Itaipu**: história e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 200. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2008.

TARGANSKI, Sérgio. **Rumo ao novo eldorado**. Marechal Cândido Rondon: Ed. Germânica, 2007.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. Folclore, antropologia e história social. In: _____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Org. Antônio Luigi Negro, Sérgio Silva. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VARUSSA, Rinaldo J. Disputas na Justiça do Trabalho: Memórias e Histórias a partir do Oeste do Paraná. (Década de 1980 a 2000). **Diálogos**, Maringá, v. 13, n. 2, p.441-460, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Tradução Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ZIEBERT, Roger André. SHIKIDA, Pery Francisco. Avicultura e integração em Santa Helena (PR): Uma abordagem a partir da nova economia institucional. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 71-86, jan./jun. 2004